



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NPGeo

WAGNERVALTER DUTRA JÚNIOR

**A GEOGRAFIA DA ACUMULAÇÃO – TERRITÓRIOS DO TRABALHO
(ABSTRATO) E DA RIQUEZA (ABSTRATA): a espacialização da irracionalidade
substantiva do capital**

São Cristóvão
Novembro de 2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NPGeo

**A GEOGRAFIA DA ACUMULAÇÃO – TERRITÓRIOS DO TRABALHO
(ABSTRATO) E DA RIQUEZA (ABSTRATA): a espacialização da irracionalidade
substantiva do capital**

Wagnervalter Dutra Júnior

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe - UFS, para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Alexandrina Luz Conceição

São Cristóvão

2010

**A GEOGRAFIA DA ACUMULAÇÃO – TERRITÓRIOS DO TRABALHO
(ABSTRATO) E DA RIQUEZA (ABSTRATA): a espacialização da irracionalidade
substantiva do capital**

WAGNERVALTER DUTRA JÚNIOR

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição
Orientadora e presidente da Banca/NPGEO/UFS

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto - USP
1º Examinador

Prof. Dr. José Eloízio da Costa NPGEO/UFS
2º Examinador

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/2010

São Cristóvão, _____ de 2010

.....
WAGNERVALTER DUTRA JÚNIOR

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a quem me possibilitou e me possibilita as sementes da resistência, desde o berço à maioria essas pessoas me provam a cada dia que é possível uma outra ordem social radicalmente distinta, o comunismo vive nesses rostos desprezados e esquecidos pelos de cima e admirados pelos de baixo, como eu:

- Para meus pais, Wagnervalter D. Santos e Ana Lúcia Lago Santos que me ensinaram a não me vender, a não me render e a não me trair.
- A minha filha, meu amor infinito, a pureza que me desconcerta a cada dia, a quem a árdua luta é dedicada e vale a pena, ela me prova os versos do poeta: Quem quer passar além do bojador, tem que passar além da dor! Tudo vale a pena se a alma não é pequena!
- Para minha esposa, grande mulher, com quem aprendo sempre e a cada dia, quem atravessou comigo mares revoltos sendo sempre forte: Clísia Dutra.
- Às minhas irmãs, minha vó, meus sobrinhos, meu sogro e minha sogra que me ajudaram muito na travessia!
- À quem é minha grande inspiração no âmbito da geografia marxista: Alexandrina Luz Conceição.
- Ao Exército Zapatista de Libertação Nacional!

AGRADECIMENTOS

Um caminho tão árduo jamais é feito sozinho. A seu modo inúmeras pessoas foram cruciais para que eu pudesse manter uma trajetória que honrasse os meus princípios e tudo em que acredito. Essas pessoas merecem os prováveis méritos desse trabalho, sem serem responsáveis pelos deslizes que eu possa ter cometido!

As contribuições de Alexandrina, a inteligência vigilante e vibrante, suas aulas (e que aulas) e sua primorosa orientação mantiveram acesa a chama da tradição marxista, redimensionando minha forma de pensar. Com ela reaprendi que ser um homem no mundo e ser neutro é um projeto impossível, muito obrigado pela acolhida, por tudo e pela amizade!

Ao Prof. José Eloízio pela acolhida inicial, pelo apoio, pela força e por confiar na minha capacidade sabendo que eu chegaria ao fim dessa jornada, agradeço imensamente. Aos meus professores do NPGEO – UFS, todos contribuíram a seu modo para as reflexões que se desenrolaram nesse caminho. Aos funcionários do NPGEO, Daniel e Everton, valeu pela força.

Tenho imensa gratidão aos meus pais, pela confiança depositada e pela esperança renovada em cada momento dessa batalha iniciada em 1997, quando ingressei na graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, respeitando a minha escolha e sempre me motivando a estudar, ler, refletir. Construíram um ambiente de trabalhadores combativos, conscientes das necessidades de organização para lutar contra os patrões (capital), e isso me permitiu construir uma consciência de classe (do lado dos trabalhadores, apesar dos limites da regulação capitalista). No ano de 2007 ingressei no mestrado em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, e fui percebendo que os valores que recebi dos meus pais se entrecruzavam com as posturas combativas de alguns professores do programa e de alguns colegas de turma. Sei que eles sempre acreditaram em mim e no fundo sabiam que eu não ia, aliás, não poderia decepcioná-los; o meu muito obrigado!!!

Agradeço à minha esposa por superar as minhas ausências nesses anos e por me ajudar e incentivar sempre, nos momentos mais difíceis em que pensei até em desistir. Soube ser mãe e pai ao mesmo tempo quando no ano de 2007 eu viajava constantemente para cumprir os créditos do programa. Você é uma guerreira; e admirável!

Sou grato às minhas irmãs por também sempre acreditarem na minha capacidade, por me ajudarem, por suportarem meus excessos, em fim, por serem tão importantes na minha vida. Minha querida Vó Mariana, sua sabedoria e seus conselhos me são tão úteis nessa vida que não há parâmetros para mensurá-los! Devo gratidão à minha sogra e meu sogro também, que me ajudaram muito nessa caminhada, me dando abrigo (como se fosse um filho), me ajudando até financeiramente, pessoas honestas e honradas que infelizmente a 'produção capitalista de seres humanos ocos', como as mercadorias, nessa sociedade do descartável, tornam cada vez mais raras.

Meus amigos e irmãos que a vida me concedeu: Jairo Rodrigues, Fábio Cueca e Marcelo Lobão, de perto e de longe sempre na torcida e me ajudando muito, muito obrigado!

À minha amiga-irmã e colega Nádia pela amizade, apoio, bate papo, troca de idéias, que tornaram esses anos menos dolorosos! Aos meus colegas de turma: Julién, Verônica, Júnia, Letícia, Leide, Luciano, Jânia, Adriana, Leonardo, Maria, Sol, Roberto, Antônio, Djalma e todos com quem tive contato durante as disciplinas, pelas contribuições várias.

Agradeço a Théo e Híliane pelo apoio, abrigo e amizade, sempre me recepcionando muito bem em Aracajú.

Aos colegas do grupo de estudos, apesar do pouco contato (por conta do meu trabalho) as discussões eram sempre intensas. Sou especialmente grato à Fernanda, Vanessa e Sócrates pelo apoio dado e pelas orientações e conselhos, obrigado pela amizade!

Agradeço aos colegas de trabalho, nosso cotidiano na escola da cidade de você sabe onde (rsrs) era bastante sofrido! Devo gratidão redobrada a minha colega que se tornou amiga Suleny, pela força que sempre me dava (e continua dando), por segurar muitas barras pelas quais passei em virtude das dificuldades em conciliar estudo e trabalho, por acreditar que eu conseguiria sempre e qualquer que fosse o desafio e pelas muitas risadas proporcionadas, valeu muito!

A minha trajetória no mestrado se confunde com a minha trajetória na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Primeiro no ano de 2007 me tornei professor visitante no campus da cidade de Caetitê – BA; posteriormente, no ano de 2009, fui aprovado em concurso para o campus de Serrinha – BA. As pessoas que cruzaram meu caminho nesses anos de UNEB são muito especiais. No campus de

Caetité – BA, agradeço aos meus ex-alunos, funcionários e colegas de trabalho, em especial: Valter Marcelo, Núbia, Goreth, Gil, Manoel, Márcio D’Esquivel, Ivan “O terrível”, Jairo, Genilson, Ivan Ramires, Reinaldo (também pelas traduções), Nilcéa, Nivaldo, Marileide, Patrícia D’Esquivel, Grazi, Jaque, Cristina, Angelita, Romar, Janna, Altemar, Vilomar, Cláudia, Adson, Amélia, Sigmar, e todos que minha memória injustiçou! No campus de Serrinha – BA, sou grato aos meus alunos, aos funcionários (da acadêmica e da direção), à Luana no Colegiado, à Ivan no Departamento, e aos meus colegas de batalha: Marcelo Torreão e Robson Lins (valeu pela convivência, pelos debates, pela amizade, por me suportarem e pelas cervejas compartilhadas), Ricardo Bahia (na batalha sempre), Agripino (pelo exemplo que é), Gil Porto (pela agradável convivência e troca de idéias), Éder (o mineiro que está aprendendo a ser baiano, valeu pela convivência), Jucélia (sempre colaborando com quem precisa), João (o administrador mais geógrafo que conheço), Ana Margarete (pela luta de sempre), e aos demais colegas de curso por suas contribuições à mim e ao curso, reaprendi nesse período que “as armas da crítica não substituem a crítica das armas”; nunca!

A todos os intelectuais que contribuíram para (de)formar minha cabeça evitando que sucumbisse diante do discurso de que não há alternativa, que se firmou dentro e fora meio acadêmico e fez imperar o pensamento único. Valeu por não desistirem da utopia: Karl Marx, Frederich Engels, István Mészáros, Leon Trotsky, Lênin, David Harvey, Neil Smith, Henri Lefebvre, Richard Peet, Alexandrina Luz Conceição, Armando Corrêa da Silva, Ruy Moreira, Milton Santos, Calos Walter Porto-Gonçalves, Amélia Damiani, Ana Fani Carlos, Lenyra Rique, Ariovaldo Umbelino, Francisco de Oliveira, José de Souza Martins, Ruy Mauro Marini, Robert Kurz, Ernest Mandel, José Luís Fiori, Ricardo Antunes, Luiz Gonzaga Belluzzo, Sérgio Lessa, Walter Benjamin, Giovanni Arrigh, François Chenais, Gramsci, Eric Hobsbawn, Atílio Boron, Emir Sader, João Pedro Stédile, Pierre Salama, Perry Anderson, dentre outros. O desafio de romper radicalmente com a ordem sociometabólica do capital urge, pois esse não é certamente o mundo que queremos dar aos nossos “filhos”!

EPIGRAFE

“Do que temos de pedir perdão? Do que vão nos perdoar? De não morrer de fome?
De não nos calarmos diante de nossa miséria? De não termos aceitado
humildemente a gigantesca carga histórica de desprezo e abandono? De
levantarmos em armas quando encontramos fechados os outros caminhos? (...) De
termos demonstrado ao resto do país e ao mundo inteiro que a dignidade humana
ainda vive e está em seus habitantes mais pobres? De termos consciência da
necessidade de uma boa preparação antes de iniciar a luta? De termos ido ao
combate armados de fuzis no lugar de arcos e flechas? De termos aprendido a lutar
antes de nos insurgirmos? (...) De lutarmos por liberdade, democracia e justiça? De
não seguirmos os modelos das guerrilhas anteriores? De não nos rendermos? De
não nos vendermos? De não nos traírmos? (...) Quem tem de pedir perdão e quem
pode outorgá-lo? Os que, por longos anos, saciavam sua fome sentados a uma
mesa farta enquanto nós sentávamos ao lado da morte, tão cotidiana e tão nossa
que aprendemos a não ter medo dela? (...) Os que encheram nossos bolsos e
nossas almas de declarações e promessas? Os que negaram o direito e a
capacidade de nossa gente governar e nos governar? Os que negaram o respeito
aos nossos costumes, à nossa cor, à nossa língua? Os que nos tratam como
estrangeiros em nossa própria terra, exigem documentos e obediência a uma lei cuja
existência e justiça ignoramos? Os que nos torturaram, prenderam, assassinaram e
nos fizeram desaparecer por ter cometido o grave delito de querer um pedaço de
terra, não um pedaço grande, não um pedaço pequeno, apenas um pedaço do qual
se poderia tirar alguma coisa capaz de matar a fome?
Quem tem de pedir perdão e quem pode outorgá-lo?”

Subcomandante Marcos (somos a dignidade insurrecta!)

RESUMO

O presente estudo concentra-se em torno de questões relativas à produção de territórios do trabalho/riqueza abstrata(o), tendo como mecanismo crucial para concretizá-los o desenvolvimento geográfico desigual e combinado, que proporciona arranjos espaciais estruturantes da reprodução ampliada do capital, da contratendência à queda na taxa do lucro e de ampliação da mais-valia. Como reflexão inicial foi desenvolvida uma análise do papel do Estado na reprodução do sistema do capital e no desenvolvimento de mecanismos propulsores dos arranjos espaciais, que fomentam possíveis tendências à exploração da mão de obra, ao desenrolar da produção capitalista e a garantia da circulação e consumo. A ação do Estado é fundamental para a manutenção e a garantia da reestruturação produtiva do capital que desde a década de setenta vem tornando o trabalho cada vez mais supérfluo, criando assim um contingente de seres humanos precarizados. Acentuando o caráter desumanizador do capital o Estado contém a partir de seu aparato institucional-coercivo os conflitos de classe que se acentuam, na esteira se uma sociedade cada vez mais belicosa. Dentro desse contexto capitalismo e desenvolvimento se mantêm acentuando os níveis de exploração da mão de obra na escala mundo, buscando proporcionar condições para que os capitalistas alcancem lucros acima da taxa média: os superlucros. Para alcançar tais propósitos o capital no seu movimento de mundialização busca aproveitar-se da dinâmica escalar do desenvolvimento geográfico desigual, criando e se apropriando de condições que a permitam o seu domínio futuro sobre a força de trabalho ou o seqüestro de ativos das populações menos favorecidas, através do capital financeiro e das crises orquestradas para promover acumulação por despossessão e a manutenção distorcida por bolhas da taxa de lucro. Todavia a produção do desenvolvimento geográfico desigual, sendo mecanismo vital para a manutenção do sociometabolismo do capital, não deixa de mundializar as contradições inerentes à produção de mercadorias, agora mercadorias dessubstancializadas, que no bojo desse desenvolvimento produz riqueza abstrata e o território que o conforma. Toda a geografia do fim em si do sistema do capital é produzida objetivando a captura de tudo o que existe para converter em valor de troca. A face geográfica do sistema do capital é universalizar tendencialmente o valor de troca, não significando que a existência dos espaços de uso em contraponto aos espaços de troca não possam existir.

Palavras-Chave: Estado, território do trabalho/riqueza abstrata(o), desenvolvimento geográfico desigual, universalização do valor de troca, sistema do capital.

ABSTRACT

The present study abstract wealth is concentrated around relative questions to the production of territories of the abstract work/wealth, having as crucial mechanism to materialize them the different geographic development and agreement, that provides structuring space arrangements of the extended reproduction of the capital, of the contratrend to the fall in the tax of the profit and magnifying of the surplus value. As initial reflection an analysis of the paper of the State in the reproduction of the system of the capital and in the development of propeller mechanisms of the space arrangements was developed, that foment possible trends to the exploration of the workmanship hand, when uncurling of the capitalist production and the guarantee of the circulation and consumption. The action of the State is basic for the maintenance and the guarantee of the productive reorganization of the capital that since the decade of seventy comes becoming the work more superfluous, thus creating a contingent of precarious human beings. Accenting the dehumanizing character of the capital the State contains from its institutional-coercive apparatus the conflicts of classroom that if they accent, in the mat of a society increasingly bellicose. Inside of this context capitalism and development if it keeps accenting the levels of exploration of the hand of workmanship in the world scale, searching to provide conditions so that the capitalists reach profits above of the average tax: the superprofits. To reach such intentions the capital in its movement of globalization searches to use to advantage itself of the dynamics to scale of the different geographic development, creating and if appropriating of conditions that less allow to its future domain on the force of work or the kidnapping it of asset of the favored populations, through the financial capital and of the scheduled crises to promote accumulation by dispossession and the maintenance distorted for bubbles of the profit tax. However the production of the different geographic development, being essential mechanism for the maintenance of the sociometabolism of the capital, does not leave of globalize the inherent contradictions to the production of merchandises, merchandises now desubstantialized, that in the bulge of this development wealth produces abstract and the territory conforms that it. All the geography of the end in itself of the system of the capital is produced objectifying the capture of everything what it exists to convert into value of exchange. The geographic face of the system of the capital is to universalization the value of exchange tendency, not meaning that the existence of the spaces of use in counterpoint to the exchange spaces cannot exist.

Key Words: State, territory of the abstract work/wealth, uneven geographical development, universalization of exchange value, system of the capital.

ÍNDICE DE FIGURAS

Descrição	Página
Figura 1: Nova composição dos acionistas da GM pós concordata no contexto da crise que se iniciou em 2008 e desdobra-se em 2009.	36
Figura 2: Padrão Global de Investimentos externos diretos.	43
Figura 3: Gastos Militares dos EUA no período: 1946 – 2002.	48
Figura 4: Os vinte e cinco maiores orçamentos militares no ano de 2005.	49
Figura 5: Mapa do trabalho escravo no Brasil (2008).	55
Figura 6: Destroços das duas torres gêmeas após acidente aéreo que atingiu o World Trade Center em 11 de setembro 2001.	65
Figura 7: Dívida líquida total do setor público, carga tributária total, taxa Selic real menos PIB, déficit nominal.	67
Figura 8: Trabalhador na construção civil (Sebastião Salgado).	92
Figura 9: Taxas de acumulação e lucro nos países capitalistas avançados (1950 – 1982).	96
Figura 10: Ataque ao trabalho: salários reais e produtividade nos EUA (1960 – 2000).	98
Figura 11: Endividamento no capitalismo avançado (1946 – 1980).	100
Figura 12: Taxas globais de crescimento anualmente e por década (1960 – 2003).	101
Figura 13: Taxas de desemprego e inflação na Europa e nos EUA (1961 – 1987).	105
Figura 14: Recursos Naturais e Presença Militar dos EUA na América Latina e no Caribe.	118
Figura 15: Megaprojetos hídricos e corredores de desenvolvimento.	134

ÍNDICE DE TABELAS

Descrição	Página
Tabela 1 – Evolução da parcela da renda no Brasil (distribuídas entre os 50% mais pobres, os 10% mais ricos e os 10% mais pobres).	56
Tabela 2 – Dívida pública como porcentagem do PIB.	68
Tabela 3 – Volume de negócios das maiores transnacionais em comparação com o PIB de países selecionados em bilhões de dólares – 1998 – população em milhões.	82
Tabela 4 – Volume de negócios das transnacionais, PIB (em bilhões) e população de países selecionados em milhões.	84
Tabela 5 – Estrutura fundiária brasileira ano 2003.	123
Tabela 6 – As contas escondidas por trás das privatizações do governo FHC.	131

ÍNDICE DE QUADROS

Descrição	Página
Quadro 1 – A concentração mundial do capital no final dos anos 1980 e nos anos 1990.	40
Quadro 2 – O custo alto da mais-valia chinesa: salário/hora pago aos trabalhadores nas transnacionais subcontratadas que atuam na China.	60
Quadro 3 – As Maiores Corporações do mundo em sementes e agroquímicos em 2002 (em milhões de dólares).	127

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	4
AGRADECIMENTOS	5
EPÍGRAFE	8
RESUMO	9
ABSTRACT	10
ÍNDICE DE FIGURAS	11
ÍNDICE DE TABELAS	12
ÍNDICE DE QUADROS	13
SUMÁRIO	14
1. INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1. O Estado e a reprodução do sistema do capital.	20
1.1. O Estado e a subsunção do trabalho.	20
1.1.1. O Estado, o capital e o trabalho: classes sociais e precarização.	28
1.2. A substância desumanizadora do capital: fetichismo do trabalho abstrato.	30
1.2.1. A rarefação da substância de valorização do capital.	33
1.3. A belicosidade do capital e o Estado: a lógica neoliberal totalitária.	38
Capítulo 2. Estado, território e desenvolvimento geográfico desigual.	52
2.1. Capitalismo e desenvolvimento: “Estado de Exceção”.	52
2.2. Geografia e escala: acumulação por despossessão.	62
2.3. A Geografia das finanças no território do capital.	73
Capítulo 3. Os territórios da riqueza abstrata.	80
3.1. Os territórios do império da mais-valia: imperialismo e acumulação de capital.	80
3.2. Os territórios do valor, do trabalho abstrato e da riqueza abstrata.	85
3.3. A mobilidade do capital e do trabalho nos territórios do capital: uma outra dialética da dependência.	103
Capítulo 4. A geografia da universalização do valor de troca no(s) território(s) do trabalho/riqueza abstrata.	112
4.1. A universalização do valor de troca e a marcha da captura da terra e da água.	112
4.2. As sementes universalizadas do lucro: a captura continuada dos territórios do uso.	125
4.3. Os territórios do fetichismo: as simulações da/na universalização do valor de troca.	130
5. Considerações Finais	138
6. Referências	142
	14

INTRODUÇÃO

A história humana fez coincidir o domínio da natureza com o domínio do homem pelo homem a partir do momento em que as classes sociais foram se estruturando. A condição do estar vivo para fazer história (a reprodução da vida material) passou a ser um fardo, pois a objetivação do humano negava sua essência. Um existir estranhado, permeado por negação a todo tempo, pois o que se produz, via de regra se produz para outro, há uma mediação desagregadora entre as necessidades imediatas e a forma de suprir tais necessidades. A mediação homem x natureza é trabalho subsumido em benefício de uma minoria. Perde-se o sentido da existência!

Com o modo de produção capitalista todas estas dimensões se intensificaram, tendo em vista que toda a sociabilidade passou a ser guiada pela produção de valores de troca, e todas as dimensões que pudessem estar além dessa regulação imediata passaram a ser sistematicamente mercantilizadas, submetidas aos imperativos da troca, de forma que a sociedade produtora de mercadorias se prendeu num fim em si (do valor de troca) que custa muitas vidas no âmbito da luta de classes, para a classe-que-vive-do-trabalho.

As contradições capital x trabalho passaram a expressar cada vez mais a prisão da sociabilidade capitalista nesse fim em si, a destruição física de massas de capital e de trabalhadores são um dado ineliminável na contemporaneidade da regulação capitalista, esse momento que traz a tona a intensidade das formas combinadas de mais-valia absoluta e relativa. “El capitalismo combina em su desarrollo la democratización de la vida social com nuevas formas de feudalización”. (DI CIONE, 2007, p. 7).

As determinações da produção capitalista possuem ineliminável componente territorial; a acumulação do capital é uma questão profundamente geográfica alerta David Harvey, com isso a produção da escala geográfica, do desenvolvimento geográfico desigual, dos territórios do trabalho/riqueza abstrata(o), são essenciais à dinâmica reprodutiva do sistema do capital, com tais mecanismos de produção de ajustes e arranjos espaciais (e espaço-temporais) foi possível que a dinâmica centralizadora do capital monopolista (no imperialismo e sua face contemporânea) e a dinâmica fluida e volátil do capital financeiro coexistissem sem maiores conflitos

(capital x capital), nessa época em que a economia é cada vez mais mantida de forma artificial.

A destrutividade se converte em contrapartida das forças produtivas para estabelecer um paralelo à estrutura contraproducente do binômio superprodução x subconsumo. A belicosidade ganha uma dimensão sem precedente: a geografia continua servindo, antes de tudo para fazer a guerra.

Essa guerra é empreendida contra os terceiro mundistas que habitam as nações desenvolvidas ou em desenvolvimento. Ao avanço das forças produtivas e do crescimento econômico os *think thanks* denominam desenvolvidos, a questão se resume a ser ou vir-a-ser desenvolvido perdendo-se de vista a contradição capital x trabalho (as falsas questões na esteira do malthusianismo e do darwinismo social revivem no neoliberalismo), produz-se mais-valia fazendo de conta que tudo é um problema lingüístico!

Richard PEET (2007, p. 19) chamou a atenção para esse tipo de discurso destacando o que os países capitalistas desenvolvidos proclamaram: o seu comprometimento coletivo em acabar com a pobreza em escala global. Contudo no FMI e no Banco Mundial ajuste estrutural foi renomeado de crescimento e redução de pobreza (mais-valia lingüística mais uma vez?). O economista Jeffrey Sachs, escreveu um livro argumentando que a pobreza global pode ser extinta até 2025. Conforme Mészáros (2004), um outro economista (Keynes) cujas idéias estiveram em pauta durante boa parte do século XX escreveu no ano de 1930 um ensaio intitulado: Possibilidades econômicas dos nossos netos, em que previa que “o problema econômico da humanidade” estaria resolvido em cem anos. Faltam apenas vinte anos e até onde é possível observar estamos nos aproximando da barbárie, talvez seja esse o custo do que ele chamou de problema econômico da humanidade, o capitalismo cassino entra no piloto automático.

A mundialização financeira afirma a ilusão de que o dinheiro possa ter existência isolada como capital portador de juros, no bojo das mercadorias dessubstancializadas a riqueza como imenso acúmulo de mercadorias é riqueza abstrata. Quando os movimentos monetários do capital na forma dinheiro ampliam seus caminhos e cobra sua trajetória a acumulação por despossessão é o pressuposto do capital, na pilhagem e na pirataria que o capital promove onde as crises são arquitetadas para acontecer ou influenciar na transferência forçada do que resta de dinheiro e propriedades nas mãos dos trabalhadores para o capital.

Quais os rebatimentos dos processos até então expostos na geografia histórica do sistema do capital? Eis o que motivou o delinear do presente estudo.

A pesquisa de mestrado desenvolvida tem caráter teórico, o que não significa que o recurso a realidades distintas (a empiria) foi ausente, tampouco que um exercício reflexivo dessa natureza se perde em abstrações, “as leis do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo correspondem ao processo histórico real” (MARX, 2007, p. 259). Entender e estabelecer uma leitura calcada em reflexões teóricas de cunho dialético-materialista que pudessem dar suporte à compreensão da complexa dimensão espacial da acumulação e da reprodução do capital, permeado pelas contradições da relação capital x trabalho e o papel da produção e apropriação do espaço (dos territórios) na estruturação dos ajustes e arranjos espaciais constituídos a partir do desenvolvimento geográfico desigual foi o eixo norteador do estudo.

Levantamentos bibliográficos e documentais se colocaram construindo uma síntese de múltiplas determinações buscada a partir de observações e leituras do território e do desenvolvimento geográfico desigual, que demonstraram ser o espaço apropriado, categoria – chave na compreensão do sistema do capital e de suas mediações e determinações históricas.

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada. As categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria de sua própria organização a tornam apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda sua significação, etc (MARX, 2007, p. 262).

A sociedade produtora de mercadorias objetiva toda existência como parte dos imperativos do valor de troca, do trabalho que perde o sentido de sua existência quando de sua redução historicamente determinada à categoria dinheiro, um equivalente geral que permeia o fetiche, daí sua determinação central na sociedade capitalista. Nesse caminho as ruínas das sociedades desaparecidas, o trabalho socialmente objetivado no curso da história é posto a disposição da regulação capitalista convertendo ruínas em território do trabalho/riqueza abstrata(o).

A marcha do desenvolvimento geográfico desigual tem relação direta com o processo de converter trabalho passado, presente e futuro (com o capital portador

de juros) em regulação capaz de se contrapor aos problemas e contradições da produção capitalista. Ruy Moreira (2003) adverte que para o capital, o espaço é uma forma de regulação.

A compreensão dos processos materiais da reprodução do capital (dos territórios do trabalho/riqueza abstrata) e da constituição do desenvolvimento geográfico desigual se apoiou em teóricos da geografia, da economia política, da sociologia e da filosofia. A análise das múltiplas determinações gerais da produção capitalista teve como principais fontes a obra de Karl MARX (2002, 2004a, 2004b, 2005, 2006, 2007, 2008), István MÉSZÁROS (2002, 2007 e 2009), Ernest MANDEL (1985); tendo sido fecundada com leituras de geógrafos que se debruçam sobre a lógica espacial e territorial do sistema do capital, dentre os quais: David HARVEY (1990, 2001, 2004, 2006, 2007, 2008, 2009), Neil SMITH (1988), Henri LEFEBVRE (2008), Alexandrina Luz CONCEIÇÃO (2005, 2009), Antônio Carlos Robert de MORAES (1996, 1999, 2000), Carlos Walter Gonçalves PORTO-GONÇALVES (2004, 2006), Amélia DAMIANI (1999) formando assim as principais concepções que orientam a leitura do objeto a partir dos pressupostos dialético-radicalis.

Os escritos de LÊNIN (2008), Francisco de OLIVEIRA (1998, 2003, 2007, 2009), Lauro CAMPOS (2001), Ricardo ANTUNES (1997, 2000, 2002, 2003, 2007), Gilson DANTAS (2007), foram fundamentais para ampliar as análises à especificidade das formações econômico-sociais do sistema capitalista, permitindo aproximações mais efetivas à essência do desenvolvimento geográfico desigual e, por conseguinte as objetivações espaciais da regulação social do capital no contexto da crise estrutural e permanente.

HARVEY (2007, p. 21 - 22) destaca que ao analisar o desenvolvimento geográfico desigual é preciso estar atento a quatro condições: 1) o arranjo material dos processos de acumulação de capital na trama sócio-ecológica da vida; 2) a acumulação por despossessão (uma generalização dos conceitos marxistas de acumulação 'primitiva' ou 'original' dentro dos quais os bens preexistentes são 'capturados' – como força de trabalho, dinheiro, capacidade produtiva ou mercadorias – e postos em circulação como capital); 3) a característica quase-legal da acumulação de capital no espaço e no tempo e 4) as lutas de classes políticas e sociais numa variedade de escalas geográficas. Estas características estiveram presentes ao longo das reflexões desenvolvidas, corroborando para desvelar a

geografia dos territórios abstratos da riqueza abstrata e a territorialização da irracionalidade substantiva do capital.

A pesquisa foi dividida em quatro partes, a primeira foi dedicada à compreensão do papel do Estado na reprodução do sistema do capital, dependente da estrutura coerciva que mantém a mais-valia relativamente protegida das intempéries que o percurso histórico do desenvolvimento das forças produtivas delega ao modo de produção capitalista.

O segundo capítulo busca as conexões entre a produção do território na órbita do valor de troca e o desenvolvimento geográfico desigual, que reafirmam níveis de explorações capazes de delinearem uma nova era de pilhagens comandadas pelo capital portador de juros: a acumulação por despossessão intensificada com a mundialização financeira, garantindo coercitivamente o valor de troca (e das finanças especulativas).

O terceiro capítulo procura refletir os significados sobre dos territórios do trabalho/riqueza abstrata(o), que redimensionam a geografia do capital espacializando miséria e riqueza como expressão do estágio atual do sistema capitalista, em que as mercadorias ocas (dessubstancializadas) e o dinheiro 'intensamente valorizado' não mais existem sem mundializar a dialética da dependência e as potencialidades destrutivas na contemporaneidade do capital.

O quarto capítulo procurou sintetizar a marcha que expõe a objetivação da substância do capital: a universalização do valor de troca. A produção capitalista torna possível o monopólio da terra e da água convertendo tendencialmente espaços de uso em espaços de troca, numa ofensiva que pauperiza um contingente cada vez maior da classe-que-vive-do-trabalho, demonstrando a falácia que sustenta a lógica neoliberal.

As páginas que se seguem reafirmam o compromisso da teoria que procura se converter em força material voltada para a construção de uma alternativa radical contra o sociometabolismo do capital, em que se espera ir além da crítica roedora dos ratos.

Capítulo 1. O Estado e a reprodução do sistema do capital.

Sempre que as crises do capital (inerentes ao sistema) sejam, sinônimo de risco, ao processo de valorização, acumulação e reprodução do capital emerge a necessidade de reconstituir a ambiência institucional e produtiva que garantam a sociabilidade do valor de troca.

Ao se analisar a produção capitalista e o Estado no contexto das crises é importante refletir sobre a argumentação de MANDEL (1985, p. 26) de que é possível compreender a história do capitalismo, através de variáveis que se interagem, sendo as flutuações da taxa de lucro o sismógrafo dessa história, na medida em que expressam o resultado dessa interação em conformidade com a lógica de um modo de produção baseado no lucro. A caça ao superlucro explica a expansão geográfica do capitalismo e ameniza o problema da queda do lucro, ao tempo que a feição do desenvolvimento capitalista produz desigualdades geográficas que significam limites e possibilidades à exploração capitalista (a periferia reinventa a composição orgânica do capital rebaixando-a, enquanto no centro do sistema já não se esgotam as formas de rebaixá-la).

A garantia de funcionamento normalizado da produção capitalista (de riqueza abstrata) gera tensões em função do significado de tal processo ser diretamente proporcional à produção de miseráveis, o lumpesinato moderno. Excedentes de capital e trabalho, caso não seja possível realocá-los, serão destruídos para que o sistema não sofra maiores cisões, que possam determinar em algum grau diminuição da extração de mais valia, em nome de uma lógica social que leva a antagonismos inconciliáveis entre as classes, fazendo com que a figura do Estado torne-se imprescindível à acumulação de capital.

1.1. O Estado e a subsunção do trabalho.

O Estado (capitalista) que nasce negando os fundamentos filosóficos do absolutismo contraditoriamente está posto na perspectiva de tornar absoluta a exploração do trabalhador para que se realize o valor, portanto o monopólio da coerção, a burocracia, as forças policiais, o exército permanente, são algumas das

formas de expressão do Estado que se utiliza desses instrumentos para dirimir ou escamotear as contradições sempre presentes nas sociedades de classes (especialmente a capitalista). A sociedade baseada no modo de produção do capital aprofundou intensamente a exploração e a miserabilidade do trabalhador, portanto as contradições da produção social apropriada individualmente requerem que seja evitado qualquer tipo de ameaça à propriedade privada e aos lucros do capital, o Estado é uma força no sentido da manutenção do *status quo*. A generalidade é que o Estado é sempre um instrumento de classe, logo a sua existência só tem sentido enquanto for necessária a exploração (e a supremacia/hegemonia de uma classe dominante) no contexto da luta de classes.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; nem á a 'realização da idéia moral' ou a 'imagem e a realidade da razão', como queria Hegel. O Estado é, antes, um produto da sociedade, quando esta atinge um determinado grau de desenvolvimento; é a revelação de que essa sociedade enredou-se numa irremediável contradição consigo mesma e que está dividida por antagonismos irreconciliáveis, que não consegue superar. Mas, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não afundem a sociedade numa luta fatal, torna-se necessário um poder colocado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o conflito e a mantê-lo nos limites da 'ordem'. Este poder, oriundo da sociedade, mas posto sobre ela e dela distanciando-se progressivamente, é o Estado. (ENGELS, 1981, p. 195).

O processo de complexificação da divisão social/territorial do trabalho faz emergir o Estado. Quando a propriedade/produção social começa a ser controlada de forma individualizada toma corpo a existência do mesmo. Além do antagonismo entre as classes (dominantes x dominadas), existe a mediação dos interesses das frações da classe dominante no que tange à distribuição/divisão da mais-valia. O sistema sociometabólico do capital não se totaliza em função das necessidades sociais, vive-se o reino da produção que domina o homem (como apontara Löwy¹ – onde, quando? No mínimo precisa de uma nota), arquitetado pelo trabalho abstrato que realiza o valor de troca, a partir deste processo dão-se as possibilidades de expansão do sistema. Abstrair o trabalho concreto é o imperativo para que o dispêndio de força de trabalho seja o cerne da expansão do sistema do capital, portanto, tal sistema “[...] não tem limites para a sua expansão (ao contrário dos modos de organização societal anteriores, que buscavam em alguma medida o

¹ LOWY, M. Método dialético e teoria política. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

atendimento das necessidades sociais), o sistema sociometabólico do capital constitui-se como um sistema incontrolável”.(ANTUNES, 2002, p. 16).

Nesse sentido o Estado se põe como estrutura de comando política totalizadora do sistema do capital (Mészáros, 2002), para mediar às contradições entre classes distintas (ou frações de classe), bem como colocar-se na perspectiva de viabilizar a produtividade destrutiva do sistema do capital.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu no interior do conflito entre elas, tornando-se geralmente um Estado em que predomina a classe mais poderosa, a classe economicamente dominante, a classe que, por seu intermédio, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e a exploração da classe oprimida. Assim, [...] o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 1981, p. 197).

O caráter central do Estado capitalista é reafirmar a viabilidade produtiva da lógica do valor de troca, todavia existe, sem dúvida, uma ampliação da escala de ação do mesmo, portanto “[...] há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados, direta ou indiretamente por políticas de Estado” (HARVEY, 2005, p. 79). A estrutura de comando política totalizadora (o Estado sob o sistema do capital), como representante da classe dominante necessita colocar-se enquanto um “poder alienígena” acima da sociedade (para adquirir um caráter metafísico – incontestemente representação do “povo” – ENGELS, 1981 In: NETTO, 1981); uma espécie de porta-voz do interesse comum, para mascarar a sua condição de comitê para gerir os negócios comuns da burguesia (como lembra Marx no Manifesto Comunista). Na ótica de Harvey (2005), da mesma forma que “[...] o trabalhador, mediante o trabalho, cria capital como instrumento para a sua própria dominação, os seres humanos criam, na forma do Estado, um instrumento para sua própria dominação” (p, 80). A lei, a tributação, a coação, a coerção consentida (construída no âmbito ideológico), a partir do cotidiano da luta política apresentam-se como instrumentos de dominação de classe.

Para melhor compreensão da posição do Estado acima da sociedade é fundamental a contribuição de Poulantzas (1984), para quem o Estado capitalista possui estruturas objetivas específicas, que significam uma autonomia em relação à base econômica. A universalidade assumida por um conjunto particular de valores

expressa a autonomia da estrutura do Estado capitalista², mas tais determinações são específicas deste modo de produção. Acredita-se que o significado seja de uma autonomia relativa (ou específica segundo o próprio Poulantzas). Na medida em que o sistema do capital aprofunda as mazelas e as conseqüências da acumulação de capital (pauperização extrema do trabalhador) o Estado mantém-se aparentemente distante da base infra-estrutural. A especificidade do Estado capitalista se estrutura, segundo Poulantzas (1984), sob os processos fundamentais de igualização e abstração. O primeiro consiste na necessária construção e manutenção histórica do trabalhador livre, fundamental para a reprodução do sistema do capital. O capitalismo ao desenraizar as pessoas pretende transformá-las em uma única coisa, que é, a condição de vendedores de sua própria força de trabalho³. O segundo corresponde à cisão entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, com a predominância do último no âmbito da sociabilidade capitalista, sendo que a autonomização dos indivíduos corresponde a esta ruptura, portanto aos processos de alienação e reificação que se colocam na agenda do Estado.

Na condição sociometabólica do capital o Estado é fundamental como arquiteto da construção/divulgação da ideologia capitalista e germinador da semente do capital (mecanismos de extrair sobretrabalho), perpetua a produção da mais-valia oferecendo condicionantes infra-estruturais (financiamentos e obras diversas – apropriadas privadamente) e na dimensão jurídico-política e ideológica (o controle do poder político é imprescindível para qualquer empreitada relativa à reprodução das relações de produção).

Para Poulantzas (1984) o ‘efeito de isolamento’ é essencial, para ocultar “[...] aos agentes da produção, na sua luta econômica, as suas relações de classe.” (p. 50). Os agentes supracitados não aparecem como indivíduos no complexo da infra-estrutura, mas só aparecem desta forma no nível superestrutural, através das mediações jurídicas do contrato (controle) de trabalho (indivíduo como sinônimo de trabalhador), e dos títulos de posse (o indivíduo dono dos meios de produção), os seres humanos vêm-se despojados de suas determinações econômicas (do cotidiano das relações de produção, no ‘fazer-se classe’) e, portanto, do seu

² É preciso ressaltar que “[...] a autonomia *relativa* do Estado capitalista em relação às determinações econômicas *deve permanecer circunscrita aos limites da extração / exploração da mais-valia*, que constitui exatamente a espinha dorsal do capitalismo”. (Silveira, 1984, p. 28).

³ Nesse sentido as reflexões de Poulantzas (1984) e Martins (2002 – A sociedade vista do abismo. Petrópolis: Vozes), guardam conexões importantes, quando observa-se contemporaneamente a importância manutenção das condições de mobilidade para a acumulação de capital.

pertencimento de classe (ou você é pessoa física ou jurídica). É interessante observar, nessa senda, que:

[...] este Estado se apresenta constantemente como a *unidade* propriamente política de uma luta econômica que manifesta, em sua natureza, este isolamento. Ele aparece como representativo do 'interesse geral' de interesses econômicos concorrenciais e divergentes que ocultam aos agentes, tal como estes vivem, seu caráter de classe. Por via de consequência direta e através de todo um funcionamento complexo do ideológico, o Estado capitalista oculta, sistematicamente, no nível de suas instituições políticas, seu caráter político de classe: trata-se, no sentido mais autêntico, de um Estado popular-nacional-de-classe. Este Estado se apresenta como encarnação da vontade popular do povo-nação. O povo-nação é institucionalmente fixado como conjunto de 'cidadãos', 'indivíduos' cuja unidade o Estado representa, e tem, precisamente, como *substrato real* este efeito de isolamento que as relações sociais econômicas no MPC [modo de produção capitalista] manifestam." (POULANTZAS, 1984, p. 52).

O Estado produz uma cisão, a partir da dimensão, jurídico-política, entre os sujeitos históricos do sistema do capital e estes se metamorfoseiam em indivíduos atomizados, experimentando uma existência parcelar, todavia, como alertara Debord (1997), a separação é o alfa e o ômega da sociedade do espetáculo (produtora de mercadorias).

Processo esse que se torna agudo, tendo em vista que uma das grandes responsabilidades do Estado refere-se ao acionamento das contratendências à queda da taxa média de lucro (tendencial), as intervenções estatais de caráter econômico articulam-se em torno desse ponto chave na perpetuação do sistema do capital.

Para chegar ao cerne da questão: sabe-se que o papel do Estado na desvalorização de certas frações do capital constante foi destacado por certos pesquisadores [...]. O essencial das intervenções atuais do Estado (capital de Estado, capital público e nacionalizado) tenderia a fazer funcionar uma parte do capital a taxas inferiores ao lucro médio para fazer frente à queda tendencial. A respeito disso [...] penso que, sob certos aspectos, freqüentemente se faz uma *injusta crítica* a essas análises, argumentando-se que, mesmo na hipótese de o funcionamento do capital público ser tal como elas o descrevem [...] isso só se referiria à repartição e às transferências de mais-valia. Certamente; o que não impede, porém, que se trate de uma contratendência bem real, e essencial [...] à queda tendencial. [...] [É preciso] ter claro que, precisamente na medida em que essa publicização-desvalorização do capital diz respeito, no essencial à redistribuição da mais-valia total, a *contratendência principal e dominante* à queda reside no papel do Estado, que consiste em elevar a taxa da mais-valia e da exploração, o que remete ao cerne da luta de classes, e, assim, recobre diretamente o papel do estado relativo às transformações das relações de produção e da divisão social do trabalho (deslocamento da dominante para a exploração intensiva do trabalho e da mais-valia relativa,

inovações tecnológicas e reestruturações industriais, processo de qualificação-desqualificação da força de trabalho, extensão do espaço mesmo de reprodução da força de trabalho, etc.)” (POULANTZAS, 1984, p. 66).

Conforme exposto pode-se perceber que a noção propagandeada pelo ideário neoliberal de Estado mínimo não faz tanto sentido, se para efetivar a dominação e subsunção real do trabalhador o sistema do capital necessita de uma estrutura de comando política totalizadora.

Para Kosminsky e Andrade (1996) a concepção lefebvriana do Estado possibilita perceber de forma coerente, os processos de reprodução social contemporâneo da falácia neoliberal.

[...] O capitalismo sobreviveu transformando-se, e com ele o Estado hipertrofiado e mundializado. Estado hipertrofiado tanto sob o socialismo de Estado como sob o capitalismo de Estado. [...] O capitalismo desenvolveu, ampliou-se, estendeu-se, modificando sua articulação com o político, implicando um fortalecimento surpreendente do Estado. [...] Este fortalecimento generalizado do Estado não elimina a possibilidade de sua superação, já que para Lefebvre não existe estado sem contra-Estado, não existe poder sem contrapoder que o ameaça realmente. Os contrapoderes são todas as forças que ameaçam o Estado de dentro, ‘a saber, as regiões, as periferias (às vezes próximas dos centros), as diferenças que vão se produzindo, junto com a luta de classes.’” (1996, p. 52 – 53).

A especificidade das relações que envolvem o conjunto dos elementos de que o capital apreende para se reproduzir, aprisiona a lógica da vida e a subsume aos imperativos da troca, do mercado. O trabalho (elemento central do processo produtivo em sua dimensão material e imaterial), o espaço, o urbano, o rural; territórios constituídos para o fluxo da divisão social do trabalho comandada pelo capital. A lógica do Estado na dialética da igualização e abstração se põe, enquanto ‘conjunto institucional’ para absorver o cotidiano do trabalhador como possibilidade do trabalho assalariado ou do estar subjugado ao âmbito da troca (relação do trabalho com o capital financeiro). Damiani amplia a concepção ao colocar

Se pudéssemos ir da lógica à dialética, o caminho envolveria fazer um percurso que vai da forma quase pura, aquela que adere a poucos conteúdos e os afirma, aos múltiplos conteúdos da vida social. A lógica do Estado completa a lógica da mercadoria, igualizando as desigualdades. Tenta fazer tábua rasa da história humana, impondo estruturas espaciais homogeneizantes, fragmentadoras e hierarquizantes. A lógica da tecnocracia, do Estado tenta reduzir e filtrar os conteúdos históricos, enfraquecendo-os. Ela completa a lógica do mercado, e a partir da redução

que cria, torna possível o império [...] do mercado. A separação entre o político e o social, que moveu a literatura clássica marxista, definida como alienação política, foi definitiva para o processo reprodutivo, mesmo que, hoje, ele, o político, apareça subsumido na forma do 'neoliberalismo'. Há dominação pela lógica. É o espaço formal que impera. O cotidiano e o vivido lhe escapam. Ou melhor programa-se o cotidiano. [...] Toda a racionalidade econômica e política pesa sobre o cotidiano, enquanto vivido. (DAMIANI, 1999, p. 51 – 52).

Privatização do tempo de trabalho para além do 'chão da fábrica', privatização da vida, tais processos não se realizariam caso a lógica do Estado não fosse complementar à lógica da mercadoria como alerta Damiani (1999). "Trata-se, aqui, da contradição interna do próprio sistema moderno de produção de mercadorias, que se reproduz em níveis cada vez mais elevados: quanto mais total for o mercado, tanto mais total será o Estado [...]" (KURZ, 1998, p. 102). Uma simulação, um simulacro que esconde a condição de 'ornitorrinco'⁴ (Oliveira, 2003) do sistema do capital em sua marcha de totalização histórica (Cahuí, 2007).

As modificações estruturais, as reestruturações produtivas pelas quais passam o sistema do capital, são processos que não podem ser compreendidos sem levar em conta a ação estatal.

As sutilezas da homogeneização de gostos, culturas, costumes, necessidades (supérfluas), das pessoas, da troca; a "[...] equalização forçada do desigual, [a] identificação forçada do não-idêntico, [a] equivalência forçada do não-equivalente [...]" (KOSMINSKY & ANDRADE, 1996, p. 57), uma cadeia de equivalências que permanecem unidas no Estado. A pasteurização, o estranhamento, a afirmação dos processos de alienação, uma pauta de movimentos que se contrapõem as possibilidades de construção da autonomia (da vida além do valor de troca).

Gerindo todos os aspectos da sociedade, o Estado reconduz as relações sociais. Assim, a recondução do Estado fica também assegurada. Mantendo sob sua gestão a sociedade civil, esmagada entre o político e o econômico, o Estado penetra até na vida cotidiana, por diversos meios (impostos, código civil, mídia, etc.). Finalmente, e sobretudo, ação decisiva e suprema, o Estado identifica, homogeneiza, equaliza, destrói particularidades e diferenças, reúne as cadeias de equivalência em uma entidade política que se produz e se reproduz como tal. [...] A equalização forçada do desigual, a equivalência forçada do não-equivalente, a identificação forçada do não-idêntico, a homogeneização por coerção do

⁴ Alusão feita pelo sociólogo Francisco de Oliveira entre esse animal perdido na escala evolutiva e a acumulação capitalista no Brasil, que mescla setores de ponta associados à prática do trabalho escravo. Em sua análise retoma argumentação desenvolvida na década de 70 em sua crítica à razão dualista e observa que a evolução do capitalismo no Brasil tornou ainda mais perversa a relação entre o arcaico e o moderno na economia e sociedade brasileira.

diverso e das particularidades, tais são as funções maiores, iniciais e finais do Estado. (KOSMINSKY & ANDRADE, 1996, p. 59 – 60).

A administração dos antagonismos estruturais do capital mediados pelo Estado é essencial para o controle tirânico dos processos de trabalho (o tempo despótico do capital sob o cotidiano). “Isto se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção [...] e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente controlados pelo capital) do processo de reprodução econômica”.(MÉSZÁROS, 2002, p. 107). A difusão universal da alienação e da reificação, tendo em vista que a forma valor de troca se põe universalmente é possibilitada pela estrutura de comando política estatal, que opera nos níveis do micro e do macrocosmo para exercer “[...] um controle abrangente sobre as forças insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

Essa especificidade da ação estatal o transforma num guardião da propriedade privada dos meios de produção, portanto é um viabilizador da estrutura global sob a qual se assenta o sistema do capital: a extração do trabalho excedente. Sem a possibilidade de estruturar-se para manter tal lógica de funcionamento, até os ‘microcosmos’ do sistema se romperiam pelos constantes conflitos (e desacordos). Nesse sentido para o vaivém escalar do capital o Estado se coloca de forma vital.

Os processos gerais de igualização e abstração como formas de manifestação da sociabilidade capitalista, expressam-se espacialmente por meio da dialética da diferenciação e da igualização geográficas sendo responsáveis pelo padrão de desenvolvimento desigual. A tendência para o equilíbrio espacial (na busca do capital por melhores localizações – compondo o sentido da igualização) é frustrada por forças poderosas que se movem no âmbito do capital (concorrência, capital morto agregado ao solo em diferentes estágios do desenvolvimento das forças produtivas), que tendem para um contínuo desequilíbrio geográfico (Smith, 1988).

A produção do espaço (das formas espaciais) age no sentido de conter, ou pelo menos dirimir, as crises do capital. O espaço enquanto mundialidade é a realização momentânea das soluções (efêmeras) de subconsumo e superacumulação. O vaivém entre espaços de uso e de troca aponta a vitalidade do território (enquanto espaço que se realiza na forma da propriedade privada) para a

dinâmica da reprodução ampliada do capital. O modo de produção capitalista sobrevive eminentemente a partir da expansão geográfica, a produção para ser convertida em mais-valia, precisa ‘completar e acelerar’ o circuito P – D – C – C. A partir do momento em que se caminha da subordinação formal à sujeição real todos os aspectos da vida material estão mercantilizados guardadas as proporções particulares.

É importante ressaltar a indagação de Harvey (apud Smith, 1988, p. 193): há um fixo espacial para as contradições internas do capitalismo? O espaço como momento ativo da circulação e acumulação de capitais (Smith, 1988, p. 193) põe em relevo esta questão não como fixo, mas como movimento, a mobilidade espacial do capital é uma dimensão da crise e da condição contínua da crise, portanto não como fixo, mas como movimento, a *possibilidade* de conter as contradições se coloca; não se pode dizer que conterà, talvez amenize o problema. Parafraseando Lefebvre ao colocar que o Estado gera um contra-Estado, o poder gera um contra poder, no espaço, esta é a semente do contra-espaço que se realiza e se nega na dialética entre os espaços de uso e de troca.

1.1.1. O Estado, o capital e o trabalho: classes sociais e precarização.

O vaivém escalar do capital mediado pela ação do mesmo mostra a dimensão da capacidade que o aparato estatal tem de homogeneizar, (e talvez aqui seja um ponto fundamental do sentido histórico do Estado capitalista): “[...] obtendo até certo ponto a equalização do mais desigual: as classes sociais” (LEFEBVRE *apud* KOSMINSKY & ANDRADE, 1996, p. 67). A realidade das classes sociais naquilo que Lefebvre denomina de Modo de Produção Estatista tende a se tornar menos legível (pois este mesmo modo tende a dissolver a sociedade em camadas, estratos, grupos). Lefebvre colocava que nesse sentido a classe operária, ampliada aqui no dizer de Antunes (1999) a classe-que-vive-do-trabalho “[...] tende a perder a sua existência de classe. Dissolve-se, desagrega-se em sedimentos, estratos e grupos (empresas)” (*apud* KOSMINSKY & ANDRADE, 1996, p. 66 – 67).

A luta de classes se lança a um, outro patamar, de uma luta para se constituir enquanto classe (uma negação da desagregação), uma luta pela existência. A peculiaridade deste momento da luta de classes requer clareza de algo que Marx (2007, p. 41–42) chamava a atenção: em um determinado estágio no

desenvolvimento das forças produtivas nos marcos das relações existentes estas passam a causar malefícios e não mais são forças produtivas, passam à condição de força destrutiva, quando se vivencia um estágio de barbárie, em que tais forças destrutivas são condição de existência para a reprodução sociometabólica do capital. Neste bojo as colocações de Harvey vão de encontro às falácias “*made in Hayek e Friedman*” de um Estado mínimo:

Não obstante, a condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classes e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (por exemplo, entre interesses mercantis, financeiros, manufatureiros, agrários e rentistas). (HARVEY, 2004, p. 80).

Nesta trajetória, é sensato refletir, se o Estado na condição sociometabólica do capital está relacionado à subsunção do trabalho como uma das ações possíveis de contratendência. Referindo-se ao Estado brasileiro uma dimensão das possibilidades postas nessa articulação é levantada por Oliveira (2003), quando ressalta que a acumulação de capital no Brasil remonta a um híbrido que lembra a imagem do “ornitorrinco”. Do latifúndio à hipermodernidade representada pelas multinacionais, ressalte-se atraso é alimento do moderno.

O que pensar, por exemplo, sobre a reestruturação do capital (e do mundo do trabalho) nesse contexto? Sabe-se que na condição contemporânea a classe-que-vive-do-trabalho passa por um processo de “[...] precarização estrutural do trabalho [...]” (ANTUNES, 2007, p. 17), que podem ser representadas pela “[...] intensificação das formas de extração do trabalho, ampliam-se as terceirizações, a noção de tempo e de espaço também são metamorfoseadas e tudo isso muda muito o modo do capital produzir mercadorias [...]” (ANTUNES, 2007, p. 17).

Para a classe trabalhadora a condição de precarização além de estrutural é permanente (o trabalho escravo, a morte por exaustão nos canaviais paulistas⁵, etc.). A reprodução do sistema do capital “[...] dá-se muito mais pelo avanço da extração do trabalho vivo nos chamados setores atrasados ou arcaicos do que na contra partida ‘pós-moderna’ da informática, da robotização, etc.” (SILVA, 2004, p.

⁵ Refiro-me aos acontecimentos recentes veiculados pelos meios de comunicação e pela Comissão Pastoral da Terra que registraram aumento de trabalho escravo no Brasil (In: <http://www.cptnac.com.br> e <http://www.cpt.org.br>) e a morte por exaustão de trabalhadores do corte de cana dos canaviais de São Paulo (região do Pontal de Paranapanema).

88). Esse fenômeno põe em cheque a validade dos argumentos que colocam uma crise da sociedade do trabalho, a (des) centralidade do trabalho na apreensão ontológica do mundo capitalista.

Autores como André Gorz, Claus Offe, Jürgen Habermas, (e até certo ponto Robert Kurz) são teóricos da concepção que situa a perda da centralidade do trabalho de uma maneira intensa no bojo do sistema do capital, e com ela a falência do pleno emprego e do Estado do Bem Estar Social. O que não está em pauta é que o pleno emprego nunca se dará numa sociabilidade contraditória como a capitalista, que ‘dispensa’ o oxigênio da acumulação (trabalho vivo) na evolução mesma do sistema (as mudanças na composição orgânica do capital), e constrói a sombra da incontornabilidade (a crise estrutural permanente) que alimenta o trabalho morto e é por ele alimentado.

O que realmente se coloca é um avanço do trabalho morto sobre o trabalho vivo⁶, ressaltando que “a criação de valores de troca seria o resultado dessa articulação entre os trabalhos vivo e morto” (ANTUNES, 2003, p. 84). Como expressão desse movimento teremos conseqüentemente a intensificação da inteira subordinação da dimensão concreta do trabalho à sua dimensão abstrata. É importante destacar as diferenças entre estas dimensões do trabalho:

De um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias. É o momento em que se efetiva o trabalho concreto, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aflora sua dimensão abstrata, onde ‘desvanecem-se... as diferentes formas de trabalho concreto’ e onde ‘elas não mais se distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato’ (ANTUNES, 2003, p. 84).

1.2. A substância desumanizadora do capital: fetichismo do trabalho abstrato.

Diante disto toda a massificação ideológica que se impõe sobre o fim do trabalho revela sua limitação e o caráter da crise no mundo do trabalho, que seria a reestruturação deste de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas atuais

⁶ Em linhas gerais podemos estabelecer que o trabalho vivo (dimensão concreta do trabalho) seria responsável pela criação de valores de uso e o trabalho morto (dimensão abstrata do trabalho) responsável pela criação de valores de troca, sendo que o segundo é preponderante sobre o primeiro. In: ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª ed. São Paulo. Ed. Boitempo, 2003.

para aumentar a sua capacidade na produção de valores de troca. Portanto quando se fala da crise na sociedade do trabalho é necessário dimensioná-la enquanto uma crise da sociedade do trabalho abstrato⁷:

Nesta vertente, entretanto, é possível constatar duas maneiras bastante distintas de compreensão da chamada crise da sociedade do trabalho abstrato: aquela que acha que o ser que trabalha não desempenha mais o papel estruturante na criação de valores de troca, na criação de mercadorias, (...), e aquela que critica a sociedade do trabalho abstrato pelo fato de que este assume a forma de trabalho *estranhado, fetichizado* e, portanto, *desrealizador e desefetivador* da atividade humana autônoma. (ANTUNES, 2003, p. 85-86).

Desconsiderar que o ser que trabalha não mais desempenha papel central na criação de valores de troca é desconsiderar a condição essencial e mantenedora do sistema do capital durante toda sua história, a produção social (constituída pela contradição capital x trabalho) sendo apropriada de forma individual. Porém considera-se que mesmo de forma precária, desqualificada, subcontratada, terceirizada, em alguns setores; e intelectualizada e mais qualificada em outros, o trabalho é o pilar de sustentação do sistema do capital (a partir mesmo desta contradição entre “qualificados” e “desqualificados”), e este quadro abarca toda a estrutura explorativa contemporânea. A finalidade essencial dessa estrutura é expandir constantemente o valor de troca, para isso subjugava intensamente o trabalho ao capital (e dialeticamente reafirma a sua centralidade).

A crise no mundo do trabalho reflete as contradições entre o embate do capital x trabalho, e é indicativo da crise permanente e estrutural que a acumulação do capital mantém como forma de se reproduzir. E nesse sentido é interessante entendermos que:

O sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. Não sendo consequência de nenhuma determinação ontológica inalterável, esse sistema de metabolismo social é, segundo Mészáros, o resultado de um processo historicamente construído, onde prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital. (ANTUNES, 1999, p. 19).

O processo de produção capitalista requer que a especificidade da relação capitalista se universalize. A existência do capital em suas formas elementares

⁷ “(...) a crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida, (...), como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto” (ANTUNES, 2003, p. 85).

(mercadoria e dinheiro) não garante por si a reprodutibilidade sociometabólica do capital, é preciso que as condições para tal se estabeleçam e permaneçam continuamente. Marx (2004a – Manuscritos de 1844) já advertia que o capital não é apenas resultado, mas fundamentalmente pressuposição da produção capitalista. “A princípio o capital entra em cena como dinheiro que há de transformar-se em capital, ou que ainda só potencialmente é capital” (MARX, 2004b cap. VI, p. 39).

A produção especificamente capitalista é produção de mais valia, o capital em sua forma dinheiro é regulado de maneira (relações sociais) específica para gerar um valor excedente (o dinheiro utilizado tendo por objetivo o seu aumento – o que envolve a reprodução das relações de produção), considerando que $C = c + v^8$, C se dá como função de v , se há acréscimo em v (Δv), C será C' [$C' = c + (v + \Delta v)$] (MARX, 2004b, p. 42). A razão direta do crescimento de v dá substância à mais-valia, nesse sentido a produção do valor excedente é produção de sobretrabalho.

O metabolismo social do capital requer, portanto que o trabalho, e o trabalhador em muitos casos, esteja subsumido ao capital, daquele depende a valorização incessante do valor. Quando Marx (2004b, p. 50 - 51) remete ao valor de troca, eixo central da sociedade capitalista que o fetichismo da mercadoria torna “metafísico⁹”, assim como o próprio sistema do capital, coloca-se justamente a sua desfetichização quando da relação posta entre o valor que ingressa no processo de produção e o valor que passando sobre valores postos procede a uma criação de valores.

Os processos de valorização do capital não se dão sem contradições; sobre os trabalhadores (capital variável) recai um pesado conjunto de processos que a partir de sua exploração perpetuam os imperativos de lucratividade do sistema, por mais que a taxa de lucro e a mais valia tomem estatisticamente “curvas” distintas (dependendo de um conjunto de variáveis), conforme Marx expõe no livro III do Capital, sobre os mesmos se garante a custos sociais imensos a hegemonia da classe capitalista e do sistema do capital. Enquanto formação econômico-social dominante, o neoliberalismo é paradigmático sob esse aspecto: conforme Harvey (2008) restaura-se o poder de classe, atenuando-se as contradições promovendo o

⁸ Segundo Marx, $C = c + v$ (Capital Total = capital constante + capital variável – o capital adiantado sobre a forma de meios de produção e matérias primas bem como o salário). O Capital livro I v. I.

⁹ Se observarmos a economia política burguesa, a sociologia burguesa, assim como a geografia burguesa contemporâneas à Marx ou a nós não é difícil percebê-lo apresentando-se como o sentido que aqui se dá a metafísico.

desenvolvimento geográfico desigual (potencialidades de exploração dos trabalhadores garantida mundialmente, calcado por um conjunto de arranjos institucionais), o antivalor¹⁰ torna-se virtualidade?

1.2.1. A rarefação da substância de valorização do capital.

A mercadoria é a forma social mais simples em que toma corpo o produto do trabalho na sociedade atual, e coexiste com a perda de sentido que está na sua gênese, valor de uso produzido para outro. O estranhamento está enraizado na produção capitalista de mercadorias, mas como possibilidade o trabalho humano abstrato é a mediação desse processo. “As propriedades materiais só interessam pela utilidade que dão às mercadorias, por fazerem destas, valores de uso. Põem-se de lado os valores de uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas” (MARX, 2002, p. 59). *A priori* o valor de troca se realiza ‘pelo’ valor de uso, mas negando-o em essência. Nesse aspecto realizar o valor se põe como transmutação de toda a espécie de trabalho humano concreto em trabalho humano abstrato.

Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas, então, o produto do trabalho terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor-de-uso. Ele não é mais uma mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais. Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhadores nele corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (MARX, 2002, p. 60).

A ‘perpetuação’ da sociedade pautada no modo de reprodução sociometabólico do capital viabiliza-se a partir da expansão do valor de troca, o que pode ser pensado como expansão (seguida da desnecessidade) do trabalho humano abstrato (apropriação de sobretrabalho). A poderosa estrutura totalizadora

¹⁰ Discussão capitaneado por Chico de Oliveira em Os direitos do antivalor. Petrópolis: Vozes, 1998. Os fundos públicos sustentam a acumulação do capital, uma interessante contradição se pensarmos em termos de neoliberalização da economia, discurso emanado da crise capitalista na década de 1970 e que se apresenta apenas como a crise do Estado do Bem Estar Social. O próprio avanço da medicina aumentou a expectativa de vida, mas não retira destes seres sua condição supérflua de exército de reserva.

da reprodução capitalista, em suas diversas dimensões, apreende a totalidade da vida humana. A propriedade privada dos meios de produção e o trabalho assalariado são garantidos (para garantirem o sistema do capital), a partir das estruturas jurídico-políticas e ideológicas sem as quais a manutenção de uma sociedade de classes não se daria. As materializações de tais estruturas se dão essencialmente pela ação do Estado, que é em grande parte responsável pela garantia institucionalizada da exploração do trabalho, e da garantia de realização de sobretrabalho. A grande contradição de classe é a desrealização do ser humano pelo trabalho, tem-se, portanto, um antagonismo inconciliável. Aqui o Estado é fundamental ao sistema do capital, como coloca Lênin:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis. (2007, p. 25).

Para dirimir os conflitos possíveis em uma sociedade baseada na exploração dos 'trabalhadores sem-propriedade' é que se preenche o sentido existencial do Estado. A burocracia e o exército permanente, instituições que segundo Lênin (2007) são as mais típicas da máquina estatal tem o seu uso posto para esvaziar o sentido de muitas "rebeldias" cotidianas no âmbito das contradições da sociabilidade do valor de troca.

Compreende-se, portanto, que a reflexão sobre o Estado no âmbito da condição sociometabólica do capital é de suma importância para desvelar as formas sutis de apropriação do trabalho e da vida humana pela órbita do valor de troca (a ampliação da produção capitalista traz consigo a difusão universal da alienação e da reificação, tendo em vista a tendência dessa forma específica do valor se por universalmente).

O sistema do capital em sua tendência historicamente totalizadora dá substância histórica ao Estado contemporâneo.

[...] é tanto mais revelador que o Estado moderno tenha emergido com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma da *estrutura totalizadora de comando político do capital*. Este implacável desdobramento das estruturas estreitamente entrelaçadas do capital em todas as esferas é essencial para o estabelecimento da viabilidade limitada

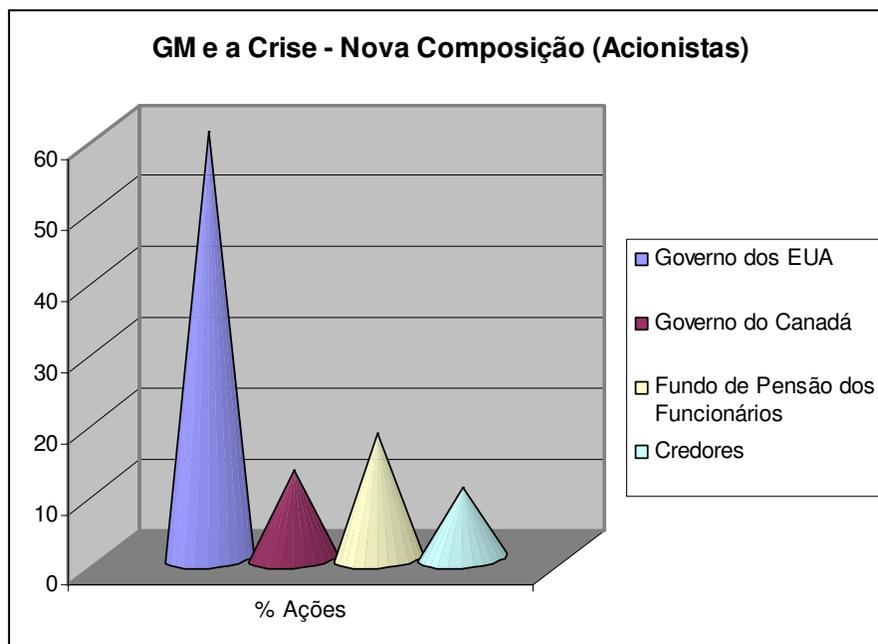
desse modo de controle sociometabólico tão singular ao longo de toda a sua vida histórica. (MÉSZÁROS, 2002, p. 106).

Manter o controle e a gestão da massa produtora dos valores de troca, estar posto na perspectiva de viabilizar a produtividade permanente do sistema, desenvolver mecanismos de contratendência às quedas na taxa de lucro, eis algumas das “funções” essenciais do Estado no sistema do capital; que além do exposto detém o controle legal (monopólio da coerção institucionalizada), criando, portanto, possibilidades de potencializar a extração do sobretrabalho (um mecanismo chave na ‘bomba de extração do trabalho excedente’).

[...] constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência e à grandeza da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário desaparece, *assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura*, e que, no final das contas, toda sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos *proprietários* e dos *trabalhadores sem propriedade* (MARX, 2004, p. 79).

A condição de trabalhador sem propriedade é a viabilidade do estar subsumido à lógica do capital, “[...] cada nova classe instaura sua dominação somente sobre uma base mais ampla do que a da classe que dominava até então [...]” (MARX, 2007, p. 49), portanto à burguesia interessa ampliar incessantemente o capital, por mais que esteja à sombra da incontrollabilidade, reproduzir tal condição é se reproduzir enquanto classe dominante (observe figura abaixo).

Figura 1: Nova composição dos acionistas da GM pós concordata no contexto da crise que se iniciou em 2008 e desdobra-se em 2009.



Fonte: meios de comunicação, elaboração DUTRA JR (2009).

O processo sintetizado nas informações contidas no gráfico acima denota uma feição já apontada por Marx nos Manuscritos de 1844 ao Capital – e retomada por Oliveira (2003), em que analisa o pacto e o impacto de supostos representantes da classe trabalhadora que se converteram em operadores de fundos de pensão, e duplês de banqueiro (reformismo social-democrata? Ou extrema direita?), com o capital e o Estado (o tripé Estado – Capital – Trabalho expresso na empiria destrutiva da sociabilidade capitalista), garantindo a lucratividade dos capitais produtivo e financeiro (juros, lucro e renda).

A GM declara concordata e é socorrida pelo Estado e pela simbiose deste com o capital e trabalhadores cooptados; e um outro ponto interessante do discurso do presidente dos EUA, Barak Obama, em relação ao fato analisado, é de que, o governo norte americano não está estatizando a GM; de fato, o que se coloca é o Estado nas mãos da classe dominante que socorre capitais privados a partir da arrecadação estatal, somente um aparelho coercivo dotado de grande poder e funcionalidade que extrai “mais-valia social¹¹” (“sobre-sobretalho”) e o reconverte para os capitais privados com tamanha eficiência, contratendência à queda da taxa de lucros orquestrada pelo Estado significa maior extorsão da classe trabalhadora,

¹¹ Expressão utilizada por Francisco Oliveira em Os direitos do antivalor. Petrópolis: Vozes, 1998.

mesmo na ambiência da incontrolabilidade. Para termos uma idéia um jornal de veiculação nacional¹² transmitiu a notícia de que no último quarto de século os países ricos destinaram 04 trilhões para os países pobres e 36 trilhões para os bancos (banqueiros), ajuda “humanitária” camuflada pela sombra da incontrolabilidade, a perspectiva dialética recoloca o esgotamento histórico das possibilidades do capital (e do capitalismo).

Na condição da incontrolabilidade emerge o substrato histórico para a efetivação justificada da apologia - ‘não há alternativa’ que encontra sustentação teórica na economia política clássica e neoclássica. Naturaliza-se o que é histórico, na tentativa de *justificar e eternizar* as mazelas da reprodução do capital sob as bases de uma exclusão da qual não há possibilidade de haver nenhum tipo de resposta. A condição de mais-valia latente, as mudanças na composição orgânica do capital (trabalho morto crescente), a extração de trabalho excedente, um labirinto aparentemente sem saída ou a “[...] aniquilação da história [como] o único curso da ação plausível, inseparável da cegueira do capital ao futuro dolorosamente tangível que deve ser enfrentado” (MÉSZÁROS, 2007, p. 25).

Como o capital se relaciona com a história em nosso tempo? Segundo Mézáros (2007) “[...] a única maneira de o capital se relacionar com a história em nosso tempo é *abusar* violentamente dela” (p. 26), tornar o tempo e as temporalidades sujeitas ao valor de troca, na medida em que o cotidiano dos trabalhadores representam mais-valia absoluta e relativa. Entende-se a partir de então por que as forças produtivas no sistema do capital e a certa altura de sua ascendência histórica são forças destrutivas.

A história das sociedades de classe sempre se caracterizou pela extração forçada de trabalho excedente, fosse sua modalidade *política* ou *econômica* ou, na verdade uma combinação de ambas. A extração lucrativa de trabalho excedente como mais-valia, característica da ordem social do capital, não alterou a substância da antiqüíssima relação exploratória, mas apenas a sua modalidade: por tornar estruturalmente dominante a expropriação econômica forçada de trabalho excedente, reduzindo os seres humanos – a serviço da mais-valia que se acumula cada vez mais – ‘à carcaça do tempo’. (MÉSZÁROS, 2007, p. 44 – 45).

Enquanto produção de riqueza abstrata (no sentido de que tal riqueza se constitui a partir de relações de estranhamento e negação), o sistema do capital vai se constituindo a partir da extração do trabalho excedente socialmente constituído,

¹² Leitura Dinâmica, jornal exibido pela emissora Rede Tv, em 05/09/2009.

significando que a “[...] efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome” (MARX, 2004, p. 80).

1.3. A belicosidade do capital e o Estado: a lógica neoliberal totalitária.

A gênese da democracia burguesa (Revolução Francesa) coincide com a fusão dos domínios, econômico e político, nas mãos da classe capitalista, o que possibilitou então a mundialidade latente do sistema do capital.

Sob o signo da igualdade, liberdade e fraternidade erigiu-se a era da democracia burguesa. Como iguais, na forma jurídica do Estado burguês, os homens se relacionam, mecanismos que aparentam certa justiça fundamentam a gênese da garantia da circulação não apenas das mercadorias, mas da forma reificada com que os homens se relacionam na produção da sua vida material: aquele que tem algo a comprar e o que vende algo. Separa-se juridicamente o que o capital separou bruscamente no bojo da acumulação primitiva: trabalhador e os meios de produção. Institucionaliza-se a subsunção do trabalho ao capital, ao passo que o Estado garante a divisão social do trabalho, como recorda Poulantzas¹³ “[...] deve-se procurar o fundamento da ossatura material do Estado nas relações de produção e na divisão social do trabalho” (1985, p. 17).

Produzindo espaço, advertia Lefebvre (2008), o capital resolvia (ou ao menos adiaria) uma série de contradições que se apresentariam como barreiras para a acumulação e reprodução ampliada do capital (questões vinculadas à composição orgânica do capital e à taxa de lucro foram postas pelo filósofo francês como exemplos), observemos a China, o espaço no início do século: novas raridades? A mundialização necessita de uma arquitetura institucional que pressuponha a contradição fundante à escala mundo (produção social x apropriação privada). Cai por terra a tese neoliberal, um Estado intensamente regulador é o que comumente se observa, fundamentalmente em se tratando de setores como fornecimento de água, luz, energia elétrica, telefone, transporte; o monopólio da coerção legal se transmuta em monopólio a serviço do capital, os lucros abusivos decorrem quase que “naturalmente” de um processo com essa característica (o capitalismo metafísico é um fato?).

¹³ POULANTZAS, N. Estado, poder e socialismo. Ed. Graal, 1985.

O neoliberalismo inverte quase que num passe de mágica as reais contradições que compreendem o mundo da mercadoria, no campo ideológico a inversão coloca as vítimas da sociabilidade capitalista no banco dos réus, se a “liberdade individual” (para consumir) é valorizada sob o mundo plano do neoliberalismo suas escolhas determinarão sua vida, caso haja fracasso a culpa é do indivíduo. Podemos exprimir o contraponto à planificação (muito mais ideológica) nas palavras de Eduardo Galeano (2009)¹⁴: “Segundo a Revista *Foreign Policy*, a Somália é o lugar mais perigoso do mundo. Mas quem são os piratas? Os mortos de fome que assaltam navios ou os especuladores de Wall Street, que há anos assaltam o mundo e agora recebem multimilionárias recompensas por suas atividades? Por que são intocáveis as cinco potências que tem direito de veto nas Nações Unidas? Esse direito tem origem divina? Velam pela paz os que fazem o negócio da guerra? É justo que a paz mundial esteja a cargo das cinco potências que são as cinco principais produtoras de armas?”.

Sob a égide do pensamento neoliberal promovido à escala mundo pela dupla Reagan – Thatcher o poder de classe é restaurado, como aponta Harvey¹⁵ (2008), também são reestruturadas as formas de Estado e das relações internacionais pós Segunda Grande Guerra pretendendo impedir um retorno às condições que colocaram em cheque o poder capitalista na grande crise dos anos 1930. A “dama de ferro” em seu ataque ideológico era implacável, segundo suas próprias palavras: “a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais e depois suas famílias”, ainda acrescenta, “a economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito” (Harvey, 2008, p. 32).

Desaparecem as classes sociais, o trabalhador individual e o trabalhador “coletivo” (família) ganham existência metafísica no discurso neoliberal, porém a marcha da proletarização segue o rumo. Segundo Oliveira (2009): “Nos últimos vinte anos, o capitalismo mundial experimenta uma violentíssima expansão: 800 milhões de trabalhadores foram transformados em operários entre a Índia e a China, e em todos os países do vastíssimo arco asiático”. O capital segue os passos da acumulação primitiva para reafirmar-se moderno, desenraiza, proletariza, desregula, precariza, mas não pode eliminar o trabalho vivo do centro nervoso da economia

¹⁴ Artigo publicado no Boletim Carta Maior intitulado: “Desculpem a moléstia”. In: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15980. (2009).

¹⁵ Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

capitalista, capital é trabalho acumulado posto sob regulação específica (produzir mais-valor). “Uma ampliação quase sem precedentes na história mundial das fronteiras da mais-valia. Descentralidade do trabalho? *Vade retro!*” (Oliveira, 2009, p. 1). Conforme Marx & Engels:

O lumpemproletariado, essa parcela passiva, em decomposição, das camadas inferiores da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado para o interior do movimento pela revolução proletária; suas condições de vida, contudo, fazem com que ela tenda mais a se deixar comprar para atividades reacionárias [...] As condições de sobrevivência da velha sociedade já estão destruídas nas condições de existência do proletariado. (2005, p. 97).

As fronteiras da mais-valia nunca estiveram tão elásticas, qual o significado dessa ampliação? As décadas imediatamente posteriores a dupla Reagan – Thatcher, no poder, atesta as colocações do sociólogo Francisco de Oliveira, relativas à expansão da acumulação primitiva no sudeste asiático, potencializando a geografia da acumulação e da reprodução ampliada da mais-valia absoluta e relativa.

Quadro 1: A concentração mundial do capital no final dos anos 1980 e nos anos 1990.

Peças de vidro para automóveis	em 1998	Três empresas detêm 53 % da produção mundial
Pneus	em 1998	Seis empresas detêm 85 % da produção mundial
Processamento de dados	Em 1987	Dez empresas detêm 100 % da produção mundial.
Material médico	Em 1989	Cinco empresas detêm 90 % da produção mundial
Café solúvel	Em 1994	Duas empresas detêm 80 % da produção mundial
Cereais	Em 1994	Duas empresas detêm 75 % do comércio mundial
Bananas	Em 1994	Três empresas detêm 80 % do mercado mundial
Tabaco	Em 1994	Três empresas detêm 87 % do comércio mundial
Banco de imagens	Em 1994	Três empresas detêm 80 % da produção mundial
Automóveis	Em 1994	Dez empresas detêm 76 % da produção mundial

Telecomunicações/equipamentos	Em 1997	Quatro grupos detêm 70 % das vendas mundiais
Aeronáutica civil	Em 1998	Dois grupos detêm mais de 95 % da prod. mundial
Microprocessadores	Em 1997	Um grupo controla 60 % do mercado mundial

Fonte: Costa, 2008, p. 27 – a partir de Toussaint, Chesnais e Petrella

Os custos sociais de tamanha concentração de capital são imensos, paga-se o preço do humano coisificado e da mercadoria fetichizada posta a limites extremos, a centralidade do trabalho faz eco à centralidade do fetichismo da mercadoria na ambiência moderna.

No contexto do neoliberalismo a liberdade individual apregoada potencializa o caráter sacralizado da propriedade privada (conforme Quadro acima), que por sua vez garante a lógica da reprodução ampliada do capital, a propriedade que estrutura a exploração da força de trabalho (trabalhador), contudo as relações de classe se tornam explosivas conforme a intensidade que o processo ganha, as contradições de classe geram resistência por parte dos trabalhadores. Considerando que o sistema do capital produz excessos de capital e trabalho de acordo com o padrão de acumulação vigente caso os mesmos não se recombinarem para geração de mais-valia as crises de superprodução-subconsumo se efetivarão.

Registrou-se um aumento percentual de aproximadamente doze vezes em relação à evolução do número de mortes de civis (considerando o total de mortos durante as guerras mundiais – militares e civis) da Primeira Guerra Mundial para a Segunda Grande Guerra¹⁶, culminando com a explosão das bombas atômicas no Japão; capitais distintos e seus imperialismos (representando-os) trazem à tona a face destrutiva do poder pretensamente criador (de excessos e crises – desefetiva-se o trabalhador para Marx) do sistema do capital. Parte desse processo é exposto por Marx em obras como O capital, O 18 de Brumário e o Manifesto Comunista, quando analisa o caráter revolucionário que a burguesia institui para subsumir histórica (sócio-politicamente) e economicamente (as forças produtivas e posteriormente destrutivas) as classes trabalhadores, nesse bojo os territórios do

¹⁶ David Harvey trabalha essa idéia em Los Limites Del Capitalismo Y La Teoria Marxista (último capítulo), FCE, 1990.

trabalho abstrato adquirem substância bélica. A dimensão atual do processo pode ser compreendida em Harvey (2009, p. 1 -2).

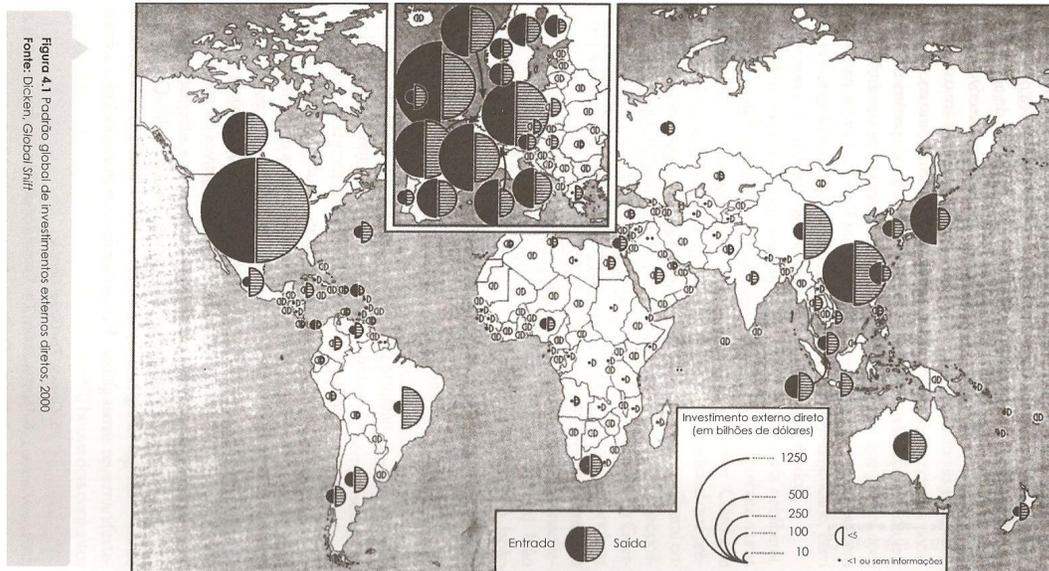
O que aconteceu foi que nos anos de 1990 surgiu o problema de um excedente de dinheiro sem destinação – o capitalismo é um sistema que sempre produz excedentes. Nós podemos pensar a coisa da seguinte forma: o capitalismo acorda certa manhã e vai ao mercado com certa quantidade de dinheiro e compra trabalho e meios de produção. Ele põe estes elementos para trabalhar e produz certo bem, para vendê-lo por mais dinheiro do que ele tinha no começo. Assim, no fim do dia o capitalista tem mais dinheiro do que ele tinha no começo do dia. E a grande pergunta é: o que é que ele faz com aquele extra que conseguiu? Bem, se ele fosse como você e eu, ele provavelmente sairia e se divertiria gastando o dinheiro. Mas o capitalismo não é assim. Há forças competitivas que o impelem a reinvestir parte de seu capital em novos desenvolvimentos. Na história do capitalismo, tem havido uma taxa de crescimento de 3% desde 1750. Uma taxa de crescimento de 3% significa que é preciso encontrar saídas para o capital. Desse modo, o capitalismo sempre se confronta com aquilo que eu chamo de problema da absorção do excedente do capital: onde eu posso encontrar uma saída lucrativa em que aplicar o meu capital? Em 1750, o mundo inteiro estava aberto para essa questão. E, àquela época, o valor total da economia global era de 135 bilhões de dólares em bens e serviços. Quando se chega a 1950, há 4 trilhões de dólares em circulação, e você tem que encontrar saídas para 3% de 4 trilhões. E quando se chega ao ano 2000, tem-se 42 trilhões de dólares em circulação. Hoje, provavelmente, este valor chega a cerca de 50 trilhões. Em 25 anos, a uma taxa de crescimento de 3%, ele será de 100 trilhões. Isso significa que há uma crescente dificuldade em encontrar saídas rentáveis para o excedente de capital.

O território retorna ao centro da pauta, quando em 1750 o mundo apresentava-se na perspectiva do avanço dos territórios do trabalho abstrato e o valor total da economia global não era de longe o que se tem nos termos do século XXI, as saídas eram certamente menos problemáticas, os colonialismos e neocolonialismos eram a feição da contradição territorial (capital x trabalho) à escala mundo, já em 1950 as cifras apresentadas demonstram como o problema ganha intensidade, seria a Segunda Grande Guerra uma demonstração desse devir?

Os trinta anos gloriosos expressam a feição do desenvolvimento desigual capitalista no âmbito dos territórios, as novas raridades (Lefebvre, 2008) redefinem territorialmente as bases da acumulação primitiva, para garantir trabalho vivo e a produção de valores de troca. A partir de tais mecanismos os territórios do trabalho abstrato ganham funcionalidade à mobilidade dos 3% (sobretalho que reintegra-se à regulação do tempo de giro do capital), o que significará uma dimensão intensamente destrutiva do/no território, o militarismo e a economia de destruição (Dantas, 2007) capitaneadas pelo Estado (que transformou-se num campo de força

que internalizou relações de classe, conforme Harvey – 2008, p. 21) ganham centralidade no seio dos territórios do trabalho abstrato.

Figura 2: Padrão Global de Investimentos externos diretos.



Fonte: David Harvey (Neoliberalismo: história e implicações, São Paulo, Loyola, 2008, p. 101).

Os movimentos de contratendência à hegemonia do capital e à taxa de lucro não eliminaram da pauta da sociedade capitalista a acumulação primitiva (Harvey, 2004; Mészáros, 2002), a mais-valia absoluta é consoante aos imperativos de produtividade; a contradição capital x trabalho nutre-se da força dos canhões (a guerra é a continuação da política por outros meios – e da economia?). O que significou a guerra do Iraque e a invasão do Afeganistão?

Aquele pensamento onipotente – e superguerras arrasadoras, mas ao mesmo tempo, “limpas” para o agressor – corresponde à representação que a cúpula militar-burguesa americana tem sobre o mundo; é o seu modo de ver os conflitos e os movimentos que se opõem à *pax americana* [capital] (DANTAS, 2007, p. 20).

A *pax americana* dispõe-se a universalizar o valor de troca, o território apreendido pela engrenagem da guerra é a garantia do lucro, do movimento de reprodução e acumulação ampliada do capital que necessita territorializar a mais-valia absoluta e relativa (formas de apropriação do trabalho vivo/morto), momentos não dissociados do sociometabolismo do capital, conforme Mészáros (2002, p. 682),

Além do mais a contínua extorsão de mais-valia absoluta permanece um integrante insubstituível do próprio dinamismo expansionista ao longo da história dos desdobramentos capitalistas, incluindo suas fases menos problemáticas. Isto é claramente evidente na utilização de *sweat-shops*, trabalhadores imigrantes, *Gastarbeitern*, trabalhadores domiciliares etc., pelos países capitalistas avançados. Para não mencionar os imensos benefícios materiais que tais países continuam a alcançar pela extração de vastas quantidades de mais-valia do resto do mundo, na mais alta taxa de exploração praticável.

O sociometabolismo destrutivo do capital na dimensão escalar dos territórios do trabalho abstrato é bem apreendida na análise do filósofo húngaro, a contínua extorsão da mais-valia recombina as dimensões absoluta e relativa (mediados pelo tripé Estado – Capital – Trabalho), dessa maneira a dimensão espacial entra na órbita da acumulação que encontra terreno fértil para a sua mundialização.

Certamente, de acordo com a sua linha de menor resistência nas circunstâncias, a exploração neocolonial, muito protegida pela extração de mais-valia absoluta, serve perfeitamente aos interesses do 'capital metropolitano' e seu apetite insaciável por superlucros facilmente repatriáveis. Entretanto não se pode esquecer que a 'modernização' neocolonial do sistema capitalista de produção, que mantém no 'Terceiro Mundo' a reconhecida preponderância anacrônica da mais-valia absoluta, também vem a servir aos interesses do capital 'subdesenvolvido' e à sua linha de menor resistência no estágio de desenvolvimento dado. É precisamente com base nesta identidade de interesses que as diferentes seções do capital global podem operar com êxito, em plena cumplicidade umas com as outras, as práticas econômicas mais antiquadas e abertamente exploradoras; em sua linha comum de menor resistência na estrutura global da produção capitalista (MÉSZÁROS, 2002, p. 683).

Realocar tempos e espaços (territórios) na marcha reestruturativa do sistema, aprisionar nos territórios os imperativos da redução às forças degradantes da carcaça do tempo (Karl Marx – desde os Manuscritos de 1844), territorializar trabalho morto (fixo) e vivo (giro), um conjunto de ações que a estrutura política de comando totalizadora não opera sem destrutividade.

A taxa de utilização decrescente (Mészáros, 2002), a riqueza da destruição (Dantas, 2007), o neoliberalismo e a restauração do poder de classe (Harvey, 2008), a guerra a destruição e o espaço, consumo renovado e alienante; esses processos oferecem respostas às crises que assolam o capitalismo, mais efetivamente desde o início do século XX. Nesse contexto qual o significado do complexo militar-industrial (das guerras)?

O instrumento disposto e capaz de romper o nó górdio de como combinar a máxima expansão possível com a taxa de utilização mínima apresentou-se ao capital na figura do complexo militar-industrial, após uma série de tentativas fracassadas em lidar com os problemas de superprodução de modo menos perdulário a partir da crise econômica mundial de 1929/33. Ainda que os primeiros passos para encontrar uma solução para a superprodução, por meio da produção militarista, tivessem sido dados já antes da Primeira Guerra Mundial [...] sua adoção *geral* ocorreu somente após a Segunda Guerra Mundial (MÉSZÁROS, 2002, p. 685).

O dinamismo do complexo industrial-militar consolidou (e ‘solidificou’) a expansão capitalista pelo mundo. O período da Guerra Fria historicamente traz à tona essa nova fase, assistimos a conflitos indiretos entre as superpotências da época que redimensionaram a acumulação de capital (mesmo no bojo do sistema de capital pós-capitalista da URSS, extração forçada de trabalho excedente pelo Estado burocratizado), garantindo nichos de mercado e interesses na reprodução do capital e do poder. “A dimensão negativa de todas as tendências dominantes do desenvolvimento socioeconômico em curso deve permanecer velada [...]” (Mészáros, 2002, p. 638), mas o piloto automático ou manual das pregações neoliberais ou keynesianas exprime quanto vale esse tipo de fábula, basta perguntar aos trabalhadores e pobres de todos os países (valerá suas vidas).

De acordo com Dantas (2007) a economia e a indústria capitalista pós Primeira Guerra Mundial (já dominada pelas finanças) se deparou com movimentos políticos opostos ao sistema, perdendo espaço para a Revolução Russa e seu significado, logo em seguida veio a crise de 1929, um impasse e um desmanche econômico de proporções nunca antes experimentadas, seguido de uma profunda estagnação, o capitalismo só consegue reagir à profunda crise pelas mãos do Estado (e não mais por meio de mecanismos liberais), apenas descolando da crise através da economia de guerra.

O complexo industrial-militar representou uma possibilidade no âmbito das crises (superprodução – queda na taxa de lucro – regulação na composição orgânica do capital, Mandel 1985, Dantas 2007 e Mészáros 2002¹⁷) do sistema do capital, a “economia permanente de guerra” promovia destrutividade para fornecer oxigênio em meio a atmosfera rarefeita da expansão econômica pós-guerra (II), desvalorização de capital e ativos por meio da destruição e investimento estatal

¹⁷ A discussão aprofundada do tema relativo às questões do complexo militar-industrial e da economia de armamentos (guerra) é encontrada em Mészáros 2002 (Para além do capital, Ed. Boitempoeditorial), Mandel 1985 (O capitalismo tardio, Ed. Nova Cultural col. Os economistas) e Dantas 2007 (Estados Unidos, militarismo e economia de destruição, Ed. Achiamé).

combinados foram vitais para garantir a expansão e marcha desenvolvimentista do capital, a busca pela valorização de valor.

A prerrogativa contemporânea pode ser explicitada na análise de Dantas (2007) a respeito do militarismo e da economia de destruição orquestrada pela maior potência imperialista, quando expõe que os gastos militares apoiados pelo grande capital nos tempos de Roosevelt continuaram nas administrações de Bush (pai e filho) - mudaram os tempos e não os métodos.

O capital fictício e a lógica global da produção militar, ambos fenômenos dependentes do poder do Estado jogam papel decisivo no bojo das contratendências à queda na taxa de lucro. Qual o significado da recente guerra do Iraque e da invasão ao Afeganistão promovido pelos EUA, em meio às recessões enfrentadas? De onde vem o capital utilizado para salvar os bancos, as seguradoras e a GM nessa crise que se amplia? A geografia histórica do capitalismo relaciona-se a busca do lucro, além do lucro médio, superlucro enfatizado por Mandel (1985) estruturando em bases ampliadas a acumulação por espoliação, como adverte Harvey (formas de pilhagem que se redimensionam orquestradas pelo grande capital).

Os territórios do trabalho abstrato, constituídos ao longo da história do sistema do capital compreendem a lógica e as bases pressupostas espacialmente para a reprodução ampliada (anômala em muitos aspectos em função da necessária simbiose entre o arcaico e o moderno – acumulação primitiva – mais valia absoluta e relativa coexistindo), nesse aspecto os territórios em que as armas (capital) se fazem presentes promovem “milagres econômicos” e desenvolvimentos geográficos desiguais em diversas escalas.

Como recorda Mészáros (citando Paul Sweezy)¹⁸ os milagres, alemão e japonês tiveram seu impulso inicial em uma onda de encomendas da guerra da Coreia, que representou por sua vez uma virada também para os EUA. Em razão da interligação estreita dos EUA com as economias dos países do ocidente emergem condições para avaliar o verdadeiro peso e importância do complexo militar-industrial para o ininterrupto funcionamento ‘saudável’ do capital global, tendo em vista que a economia norte americana é sustentada ao longo do pós-guerra, por astronômicos orçamentos de defesa (Mészáros, 2002).

¹⁸ Refere-se Mészáros a Obra *Economic Reminiscences: Review of the Month*, publicada por Paul Sweezy em maio de 1995, p. 5.

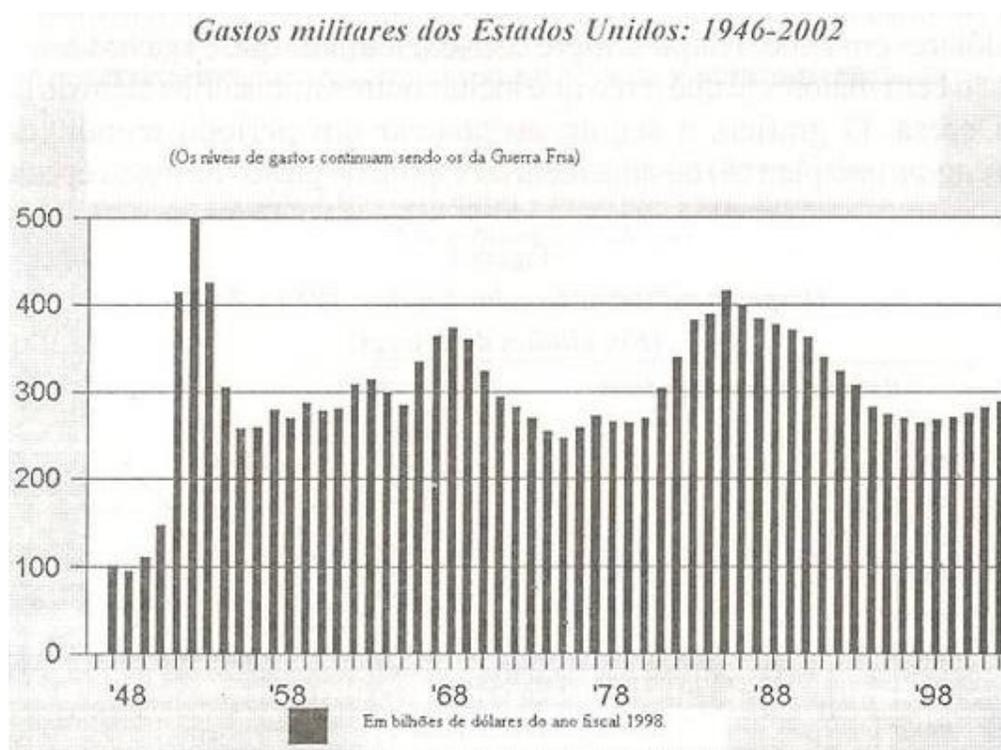
A expansão dos mercados, a garantia de fontes de energia, a geopolítica do projeto de dominação unilateral dos EUA levou a intensificação das ações militares¹⁹ norte americanas no Oriente Médio, mesmo no contexto do pós-Guerra Fria. Em análise desenvolvida no livro *Quem tem medo da geopolítica?* o cientista político da USP Leonel Itaussu Mello (1999), ao analisar o curso das relações internacionais no âmbito supracitado provoca ao questionar: Mackinder é ou não cachorro morto? referindo-se às teses do geógrafo britânico Halford Mackinder (1904) sobre o pivot geográfico da história²⁰ e seu eixo principal, a Eurásia. A escalada promovida pelos EUA enumera as seguintes ações: em 2001 a guerra contra o Afeganistão; em 2003 a guerra contra o Iraque; as tensões constantes com o Irã, todos esses fenômenos somam-se à instalação em áreas de influência das potências ex-rivais (URSS) e emergentes (sudeste asiático), e todas as possíveis formas de dilapidação dos recursos humanos e naturais. A acumulação de capital nas proporções promovidas pela potência imperialista não seriam possíveis sem a “economia permanente de guerra” (segundo alguns autores analisados por Mandel (1985) - ou economia permanente da destruição, que talvez caracterize melhor o desenvolvimento desigual do capital).

Para termos uma idéia da dimensão do fenômeno analisado, os gastos militares que os EUA mantém no século XXI continuam nos mesmos níveis do período da corrida armamentista (Guerra Fria – observe figura abaixo).

¹⁹ Em matéria publicada no mês de dezembro de 2009 o jornalista José Arbex Jr. aponta que a América Latina também experimenta essa aceleração da escalada militar estadunidense. O golpe em Honduras, o aumento das bases militares na Colômbia justificadas pelo falso combate ao narcotráfico, e até a reativação em 2008 pelo presidente Barack Obama da Quarta Frota (criada em 1943 e desengajada em 1950, integra porta-aviões, navios e submarinos que operam no Caribe, na América Central e na América do Sul. Atuaram no contexto da Segunda Guerra Mundial e retomam suas atividades sob o pretexto da guerra ao narcotráfico. O presidente Lula denunciou movimentos da Quarta Frota na costa brasileira associados às descobertas do Pré-Sal). In: *Imperialismo cria o seu universal soldier*. Revista Caros Amigos. Editora Casa Amarela, edição de Dezembro de 2010.

²⁰ “Segundo Mackinder, a exploração dos imensos recursos daquela região basilar daria ao Estado que a controlasse condições para desenvolver uma economia autárquica e um inexpugnável poder terrestre.” (1999, p. 16). Em suma quem dominasse a área pivot converteria-se na potência mundial podendo associar o poder terrestre ao poder marítimo (o Afeganistão liga a área pivot ao oceano), tornando-se uma potência mundial. As ações dos EUA confirmam mesmo no século XXI a tese de MELLO (1999) de que a geopolítica de Mackinder ainda exerce influência no cenário capitalista mundial.

Figura 3: Gastos Militares dos EUA no período: 1946 – 2002.



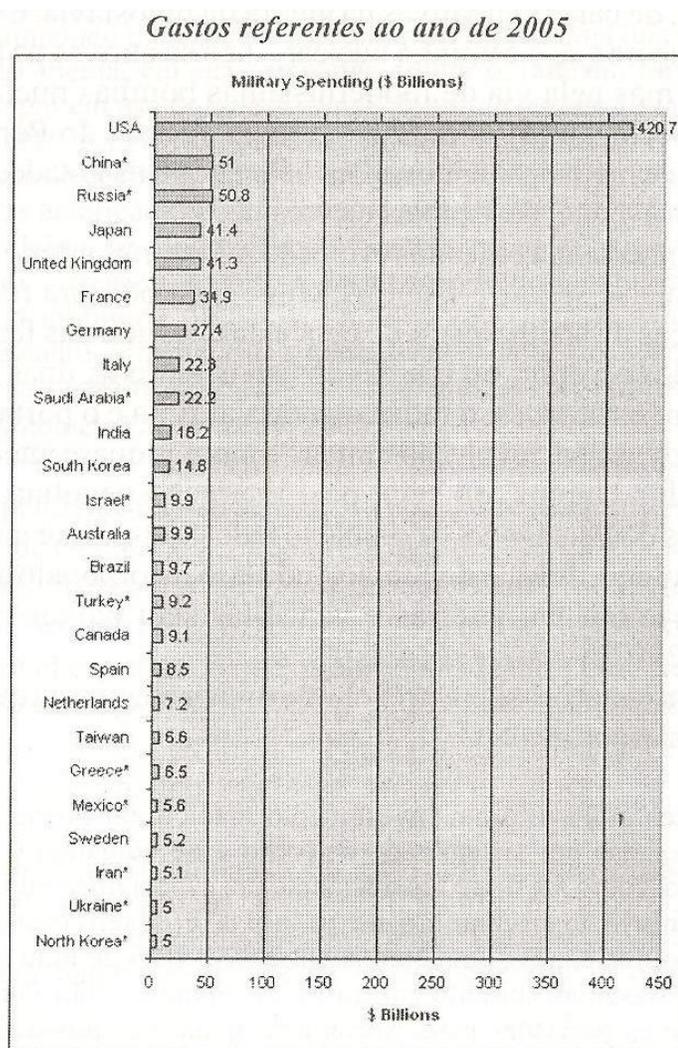
Fonte: DANTAS, G. Estados Unidos, militarismo e economia de destruição, Ed. Achiamé, 2007.

É interessante observar a desproporção entre os gastos militares dos EUA e de outros países tanto do centro quanto da periferia do sistema do capital (ver figura abaixo). O Estado reconduz mais-valia para o núcleo de retroalimentação do sistema do capital, a força dos canhões (e da ideologia) garante a acumulação por espoliação, nas palavras de Harvey:

Lo que pasó en los EEUU fue que 8 hombres nos dieron un documento de 3 páginas a modo de pistola que nos apuntaba a todos: “dadnos 700 mil millones de dólares, y no se hable más”. Para mí eso fue una suerte de golpe financiero contra el Estado y contra la población norteamericanos. Lo que significa que no se saldrá de esta crisis con una crisis de la clase capitalista; se saldrá de ella con una consolidación todavía mayor de esa clase. (HARVEY, 2009, p. 1)

A consolidação do poder da classe burguesa reafirma com intensidade crescente o poder dos canhões, que garantem a reprodução ampliada, apesar da constante perda de valor das mercadorias, e a garantia/valor do dólar como moeda mundial, basta observar os gastos militares dos EUA já no século XXI.

Figura 4: Os vinte e cinco maiores orçamentos militares no ano de 2005.



Disponível em: <http://www.georgiapeace.org/USmilitary%20Budget.htm>

Acessado em: maio 2006.

Fonte: DANTAS, G. Estados Unidos, militarismo e economia de destruição, Ed. Achiamé, 2007.

Dentre o conjunto de contradições que podem ser apontadas no âmbito dessa hipertrofia do setor militar no capitalismo tardio, como parte do conjunto desenvolvido para contrabalançar a queda da taxa de lucro (MANDEL, 1985) estaria relacionada à destruição física de capital e à composição orgânica do mesmo. O setor militar teria de se caracterizar, a longo prazo, por uma composição orgânica decrescente; certamente aí reside uma impossibilidade, exceto, talvez, na fase final de uma guerra destrutiva (geralmente a composição orgânica no Departamento III é maior que nos Departamentos I e II – Departamento I: Ramos da produção capitalista que fabricam meios de produção (matérias-primas, energia, máquinas e

ferramentas, prédios). Departamento II: Ramos da produção capitalista que fabricam meios de consumo (bens de consumo). Departamento III: Ramos da produção capitalista que não entram no processo de reprodução [imediat] (artigos de luxo consumidos pelos capitalistas e produção de armamentos). (MANDEL, 1985, p. 413). Outra condição seria a elevação da taxa de mais valia, que se daria no início do processo e não teria condição de perdurar em função do desenvolvimento inerente à todo tipo de produção sob a regulação capitalista).

A economia armamentista, como já enfatizamos, tem por natureza uma composição orgânica de capital maior que a média social nos Departamentos I e II. Em consequência disso, o orçamento permanente para armamento tem normalmente um *efeito contraditório* sobre a taxa social média de lucros. Ao aumentar a composição orgânica média do capital, *acelera* a tendência à queda por parte da taxa de lucros. Mas ao determinar um aumento na taxa da mais-valia por intermédio de uma tributação crescente sobre os salários e de um aumento dos preços dos bens de consumo, ele *freia* essa mesma tendência à queda da taxa de lucros. Os dois efeitos podem neutralizar-se, de forma que no final – mais uma vez sob condições capitalistas “normais” – o desenvolvimento de uma indústria permanente de armas tenderá a ter efeitos neutros sobre as flutuações na taxa média de lucros. Apenas sob as condições “anormais” de uma economia de guerra e/ou de um fascismo, ou de uma atomização da classe operária, o desenvolvimento do Departamento III pode originar uma alta tão pronunciada na taxa de mais-valia (*pressionados os salários para baixo* de modo relativo ou absoluto, a despeito do alto nível de emprego) que compense o aumento da composição orgânica social do capital que a sua própria existência criou. (MANDEL, 1985, p. 201).

O que se coloca para além das questões acima elencadas são as viabilidades que se abrem pelos impostos extorquidos dos trabalhadores que proporcionam ao capital novas possibilidades de acumulação, quando são usados na fabricação de armamentos (Luxemburgo apud Mandel, 1985, p. 199).

As exceções criam novas “oxigenações” (trabalho vivo) para a engrenagem do sistema do capital (fascismos, fundamentalismos diversos, estágios “permanentes” de guerra, escravidão no século XXI, etc.), este sistema cria, por conseguinte um Estado de Exceção (talvez o que haja de mais “permanente”). No Rio de Janeiro acontecem mais homicídios do que o número que a ONU utiliza como parâmetro para considerar que determinado país esteja em Guerra Civil. A barbárie instalada transforma esse Estado de Exceção em regra, quando se observa à naturalidade (normalidade) com que o BOPE (Batalhão de Operações especiais da polícia militar do estado do Rio de Janeiro) sobe os morros cariocas e elimina os excessos do exército de trabalhadores reserva. A segurança do capital em primeiro

plano (o BOPE – Batalhão de Operações especiais da polícia militar do estado do Rio de Janeiro no combate à queda na taxa de lucro?).

A produção de não-mercadorias²¹ (luxo e destruição), também encontra limites (os limites estruturais e fraturas do sistema – preponderância mediações de segunda ordem, Mészáros, 2002), uma espécie de crise no departamento III emerge para revisitar a história em movimento, o colapso do dinheiro-estatal impossibilitado de converter-se em trabalho produtivo. “Portanto, o poder de produzir a dissipação, a destruição e a não-riqueza, a inutilidade contabilizada como produto, renda e riqueza entrou em crise” (CAMPOS, 2001, p. 15).

O desenvolvimento geográfico desigual e combinado põe em marcha lado a lado a produção de mercadorias e não-mercadorias, as cisões e rupturas são decorrentes do processo, mas os caminhos da territorialização do capital dependerão dos (des)equilíbrios construídos nos territórios de ampliação dos valores de troca, não apenas o século XX sobreviveu produzindo espaço, como chamou a atenção o filósofo Henri Lefebvre, mas o século XXI requer mais do que nunca a produção e ampliação dos territórios do trabalho abstrato.

²¹ “A não-mercadoria é a forma que assume o resultado das relações sociais de produção, a partir de certo estágio das forças produtoras de mercadorias, na qual se materializa o trabalho humano improdutivo, e representam o desvio de parte da potência social do trabalho para atividades não reprodutivas [...] Impossibilitada de assumir a forma mercadoria, devido à insuficiência da capacidade de consumo da coletividade, tal como se apresenta condicionada pela distribuição de renda do regime capitalista, uma parcela crescente das forças produtivas é sistematicamente desviada da esfera da produção e reprodução. Assume a forma de não-mercadorias, não-meios de consumo individual e não-meios de consumo produtivo, inacessíveis aos consumidores finais de mercadorias. Representa sua produção uma redução das taxas de desenvolvimento das forças produtivas. [...]” CAMPOS, L. Mecanismos de sustentação do crescimento II – As agendas, Textos para Discussão, n° 13, UnB, 1974. p. IV. In: CAMPOS, L. A crise completa: a economia política do não. São Paulo: Boitempoeditorial, 2001, p. 15.

Capítulo 2. Estado, território e desenvolvimento geográfico desigual.

2.1. Capitalismo e desenvolvimento: “Estado de Exceção”.

Garantir a reprodução ampliada e a acumulação de capital pressupõe um Estado cada vez mais atuante, tendo em vista que ao mundializar-se a evolução da contradição essencial do âmbito da sociabilidade capitalista (produção social e apropriação privada) torna mundial, as repercussões das contradições e conflitos inerentes à marcha de desenvolvimento do modo de produção capitalista (desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção consoantes à ampliação do valor de troca) – a lógica coerciva da imposição de “leis naturais”²², típicas dos estágios de acumulação primitiva, é retomada.

Centralização, acumulação e reprodução ampliada; das bases históricas (acumulação primitiva) aos fundamentos históricos do sistema do capital, a garantia da tendência geral da acumulação capitalista pressupõe supérfluos (exército de trabalhadores reserva – capital fixo e circulante – riqueza ‘abstrata’). No entanto em condições históricas e sociais dadas, tais processos garantem que a produção e conversão de mais capital (por conseguinte um acréscimo de mais valia – que torna o capital variável menos necessário nos tempos e espaços de troca do desenvolvimento capitalista) se viabilize pela reprodução das relações de produção.

Quais as possibilidades do sistema do capital diante de seus limites histórico-estruturais?

Nesse contexto emerge o departamento III tendo como marca a ‘reconversão’ de elementos que o desenvolvimento das forças produtivas tornou historicamente ‘supérfluos’ à sociabilidade capitalista sob a forma da destruição e do luxo, buscando evitar que os excessos de capital sem aproveitamento ao lado da população trabalhadora desempregada acelerem a queda na taxa de lucro.

No bojo das buscas efetuadas pelo sistema do capital para conter as tendências e mecanismos que suscitam crises de realização e produção do valor são os desenvolvimentos geográficos desiguais e combinados do sistema do capital,

²² Marx ao analisar a acumulação primitiva do capital remete às ações e discursos estruturados à época como uma simulada conformação imposta da exploração sobre-humana ganhando contornos de “leis naturais”, tendo em vista a escala e o prolongamento cotidiano dos saques, rapinas e extorsões diversas, que custavam muitas vidas, mas se configurava um dado do funcionamento do modo de produção (capitalista) que se estruturava. In: MARX, K. O capital. 18^o Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Livro 1, V. 2 – A chamada acumulação primitiva, p. 827 à 877).

pressupondo desníveis de acumulação no âmbito dos capitais distintos e dos diferentes contextos históricos em que a luta de classes emerge.

Nesse aspecto a centralização e acumulação de capitais, bem como o exército de trabalhadores reservas permitem configurações temporais e espaciais distintas que emergem como viabilidade de realização de superexploração e superlucro (pensemos na China e na Índia e no acréscimo no quantitativo de trabalhadores que esses países tiveram mesmo num contexto do capital globalizado – fictício – onde a emergência das condições que criaram um capital variável ainda mais ‘desnecessário’ são ainda mais preponderantes – 800 milhões de postos de trabalho, segundo Oliveira, 2009). Tais condições completam o caráter despótico do capital.

O capital age ao mesmo tempo dos dois lados. Se sua acumulação aumenta a procura de trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores, ‘liberando-os’, ao mesmo tempo em que, a pressão dos desempregados compele os empregados a fornecerem mais trabalho, tornando até certo ponto independente a obtenção, a oferta de trabalho da oferta de trabalhadores. Nessas condições, o movimento da lei da oferta e da procura de trabalho torna completo o despotismo do capital. (MARX, 2002, p. 743 – 744)

A superpopulação relativa, os também produtores da riqueza social são criados pelas mesmas condições que criam a riqueza do capitalista. O número de pessoas que compõe o exército de trabalhadores de reserva é adaptado aos imperativos da acumulação de capital, entretanto trazem à tona a dificuldade do modo de produção capitalista em lidar com dois fenômenos inerentes ao seu desenvolvimento: superprodução x subconsumo (o departamento III da economia retorna à cena).

Os excessos passam a habitar espaços do centro e chegam à periferia do sistema e a marcha da acumulação primitiva (e da acumulação hipermoderna – o ornitorrinco na escala mundo?) contrapõe-se à queda da taxa de lucro operando simulações: do capital fictício mundializado ao trabalho escravo que segue sua marcha na periferia do sistema, contrapontos à ameaça da valorização do valor.

A tendência deveria ser a do capitalista investir crescentemente em capital constante. Ou por incompetência ou porque atua num setor marginal e precário do mercado, investir em capital constante pode se transformar em fonte de prejuízo. Essa não seria uma opção econômica racional nas circunstâncias. Portanto, a alternativa acaba sendo a de reduzir os salários a menos do que é socialmente necessário à sobrevivência do trabalhador.

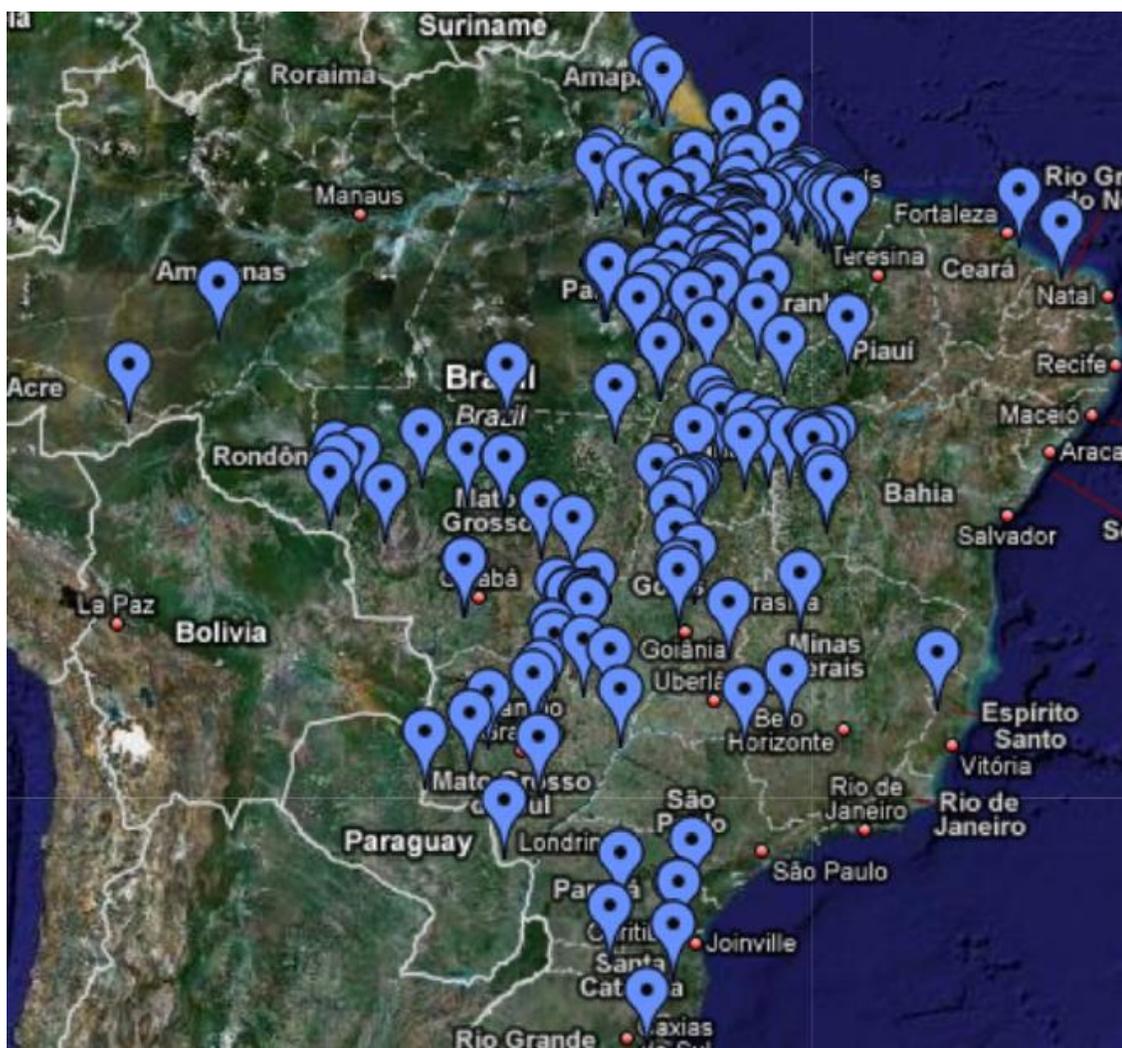
Mas, como parte de um arranjo lógico: deprimir a proporção do capital variável em relação ao conjunto do capital, de modo que o que não é capital variável pareça e funcione como capital constante alto. Portanto, o capital pode aí funcionar como capital de alta composição orgânica, como se fosse moderno, embora não o seja. A consequência desse reequilíbrio fictício da composição orgânica do capital, para que funcione como composição orgânica alta, resulta necessariamente em superexploração do trabalho. [...] No limite, a superexploração se manifesta sob a forma de escravidão, em particular quando os mecanismos culturais e ideológicos do auto-engano, da ilusão igualitária nas relações de trabalho, são corroídas pela realidade crua da superexploração, da exploração do trabalhador como extorsão e privação (MARTINS, 2003, p. 156).

Os problemas delineados pela superacumulação encontram subterfúgios em caráter de simulação capazes de combater o que Marx (2002) põe sob a rubrica de lei geral da acumulação capitalista, o aumento da produtividade do trabalho que reduz a substância produtora de valor – trabalho vivo (capital variável); que traz à tona a exceção como possibilidade no âmbito do desenvolvimento geográfico desigual do sistema do capital.

A partir desse aspecto percebe-se a razão da acumulação primitiva como mecanismo não eliminável até o presente na história do sistema do capital, propulsor que é da reprodução ampliada. Ampliar a civilização do capital não significa que as formas típicas da sociabilidade capitalista (trabalho assalariado – relações contratuais) estarão presentes em todos os espaços, entretanto esse processo remete a uma dialética da dependência, da subsunção do território à sociabilidade do valor de troca (do trabalho abstrato), territórios da subsunção formal e real do trabalho ao capital remodelam a sincronia da contradição capital x trabalho, do tripé Estado – Capital – Trabalho.

O poder do dinheiro, da mercadoria, do valor de troca e do fetichismo (da reificação) prevalecem e se reafirmam a partir do Consenso de Washington. “Na leitura dos espaços desiguais observa-se uma leitura geográfica sinalizada por pontos, ilhas de forte concentração de riqueza, de ganhadores globais, que se perdem nos oceanos imensos de miséria dos perdedores no mercado capitalista”.(CONCEIÇÃO, 2005, p. 168). Produzir e realizar mais-valia significa mais do que nunca escravizar. O território do trabalho abstrato expressa o desenvolvimento geográfico desigual como podemos observar abaixo.

Figura 5: Mapa do trabalho escravo no Brasil (2008).



Fonte: <http://trabalhodecente.blogspot.com/search?updated-max=2008-09-14T11%3A08%3A00-03%3A00&max-results=5>.

Na grande parte do território brasileiro é possível observar a incidência do trabalho escravo, a monopolização do território pelo capital remonta às bases da acumulação primitiva. A relação capital x trabalho ao demonstrar como se dispõe no território do país surpreende tendo em vista que o padrão expresso subverte uma clássica relação centro-periferia, desde o sul e sudeste (centro) até o norte e nordeste (atrasados) incide o trabalho escravo. A diferenciação nos padrões de apropriação privada do espaço amplia as bases e as possibilidades da produção de mais-valia, se alimentando do desenvolvimento geográfico desigual o “Estado de Exceção” (a simbiose entre as formas clássicas da sociabilidade capitalista e as

formas não capitalistas subsumidas) operacionaliza o desvio de rota da queda na taxa de lucro²³.

[...] crescimento econômico capitalista, reprodução ampliada e acumulação do capital são ainda sinônimo de justaposição e constante combinação de desenvolvimento e subdesenvolvimento. *A própria acumulação de capital produz desenvolvimento e subdesenvolvimento como momentos mutuamente determinantes do movimento desigual e combinado do capital.* A falta de homogeneidade na economia capitalista é um desfecho necessário dos desdobramentos das leis de movimento do próprio capitalismo (MANDEL, 1985, p. 58).

Desenvolvimento e subdesenvolvimento expressam sua feição espacial como territórios da miséria e da riqueza compondo parte da totalidade do processo, triturando trabalhadores, os países periféricos re-oxigenam a atmosfera rarefeita do trabalho vivo.

No “Terceiro Mundo” a burguesia “revolucionária com mais intensidade os meios de produção” para exacerbar o lucro, que “[...] conduz à concentração de riqueza, espacializando a miséria que é produzida na relação perversa do capital *versus* trabalho”.(CONCEIÇÃO, 2005, p. 167). Os níveis da evolução na concentração de renda e riqueza no Brasil (que está entre as maiores economias capitalistas) é uma dimensão aparente (empíria) da lógica de desenvolvimento do sistema do capital.

Tabela 1: Evolução da parcela da renda no Brasil (distribuídas entre os 50% mais pobres, os 10% mais ricos e os 10% mais pobres).

Ano	50% mais pobres	10% mais ricos	10% mais pobres
1960	17,7	39,7	1,2
1970	15,0	46,5	1,2
1980	14,1	47,9	1,2
1990	11,9	48,7	0,8

Fonte: GONÇALVES, 1998 *apud* Mattoso, 2000, p. 11.

O desenvolvimento das forças produtivas do capital no país permitiu a marcha da concentração e centralização do capital, a tese capitaneada por Delfim Neto (bolo) a serviço dos ‘militares’ (capital externo e setores do capital nacional) representou a complementação da trajetória de consolidação do modo de acumulação urbano-industrial que se inicia na década de trinta (Oliveira, 2003).

²³ Mesmo que os novos processos venham a se inserir na lei geral da acumulação capitalista como advertiu Ernest Mandel na sua análise do departamento III. In: Capitalismo Tardio. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

Em sua crítica à razão dualista o sociólogo Francisco de Oliveira desnuda a feição da marcha capitalista no Brasil, onde a dualidade da existência do arcaico e moderno não se responsabiliza pelo atraso econômico do país, mas o híbrido dessas “formas” possibilita a garantia da taxa de lucro elevada para o capital (os distintos capitais) em nosso país. A reprodução barateada da força de trabalho, o aumento das possibilidades do exército de trabalhadores de reserva em nosso país (os mutirões da casa própria), tudo entra no circuito da diminuição do tempo de giro do capital que potencializa as formas fetichistas da reprodução do valor, levando-se em conta que o superlucro (Marx, 2002; Mandel, 1985) e a superexploração (Marini, 2008) se camuflam no poder do atraso das expressões da sociabilidade capitalista no país.

O superlucro e a superexploração são dialeticamente a expressão de um mesmo fenômeno, o processo de reprodução ampliada do capital. Ao passo que as relações de universalização dos imperativos do valor de troca tende à formação de “planícies isotrópicas” do capital, ampliando as bases territoriais do capitalismo; em sua face externa produz desníveis e desigualdades de desenvolvimento e luta de classes e se apropria disto. Considerando hipoteticamente que o modo de produção capitalista tivesse atingido os mesmos níveis de desenvolvimento à escala mundo, como reduzir o “peso” da lei geral da acumulação capitalista? Quais Estados de exceção’ se fariam possíveis no contexto pressuposto para garantir maior produtividade do trabalho? Sem tais desníveis a luta de classes aceleraria a crise estrutural do capital. Ao analisar as condições de superlucro no âmbito do sistema do capital E. Mandel desnuda a importância do desenvolvimento geográfico desigual (construindo territórios do trabalho abstrato) na “resolução” (adiamento) das contradições chave do modo de produção capitalista

Para E. Mandel (1985, 52-53):

“1) Quando a composição orgânica de um capital específico é menor do que a média social, mas simultaneamente fatores estruturais ou institucionais impedem a mais-valia superior à média, produzida nesses setores, de ingressar no processo de nivelamento da taxa de lucro. Essa é, por exemplo, a fonte do superlucro denominado renda absoluta do solo, gerado por um monopólio da propriedade da

terra sob o modo de produção capitalista. De maneira mais geral, é essa a fonte de todos os superlucros dos monopólios.

2) Quando a composição orgânica se encontra acima da média social, isto é, quando determinado capital pode explorar uma vantagem em produtividade num dado setor e, assim, apropriar-se de uma parcela da mais-valia produzida por outras firmas naquele setor (Condições mais favoráveis em determinadas esferas de produção propiciam superlucros).

3) Quando é possível pressionar o preço pago pela força de trabalho até um nível abaixo do seu valor social, isto é, abaixo do seu preço social médio ou, o que vem a ser a mesma coisa, quando é possível comprar força de trabalho em países onde o seu valor (preço médio) é menor do que seu valor (preço médio) no país em que as mercadorias são vendidas. Em tais casos, os superlucros devem-se a uma taxa de mais-valia superior à média social.

4) Quando é possível pressionar o preço pago pelas várias partes componentes do capital constante a um nível abaixo da média social (preço de produção). Tal processo é possível normalmente no caso do capital constante circulante (quando um capital tem acesso nos distintos espaços a matérias primas que são mais baratas do que onde outros capitais se vêm obrigados a operar).

5) Quando é acelerada a reprodução do capital circulante (e conseqüentemente do capital variável), isto é, quando o tempo de rotação de um capital circulante específico é menor do que o da média do capital circulante social, sem que haja uma generalização a médio prazo desse período mais reduzido (o superlucro reporta-se a uma produção adicional de mais-valia no âmbito da própria firma). Um exemplo desse processo foi o fordismo onde a linha de montagem concedeu a indústria de automóvel estadunidense vantagem competitiva em relação à concorrência européia (o problema da generalização a médio prazo).”.

Trabalho escravo e semi-escravo, vantagens competitivas, matérias primas a baixo custo (guerra dos territórios?), novas raridades e aceleração do tempo de giro

do capital; a geografia da acumulação capitalista (do desenvolvimento geográfico desigual) baseia-se amplamente nos pressupostos delineados por Mandel.

A natureza dos ajustes espaço-temporais capta a essência dos condicionantes que se fazem necessários às reestruturações nos instrumentos e relações de produção, nas relações sociais, essencial à sobrevivência do sistema do capital, à criação de um mundo a imagem e semelhança do ethos burguês, uma espécie de fetichismo da globalização, que comporta na verdade o universal da troca objetivado nas relações sociais e de propriedade.

A força de trabalho objetiva a existência (des)efetivada do homem no seio da sociedade capitalista, como a mercadoria é apenas um meio de produção da mais-valia o trabalhador é apenas anexo à sua capacidade de transformar a natureza. A elasticidade do sistema do capital remete aos seus limites estruturais, tendo em vista que a condição de anexo se “desmancha no ar” quando desde o século XVIII a consciência da estruturação das relações sociais de produção chega às classes trabalhadoras do centro do sistema.

O desenvolvimento geográfico desigual “responde” paliativamente a mais um entrave na efetivação das mediações de segunda ordem do sistema do capital, expansão geográfica da mais-valia recoloca a busca de força de trabalho, onde níveis de consciência de classe são menores, refuncionalizando a superpopulação relativa para intensificar a acumulação por despossessão, em conformidade com a lógica mundializada da mobilidade do capital.

A ampliação do valor na órbita do sistema do capital conduz ao superlucro a superexploração do trabalho: trabalho atípico, precário²⁴ (VASAPOLLO, 2007), no centro e na periferia do sistema; a teoria da dependência ultrapassa as fronteiras da América Latina.

Ao discutir a subsunção formal do trabalho ao capital, Marx menciona o prolongamento da jornada de trabalho como forma única da ampliação da mais-valia (absoluta). Retoma a discussão explanando acerca da subsunção real do trabalho ao capital, e expondo que no modo de produção especificamente capitalista a evolução técnico-científica chega ao chão da fábrica e redimensiona a produtividade

²⁴ A própria financeirização da economia remete aos limites e possibilidades da lógica de precarização e acumulação flexível. O lastro produtivo do sistema permite que os lucros produzidos nos condicionantes dos imperativos da troca circulem como mais-valia que exclui seres humanos e, portanto limita estruturalmente produção e consumo, a atmosfera rarefeita do trabalho vivo redimensiona a exploração que volta a se aprisionar sob a forma de riqueza abstrata, aviltando e excluindo, como afirma o filósofo Henri Lefebvre (2008) a burguesia é um empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas, de revolucionária à conservadora.

do trabalho, passando à produção da mais-valia relativa (2004, p. 92 – 93). Duas formas separadas da produção capitalista (e da mais-valia) onde a primeira precede a segunda; duas formas distintas de subsunção, “[...] embora a mais desenvolvida, a segunda, possa constituir por sua vez a base para a introdução da primeira em novos ramos da produção”. (ibid, 2004, p. 90 – 93 / cap. VI inédito). O sudeste asiático se descortina diante das prerrogativas marxianas, e as mais-valias absolutas e relativas se fundem, como as subsunções remetem aos seus estreitos limites produzidos pelo desenvolvimento geográfico desigual (ver quadro abaixo).

Quadro 2: O custo alto da mais-valia chinesa: salário/hora pago aos trabalhadores nas transnacionais subcontratadas que atuam na China.

Empresa/Étiqueta Contratante	Fábrica na China	Salários por hora	Horas por semana
EspiritLabel (Espirit Group)	You Li Fashion Factory	US\$ 0,13	93 (7h30 à 24h – 7 dias na semana)
J. C. Penney	Zhong Mei Garment Factory	US\$ 0,18	78 (turnos de 11 horas; 7 dias na semana)
Ralph Lauren, Ellen Tracy/ Linda Allard	Iris Fashion	US\$ 0,20	72-80 (turnos de 12 a 15 horas; 6 dias na semana)
Adidas Garment	Tung Tat Garment Factory	US\$ 0,22	75-87,5 (turno de 12,5 horas; 6 ou 7 dias na semana)
Wal-Mart	Tianjin Yahua Garment Factory	US\$ 0,23	60
Cherokee Jeans	Meiming Garment Factory	US\$ 0,24	60-70
Sears	Tianjin Beifang Garment Factory	US\$ 0,28	60

Fonte: Jikings e Amorim - Produção e desregulamentação na indústria têxtil e de confecção. In: ANTUNES, R. (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

As subsunções formal e real do trabalho no capitalismo contemporâneo caminham lado a lado, mundializando a dialética da dependência.

Os elementos apontados por Ruy Mauro Marini (teoria da dependência) se expressam nas ações empreendidas pelo capital na China desnudando o segredo do crescimento do país e o que conduzirá uma das civilizações mais antigas do Mundo a condição de potência capitalista. A mais-valia agora se produz na periferia do sistema (China) e se realiza no centro (e em outras periferias), o caminho inverte sua formulação clássica, ao passo que aprofunda as contradições, considerando

que a superexploração comporta três processos essenciais, que atuam de forma conjugada ou isolada: “o aumento da jornada de trabalho, a maior intensidade de trabalho e a redução do fundo de consumo do trabalhador”. (MARINI, [1973, p. 95-96], *apud* MARTINS, 2009, p. 191).

O movimento da produção de mais-valia torna-se simultaneamente um movimento de apropriação de mais-valia, implicando desvios de preços em relação ao valor que resultam na depressão das taxas de lucro dos capitalistas individuais e subsetores desfavorecidos. Estes buscam, na fixação dos preços da força de trabalho abaixo do seu valor, os mecanismos de compensação e restauração da mais-valia que lhes foi apropriada por meio da concorrência. Estabelece-se a superexploração do trabalho, que significa o predomínio da maior exploração do trabalho sobre o aumento da capacidade produtiva do trabalhador como mecanismo de acumulação de mais-valia (MARTINS, 2009, p. 196).

A elasticidade do exército de reserva associado aos mecanismos de superexploração do trabalho possibilita a Ford Corporation uma taxa de exploração diferencial à escala mundo que significa a multinacional pagar 25 vezes menos pelo mesmo trabalho realizado nos EUA, (1994) em sua filial nas Filipinas (Ford Philippines Corporation) (MÉSZÁROS, 2009). Na “Ford baiana” se pagam os menores salários da empresa no Brasil.

As estratégias da corporação em sua escalada mundial afirmam a busca da “globalização plena”, conforme referendam Lorenz e Randall (citados por MÉSZÁROS, 2009, p. 24). “Se, ao invés de fazer dois motores de 500 mil unidades cada um, pudermos fazer um milhão de unidades, então os custos são muito mais baixos” (*ibidem*). A contradição retorna ao núcleo orgânico do sistema do capital no questionamento de Mézszáros: “[...] o que acontece quando *não se pode vender* 1 milhão (e muitas vezes mais) motores de carros, apesar da estrategicamente contemplada e desfrutada vantagem de custo” (?) (MÉSZÁROS, 2009, p. 24).

O fundo de consumo do trabalhador diminui, conforme apontado anteriormente, e a produção busca efetivar-se sob custos mais baixos: superexploração e superlucro constituem a essência escalar da lógica territorial do sistema do capital, o território do trabalho abstrato vai de “fixo espacial” para as contradições do capitalismo ao aprofundamento destas: acumulação por despossessão, crises de superacumulação, e o problema da queda na taxa de lucros reestrutura a geografia da acumulação capitalista.

2.2. Geografia e escala: acumulação por despossessão.

No âmbito do sistema do capital o trabalho excede os níveis das necessidades imediatas, representativo da mais-valia é essencialmente trabalho obtido por coerção, apesar da aparência que os termos do jurídico dissimulam (MARX, 2002, p. 1082). Produzem-se e reproduzem-se as condições e relações que estruturam a lógica capitalista, um processo que exige não apenas a facistização por parte do Estado, mas também por parte do capital e da acumulação capitalista. A acumulação por despossessão como informa Harvey (2004) passa ao centro da estruturação do mundo neoliberal-globalizado, constitui a essência deste e pressupõe um saque aos territórios e à natureza dos países.

A taxa de exploração diferencial se intensifica, a face interna e a face externa do imperialismo (equalização e diferenciação geográficas) corroboram com a impossibilidade de uma “partilha final do globo”, entretanto o sistema do capital abusa violentamente da História, da Geografia e da Natureza (e a Natureza é estudada fora da geografia) para conferir elasticidade a reprodução ampliada. A Guerra do Iraque, a queda dos Tigres Asiáticos e a ascensão da China demonstram como o sistema do capital não pode prescindir da “lógica territorial”, tal lógica fornece possíveis redefinições no âmbito produtivo e no âmbito da riqueza abstrata. A produção de mercadorias e a produção do espaço (território) potencializam a alienação, tendo em vista a centralidade das finanças na efetivação do desenvolvimento geográfico desigual (no auge do seu poder produtivo o sistema do capital está produzindo uma crise alimentar global, como lembra Mészáros, 2009 – indicando mais uma vez como os excessos compõem a lógica do sistema).

Os processos moleculares de acumulação do capital podem criar, e efetivamente criam, suas próprias redes e estruturas de operação no espaço de inúmeras maneiras, incluindo o parentesco, as diásporas, os vínculos religiosos e étnicos e os códigos lingüísticos como formas de produzir intrincadas redes espaciais de atividades capitalistas [...] (HARVEY, 2004, p. 80).

A reprodução ampliada requer uma lógica de produção do espaço que reabsorva os excedentes destinando-os lucrativamente (mesmo a partir dos preceitos das finanças – grandes responsáveis pela acumulação por

despossessão)²⁵. A reestruturação das relações espaciais (territoriais) viabiliza a ampliação do domínio das relações capitalistas nas mais diversas escalas de forma direta ou indireta, e a transferência de ativos das classes trabalhadoras às classes burguesas constituem a pedra de toque dessa modalidade perversa de reprodução ampliada comandada pelo capital financeiro.

Uma ampliada habilidade de mover sobre o território mercadorias, capacidade produtiva, força de trabalho (abstrato), pessoas e dinheiro, coloca em sintonia a lógica de poder territorial e a lógica da acumulação de capital, o que converge para diferentes formas de garantir o poder de monopólio, ampliando a centralização de capitais mediante as finanças. Os territórios são redimensionados na marcha da apropriação privada como condição *sine qua non* na destinação dos capitais sobreacumulados. Nesse ponto o que se busca é a garantia da valorização (revalorização), as relações sociais e espaciais contendo forte dimensão destrutiva torna moderna a pirataria, o saque, a rapina que Marx descrevera ao analisar o capital que a ferro e fogo tomava as rédeas da regulação/produção social (mas do que nunca as tramas do capital facistizam as tramas da vida). A dimensão destrutiva apreende e aprisiona em diferentes escalas geográficas de objetivação da classe trabalhadora como observa HARVEY:

Si es deplorable ver la vida cotidiana y el mundo de vida como algo fuera de la circulación del capital, entonces tenemos que conceder que todo lo que ocurre en el lugar del trabajo y en el proceso de producción y consumo, está de alguna manera atrapado dentro de la circulación y acumulación del capital. Casi todo lo que actualmente comemos y tomamos, como también lo que usamos, escuchamos, vemos y aprendemos, viene hasta nosotros en forma de mercancía y es transformado por las divisiones del trabajo, la búsqueda de nichos de productos y la evolución general de los discursos e ideologías que ponen de manifiesto los preceptos del capitalismo. Es solamente cuando la vida diaria ha sido abierta totalmente hacia la circulación del capital y cuando los sujetos políticos tienen su visión casi enteramente circunscripta con una concepción arraigada en que la circulación del capital puede funcionar con significados afectivos y con legitimidad como su soporte. Bajo tales circunstancias el cuerpo se convierte en una "estrategia de acumulación" y todos vivimos nuestras vidas debajo del signo de esta condición. Esto es verdad incluso para aquellas poblaciones tratando de subsistir con menos de dos dólares por día y quienes están usualmente vistos y tratados como si fueran poblaciones descartables y redundantes. (HARVEY, 2009, p. 27).

²⁵ A essência do desenvolvimento geográfico desigual neste início de século contém forte teor do movimento de financialização da economia, desde as crises oriundas da dimensão estrutural das fraturas e da incontabilidade capitalista, como a crise atual que teve como epicentro os EUA (Mészáros, 2002), até as crises induzidas pelas potências centrais e exportadas para a periferia (Harvey, 2004 e 2008).

A ampliação da dominação aprofunda-se de tal maneira em razão da necessária intensidade com que as dimensões de realização do capital passam a destruir formas geográficas e sociais de existência, buscando atenuar as contradições decorrentes da “lei geral da acumulação capitalista”.

Essa geografia da acumulação capitalista objetiva reordenar excedentes de capital e trabalho que se encontram social e espacialmente dispersos ou desconexos. O capital fixo que gera valor no/do espaço requer interações espaciais que garanta a oferta de trabalho morto para redimensionar as formas espaciais construídas. No limite as contradições se aprofundam, e o capital fictício passa a incorporar o território como finanças, que conduz a mundialização do capital a totalizar-se. “O capitalismo se totaliza no espaço, ocupando o planeta inteiro, e se totaliza no tempo porque ele é a transição da pré-história para a história, e, finalmente, efetua uma totalização interna da sua própria estrutura social, numa totalização vertical” (CHAUÍ, 2007, p. 165). O Estado retorna a cena devido a sua função chave de construir arranjos institucionais para garantir as finanças mundializadas.

Como destaca David Harvey (2004) o quadro geral aponta para um mundo espaço-temporalmente entrelaçado de fluxos financeiros de capital excedente com conglomerados de poder político e econômico em pontos nodais chave (Nova York, Londres, Tóquio) que buscam seja desembolsar e absorver os excedentes de forma produtiva, em projetos de longo prazo numa gama de espaços (de Banglaesh ao Brasil ou à China), ou seja usar o poder especulativo para livrar o sistema de sobreacumulação mediante a promoção de crises de desvalorização em territórios vulneráveis, ou parcialmente em seus territórios, convertendo possíveis temporalidades à serviço do capital.

Figura 6: Destroços das duas torres gêmeas após acidente aéreo que atingiu o World Trade Center em 11 de setembro 2001.



Fonte: <http://ftorp2001.50webs.com/images/imagem1.JPG>.

Questiona Milton Santos (2003, p. 187 – 188): Podem os objetos geográficos desempenhar um papel instrumental, levando a efeito transformações na sociedade? Para este autor, as condições históricas presentes viabilizam mecanismos de expansão do capital no território, através do uso das formas. Tais formas são desvalorizadas em sua condição de capital fixo e de ativos para darem novo fôlego a acumulação de capital. A imagem remonta ao processo que Milton Santos denomina totalidade do diabo (ibid), entretanto as formas geográficas de fuga das crises de sobreacumulação mundializam paisagens destrutivas, misérias espacializadas com maior intensidade (CONCEIÇÃO, 2005 e 2009). O Iraque recebe, no contexto do pós - 11 de setembro, os pacotes de ajustes estruturais como parte da objetivação da acumulação por despossessão que se encarregou de um dos processos mais intensos da história capitalista de transferências de ativos do povo (iraquiano) para o capital internacional.

Quais os rebatimentos no território iraquiano? Em setembro de 2003 o chefe da Coalition Provisional Authority (Autoridade Provisória da Coalizão) promulgou decretos que incluíam a total privatização da economia, plenos direitos de

propriedade às empresas estrangeiras com negócios iraquianos, o direito de empresas estrangeiras expatriarem os lucros e a retirada de quase todas as barreiras comerciais, incluindo serviços públicos, bancos e finanças, meios de comunicação, indústrias manufatureiras, serviços, transportes e construção. Apenas o petróleo ficou isento de taxaço, em função da condição de gerar divisas para pagar a guerra, e por sua importância geopolítica. O direito de greve passou a ser considerado ilegal e a formação de sindicatos proibida em setores-chaves; uma reforma fiscal foi implementada. (HARVEY, 2008). O desenvolvimento geográfico desigual ressuscita The Chicago Boys com um agravante, no Chile o recurso-chave cobre foi reservado ao Estado, no Iraque nem o petróleo ficou ileso à ofensiva lanque. As dívidas, as reformas, a indução de crises financeiras, o “pequeno 11 de setembro” (como é lembrado o golpe de Estado que tirou do poder Allende). Como tudo isso esconde a essência do desenvolvimento?

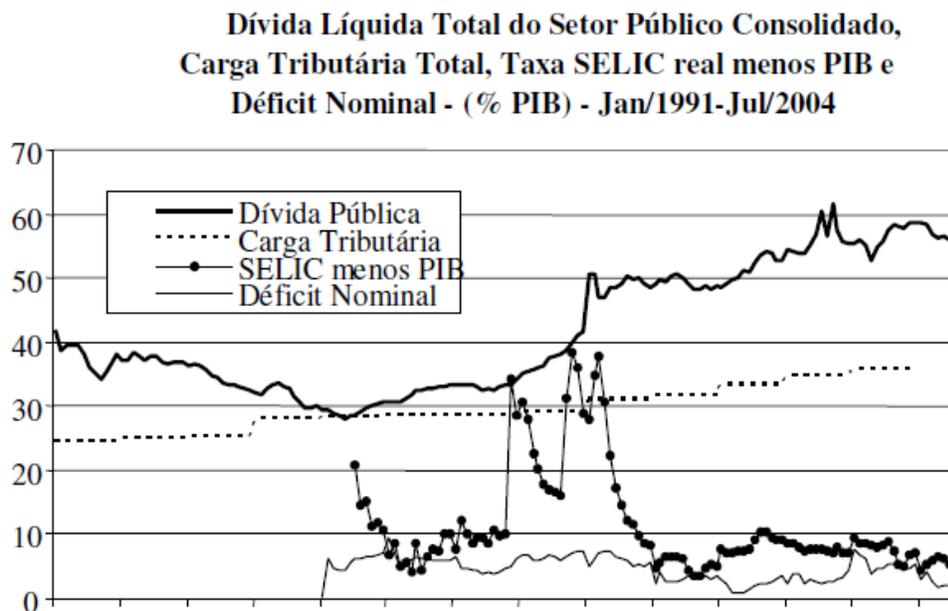
Conclui-se, pois, que o capitalismo sobrevive não apenas por meio de uma série de ordenações espaço-temporais que absorvem os excedentes de capital de maneiras produtivas e construtivas, mas também por meio da desvalorização e da destruição administradas como remédio corretivo daquilo que é em geral descrito como descontrolo fiscal dos países que contraem empréstimos. Como é de esperar, a própria idéia de que quem concede empréstimos irresponsavelmente deveria também ser considerado responsável é descartada de antemão pelas elites dirigentes. Reconhecê-lo exigiria que as abastadas classes proprietárias de todo mundo fossem chamadas à ordem e instadas a cuidar antes de suas responsabilidades do que de seus direitos inalienáveis à propriedade privada e a uma taxa de lucros satisfatória. Mas, como Joseph Chamberlain descobriu, é politicamente muito mais fácil pilhar e degradar populações distantes (em particular as que são diferentes em termos raciais, étnicos ou culturais) do que enfrentar no plano doméstico o avassalador poder da classe capitalista. O lado sinistro e destrutivo da ordenação espaço temporal como o remédio para o problema da sobreacumulação torna-se um elemento tão crucial na geografia histórica do capitalismo quanto sua contraparte criativa de construção de uma nova paisagem para acomodar tanto a acumulação interminável de capital como a acumulação interminável de poder político (HARVEY, 2004, p. 113).

Estima-se que no curso dos últimos trinta a quarenta anos foram registradas aproximadamente quatrocentas crises financeiras em todo mundo²⁶, o capital universalizado opera endividamentos que conduzem ao controle dos territórios periféricos, ou pelo menos a condição hegemônica na escala mundo. O denominador comum dos milagres econômicos (Japão, Tigres Asiáticos, Brasil,

²⁶ David Harvey em palestra realizada no Fórum Social Mundial de 2009 realizado no Brasil, In: <http://caligeo.ufsc.br/?p=149>, acesso: 06/03/2009.

México, Argentina) foram a elevação estratosférica das dívidas externa e interna, no Brasil esse movimento continua no contexto da virada neoliberal (pós-década de 1990 com o governo Collor no país).

Figura 7: Dívida líquida total do setor público, carga tributária total, taxa Selic real menos PIB, déficit nominal.



Fontes: Banco Central e IPEADATA In: Dathein,
[http:// netx.u-paris10.fr/actuelmarx/m4dathein.htm](http://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/m4dathein.htm)

Acumulação e extração da mais-valia no chão da fábrica e na simulação salarial (através do excesso de tributos sobre a classe trabalhadora brasileira), que retorna ao centro do sistema sob a forma fetichizada das finanças: economia/geografia política da iniquidade brasileira (parafraseando Francisco de Oliveira).

A financeirização da economia mundial (*y compris* toda a perifeira não desenvolvida), que é o lado mais poderoso da mundialização, expôs e agravou numa escala inusitada um velho e arraigado problema do desenvolvimento capitalista nacional: o precário e sempre frágil estado das chamadas 'finanças públicas'. E, pior, a financeirização terminou por anular, quase *in extremis*, a soberania nacional em matéria de política econômica e, por conseguinte a capacidade interna de regulação e arbítrio dos conflitos de interesses e de classe. Essa perda de soberania é trágica, pois, como

dizem os regulacionistas, a moeda é o principal vetor das violências privadas, sem o qual elas desembocam numa situação próxima à barbárie (OLIVEIRA²⁷, 2007, p. 9).

O caso dos EUA é emblemático, o maior devedor do mundo (e que centraliza a “moeda mundial”) acaba por aprisionar os países em sua órbita, canalizando recursos para alimentar o buraco negro especulativo da dívida (no caso dos países centrais), e usurpando na clássica acepção da acumulação por despossessão (espoliação) as finanças, a política, a economia, e a natureza dos países periféricos (a instalação de bases militares na Amazônia colombiana recentemente discutida pelos representantes do governo brasileiro junto aos representantes norte americanos e veiculado nos meios de comunicação de massa são signatários das ações de controle viabilizadas territorialmente pelo domínio do capital e das finanças). A dívida pública mundializada coaduna com o redirecionamento dos fluxos financeiros internacionais, produzi-las é inerente à história da sociabilidade capitalista, é mecanismo gerador do desenvolvimento geográfico desigual, que permite aportes institucionais e territoriais para a reprodução ampliada (observe tabela abaixo).

Tabela 2 – Dívida pública como porcentagem do PIB.

País	1980	1990	1999
	%	%	%
Países do G7	41,5	58,3	73,2
Países da OCDE	40,2	57,1	71,1
Estados Unidos	37,0	55,5	59,7
Alemanha	31,1	45,5	64,2
Japão	51,2	65,1	99,5

Fonte: Beinstein, com base em dados da OCDE, 2001. In: COSTA, E. A globalização e o capitalismo contemporâneo.

A mais-valia social arrecadada pelo Estado é capturada pelo capital financeiro na ânsia especulativa, as bolhas se alimentam do aumento na taxa de juros e fragilizou as finanças nacionais em nome da marcha fictícia das contratendências à queda do lucro, “[...] retendo para si recursos imprescindíveis que antes eram

²⁷ Prefácio de Francisco de Oliveira ao livro Arrecadação de onde vem? E gastos públicos para onde vão? Organizado por Sicsú e publicado pela Editora Boitempo em 2007.

redistribuídos em forma de bens e serviços para a sociedade” (COSTA, 2008, p. 174).

Qual a dimensão da produção especulativa do espaço (territórios do trabalho abstrato)? Shii Kazuo²⁸, citado por Mészáros, expressa a “dimensão fictícia” de todo o sistema do capital:

Quanto de dinheiro especulativo se movimenta pelo mundo? Segunda uma análise da Mitsubishi UFJ Securities, a dimensão da ‘economia real’ global, na qual bens e serviços são produzidos e comercializados, é estimada em US\$ 48,1 trilhões [...] Por outro lado, a dimensão da ‘economia financeira’ global, o montante total de ações, títulos e depósitos, eleva-se a US\$ 151,8 trilhões. Portanto, a economia financeira inchou mais de três vezes em relação à dimensão da economia real, crescendo de forma acelerada durante as últimas duas décadas. Um fosso é tão grande quanto US\$ 100 trilhões. Um analista envolvido nessa estimativa disse que cerca da metade desse montante, US\$ 50 trilhões, mal é necessário para a economia real. (KAZUO, 2008, p. 20 *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 21).

Uma dimensão chave do mecanismo de desenvolvimento geográfico desigual se constitui a partir do gigantismo das finanças, que equivale a um programa mundial de dilapidação dos recursos, territórios e trabalhadores em todo o planeta.

Essa acumulação ampliada e anômala representa o ponto em que as forças produtivas passam a contradizer as relações de produção. “O dinheiro que está de um lado faz surgir, do outro, a reprodução ampliada, quando esta existe em potencial, independentemente do dinheiro, pois o dinheiro em si mesmo não é elemento da reprodução real” (MARX²⁹, 2006, p. 544). A sobreacumulação gera e alimenta uma economia e uma geografia de bolhas especulativas, os territórios do urbano absorvem proporções significativas desse movimento (o preço da terra urbana em Caetité - BA, no centro de uma cidade de pouco mais de quarenta mil habitantes chega a custar aproximadamente mil e quinhentos reais o metro quadrado – nada que tenha paralelo com a ‘economia real’ – ano de 2008), em que a dialética da igualização – diferenciação geográfica busca redefinir nos padrões da sociabilidade capitalista arranjos territoriais que readmitam a mais-valia deslocada do trabalho vivo.

O ímpeto inicial da conversão do capital-dinheiro virtual na busca de novas aplicações em novos ramos produtivos esbarra na produção subsequente de

²⁸ Presidente do Partido Comunista do Japão, In: Japan Press Weekly (Tóquio), out. 2008, p. 20 (Mészáros, 2009 – Crise estrutural do Capital, São Paulo: Boitempoeditorial, p. 17 – 30).

²⁹ MARX, K. O capital. V. 2. 11º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

supérfluos, o declínio do fundo de consumo reflete a condição da desnecessidade de mão de obra produzida pela evolução do modo capitalista de produção, o que trará novamente a pauta à necessidade de reajustar o movimento ininterrupto de acumulação. Quais as saídas possíveis? David Harvey³⁰ (2008) apresenta alguns relatos do *front*:

México: dívida externa passa de 6,8 bilhões em 1972 para 58 bilhões em 1982 [...] O México declarou falência em agosto de 1982 [...] Fuga de capitais e em 1984 o Banco Mundial pela primeira vez em sua história empresta dinheiro a um país em troca de ajustes estruturais [...] Ataque aos trabalhadores intensifica-se com o governo Salinas de 1988 [...] Salinas intensifica os processos de privatização e combate as greves e sindicatos, ao passo que reabre o México ao investimento externo, emerge o programa maquila [...] Salinas inicia e completa com sucesso as negociações para o NAFTA [...] Salinas promove a privatização das terras camponesas e as abre para a competição internacional com a agricultura subsidiada estadunidense em função do NAFTA pós-1991 [...] ‘Crise da tequila’ em 1995, devido a elevação da taxa de juros nos EUA e com a dívida lastreada em dólar o México se vê novamente diante da bancarrota, o peso desvaloriza-se, Clinton monta um pacote de resgate na ordem de 47,5 bilhões de dólares, em contrapartida a desvalorização do peso permite ao dólar comprar todo o tipo de ativos a preços de liquidação ao passo que as indústrias maquila passam por um corte no número de empregos em função da concorrência chinesa [...] Carlos Slim o homem mais rico do México controlava quatro das vinte e cinco maiores empresas do país (por volta de 2005 o México era o nono país em número de milionários) [...] não só restauração mas criação de poder de classe [...] Em essência o Desenvolvimento Geográfico Desigual pressupõe o controle de territórios e finanças nas escalas do local ao global haja vista o exemplo de Slim que transfere os ativos das classes trabalhadoras mexicanas para as suas mãos.

Argentina: Carlos Menem (que chega ao poder em 1992) abriu o país ao comércio e aos fluxos de capital externos, introduziu maior flexibilidade nos mercados de trabalho, privatizou empresas estatais e a seguridade social e equiparou o peso ao

³⁰ In: HARVEY, D. O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008, para aprofundamento recomenda-se leitura do capítulo quatro da obra supracitada.

dólar a fim de controlar a inflação e dar segurança aos investidores estrangeiros [...] O desemprego aumentou e as elites se utilizaram das privatizações para amealhar novas fortunas [...] A crise da tequila e a crise econômica asiática levou ao aumento dos juros e a uma pressão insuportável sobre o peso argentino [...] Os capitais domésticos começaram a debandar seguido do capital externo antecipando-se à desvalorização [...] O FMI resgata a Argentina com um empréstimo de 6 bilhões de dólares (segundo maior na história do FMI). A fuga de capitais não foi estancada mesmo com tais medidas (É possível que só em 30 de novembro a perda atingiu dois bilhões) [...] Seguiu-se arranjos internos para conter a crise paga pelos argentinos (da década de 90 ao ano de 2001, quando irrompe a crise).

Coréia do Sul: de início a Coréia do Sul (décadas de 60 e 70) contava com duas vantagens geopolíticas: estava na linha de frente da guerra fria, por isso que os EUA tinham interesse em apoiá-la militar e economicamente e a ex-relação colonial com o Japão conferia benefícios que iam da familiaridade com as estratégias organizacionais militares japonesas à assistência ativa do Japão para penetrar em mercados externos [...]. Sob o regime ditatorial de Park o país começa a modernizar-se. A classe capitalista não era de modo algum insignificante, depois de prender os principais líderes de negócios por corrupção, Park chegou a um acordo com eles. O general reformou a burocracia do Estado, nacionalizou bancos a fim de controlar a alocação de crédito e alguns capitalistas industriais foram convidados a enriquecer nesse processo [...] Os industriais coreanos orientaram sua produção para a exportação com a mediação do Japão (plataforma de produtos semimanufaturados para os EUA) [...] O Estado coreano apoiou essa estratégia voltada para as exportações mobilizando poupanças domésticas, recompensando negócios bem sucedidos e estimulando sua fusão em *chaebols* (grandes conglomerados de empresas integradas, como a Hyundai, Daewoo e Samsung) mediante acesso fácil a créditos, vantagens fiscais, insumos, controle da força de trabalho e apoio no acesso a mercados externos (especialmente norte americano) [...] Políticas de subsídio e de investimento em setores de bens de capital elevaram alguns *chaebols* à condição de destaque no cenário global, e produziu uma classe de capitalistas nacionais cada vez mais abastados [...] Com a relativa autonomia experimentaram menor dependência frente ao Estado, novas fontes de crédito e estruturaram sua forma particular de neoliberalização (proteção dos privilégios e controles regulatórios –

bancos privatizados, ligações corruptas entre os chaebols, o Estado e os bancos para garantir empréstimos via favores políticos e razões de investimento efetivas) [...] Com a Rodada do Uruguai (1986) os capitais coreanos exploraram a transferência de produção, e exportaram degradação da força de trabalho na América Latina, na África do Sul e no sudeste da Ásia [...] Com a entrada da China na concorrência intra-regional e o Japão no contexto do iene, a Coréia se viu forçada a transferir boa parte da produção para a China via investimento direto (gerando desemprego no interior do país [...]) A competição levou os chaebols a um alto quociente dívida/capital próprio criando vulnerabilidade para os mesmos mediante aumento das taxas de juro [...]) O poder da classe trabalhadora aumenta com a morte de Park, e em 1995 emerge a Federação Coreana dos Sindicatos aumentando o poder de pressão dos trabalhadores [...]) Em meio ao declinante poder de disciplinar o capital e o trabalho e no contexto da crise financeira de 1997-98 o presidente norte americano Clinton pressiona pela liberalização financeira em um país tradicionalmente fechado (preço pago pela Coréia para o apoio dos EUA visando incorporá-la à OCDE) [...]) Alguns chaebols decretam falência em meio a conjuntura de crise em 1997-1998 (ex.: Hansin e Hamho Steel) [...]) O EUA não tinha motivo para oferecer ajuda (a Guerra Fria findou), os ditames de Wall Street pressionavam mais intensamente pela liberalização financeira. Quando a crise asiática estourou, o FMI incitou a Coréia do Sul a elevar as taxas de juros para defender sua moeda e, ao agir assim, lançou a economia numa recessão ainda mais profunda. Aumentaram-se as falências (a Daewoo afundou e a Hyundai chegou perto), altas taxas de desemprego foram registradas, os níveis salariais decaíram. O governo apelou ao FMI e aos EUA. Em troca de um resgate da ordem de 55 bilhões de dólares, ele aceitou abrir os serviços financeiros à propriedade externa e permitir a livre operação das empresas estrangeiras [...]) Dez dias depois à beira da bancarrota outro acordo foi firmado, neste os bancos credores reescalonaram a dívida ('minirresgate') em troca do privilégio de acesso à futuras receitas [...]) Nessa marcha de dilapidação os coreanos sofreram falência em ampla escala de empresas grandes e pequenas, além de um quadro recessivo que contraiu em 7% a renda nacional, baixou os salários médios em 10% e elevou a taxa de desemprego para cerca de 9% [...])" (HARVEY, 2008, p. 107 – 125).

A efetividade com que se operam os mecanismos de acumulação por despossessão e de desenvolvimentos geográficos desiguais são bem pontuados por

Harvey (2008), que na obra citada faz um balanço crítico do neoliberalismo na escala mundo. O México, a Argentina e a Coréia do Sul são violentamente lançados à órbita destrutiva do sistema do capital, e as riquezas produzidas pelo trabalho abstraem-se nas mãos do capital internacional (o processo criador de riqueza abstrata é estimulado de forma intensificada). Ativos engenhosamente desvalorizados por crises induzidas com o intuito de centralização e acumulação (transferência de propriedades desvalorizadas na esteira da crise), o poder de classe e dos monopólios são reativados, e a territorialização produtora de novas raridades (renda de monopólio) reelabora a especulação para garantir a incessante produção de territórios do trabalho e da riqueza abstrata.

2.3. A Geografia das finanças no território do capital.

A fórmula geral do capital $D - M - D'$ pelo desenvolvimento das forças produtivas (do crédito, do entesouramento) tende a contrair-se para $D - D'$. Tal processo reflete o crescimento da composição orgânica do capital associado ao capital portador de juros evidenciando reconfigurações que emergem das contradições que a produção capitalista desenvolve ao longo de sua evolução.

As finanças começam a se desenvolver a partir do desenvolvimento do sistema de crédito no âmbito capitalista, capital disposto ao entesouramento, gerado a princípio na esfera produtiva, retorna como capital-dinheiro destinado a servir de meio de pagamento ou de investimento que reconduz o capital social à expropriação de mais-valia.

A força de trabalho futura (e o exército de reserva) são (re)capturados pela sociabilidade capitalista, considerando-se que historicamente o desenvolvimento do sistema de crédito produz o nivelamento das taxas de lucros ou a tendência a tal, sobre a qual repousa toda a produção capitalista, e contribui para decrescer os custos da circulação (conforme observações gerais expostas por Marx, 2008 p. 581);

Superficialmente por lo menos, el sistema de crédito contiene el *potencial* para salvar los antagonismos entre la producción y el consumo, entre la producción y la realización, entre los usos presentes y el trabajo futuro, entre la producción y la distribución. También proporciona medios para arbitrar entre los intereses individuales y de clase de los capitalistas, y así detener las fuerzas que conducen a la crisis. Armada con este instrumento tan poderoso, la clase capitalista tiene todo tipo de incentivos para perfeccionarla. Además, hay muchas pruebas de que cada crisis sucesiva

del capitalismo ha obligado al sistema de crédito a tomar nuevas configuraciones em el curso de su resolución (um esplendido ejemplo es la transformación radical de la estructura financeira de Estados Unidos em la década de 1930). Todo esto confirma el mensaje básico [...]: el capitalismo no puede sobrevivir mucho tiempo sin el sistema de crédito, que se vuelve cada día más elaborado por las coordinaciones que permite. (HARVEY, 1990, p. 289 – 290).

As metamorfoses da mercadoria e do capital se aceleram devido aos efeitos do crédito sobre a circulação. O sistema de crédito “ressocializa” capital acumulado pelos capitalistas produtivos dispondo-os a outros capitalistas para aplicação em novos ramos produtivos ou nos já existentes; dessa forma os ajustes e novas escalas espaço-temporais decorrentes da ampliação da produção capitalista (na agora possível sociedades por ações – e expansão imensa da escala de produção e das empresas, impossível de ser atingida por capitais isolados – MARX, 2008, p. 582) possibilitam (re)produzir territórios que ofereçam possibilidades de conter os abalos provocados pela superprodução-subconsumo.

Ao transmutar-se de capital individual assumindo a forma de capital social (em virtude da reprodução ampliada e do sistema de crédito) o sistema do capital já engendrou uma classe de capitalistas suficientemente entesourados (capitalizados) que se afastam dos setores de capital produtivo para se dedicar a ‘usufruir’ da mais-valia a partir de formas distintas do lucro: renda e juros (com enfoque na última), o que denota:

Transformação do capitalista realmente ativo em mero dirigente, administrador do capital alheio, e dos proprietários de capital em puros proprietários, simples capitalistas financeiros. Mesmo quando os dividendos que recebem englobam o juro e o lucro do empresário, isto é, o lucro total (pois a remuneração do dirigente é ou deveria ser mero salário para certa espécie de trabalho qualificado, com preço regulado pelo mercado como qualquer outro trabalho) este lucro total é percebido tão-só na forma de juro, isto é, como recompensa à propriedade do capital, a qual por completo se separa da função no processo real de produção do mesmo modo que essa função, na pessoa do dirigente, se dissocia da propriedade do capital. O lucro se revela (e não mais apenas parte dele, o juro, que procura sua legitimidade no lucro do prestatário) puro assenhoramento do trabalho excedente alheio, originando-se da circunstância de os meios de produção se converterem em capital, isto é, se tornarem estranhos aos produtores reais, de se oporem, como propriedade alheia, a todos os indivíduos efetivamente ocupados na produção, do dirigente até o último dos assalariados. Nas sociedades por ações dissociam-se a função e a propriedade do capital, e, em consequência o trabalho aparece por completo separado da propriedade quer dos meios de produção quer do trabalho excedente. Este resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista é uma fase transitória que levará o capital

necessariamente a reverter à propriedade dos produtores não mais, porém, como propriedade privada de produtores individuais, e sim como propriedade dos produtores na qualidade de associados, propriedade diretamente social (MARX, 2008, p. 583).

A reprodução ampliada do capital é orientada por renovadas maneiras de auferir lucros. A lei geral da acumulação capitalista como contradição central requer do desenvolvimento das forças produtivas mediações que retomem o curso do lucro e da mais valia, nesse contexto dos imperativos do valor troca o capital portador de juros e o capital fictício recolocam nos trilhos os possíveis desvios (no sentido dos capitalistas) que impeçam a realização do valor. Ao aprisionar o valor em novas esferas o sistema do capital atinge o mais alto grau de alienação produtiva, em que os defeitos estruturais de controle do capital objetivam as crises de realização como imanência sistêmica. Alta composição orgânica, 'desnecessidade' – historicamente posta do trabalho vivo, queda na taxa de lucro, a mais-valia no circuito do capital produtivo encontra limites agora dificilmente intransponíveis. O papel do capital financeiro (capital produtor de juros e capital fictício) envolve em certa medida a aceleração do tempo de giro do capital sem o lastro correspondente no trabalho vivo, o que amplia as contradições.

MARX (2008) nas suas análises do capital financeiro destacava a especulação como central ao comportamento dessa fração na reprodução do capital, como exemplo é possível citar no âmbito do século XIX que na Escócia o dinheiro circulante nunca ultrapassou 3 milhões de libras quando os depósitos atingiam a cifra dos 27 milhões. As letras de câmbio e os depósitos começaram a se lançar na especulação, quando do desenvolvimento das relações de comércio entre a Índia e a Inglaterra, onde o crédito se colocava no aprisionamento de colheitas e estoques de mercadoria futuros³¹ (ainda não produzidas), trabalho excedente reaprisionado pela sociabilidade capitalista, como alertou MARX (2008, p. 585): “[...] o crédito [e o capital financeiro enquanto desdobramento deste] oferece ao

³¹ “Quanto maior a facilidade com que se obtêm adiantamentos sobre mercadorias não vendidas, tanto mais se tomam esses adiantamentos e maior a tentação de fabricar mercadorias ou lançar mercadorias já fabricadas em mercados distantes, com o objetivo único de conseguir adiantamentos em dinheiro. A história comercial da Inglaterra de 1845 a 1847 ilustra de maneira contundente como todo o mundo de negócios de um país pode envolver-se nesse gênero de especulação, e a que leva esse embuste” (MARX, 2008, p. 540). Em suas análises no livro III do Capital Marx demonstra que no ano de 1847 emergiu na Inglaterra uma espécie de mini-crack em virtude das especulações que a partir do desenvolvimento do crédito e das relações comerciais estabelecidas com a Índia se sucederam. Uma série de papéis e letras de câmbio que não se materializaram em virtude do capital fictício que já circulava.

capitalista [...] disposição livre, dentro de certos limites, de capital alheio, de propriedade alheia, e em conseqüência, de trabalho alheio”.

Segundo MARX (2008, p. 519 – 520), no capital produtor de juros as relações capitalistas atingem a forma mais reificada, mais fetichista. Nessa forma $D - D'$, tem-se dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo sem o processo intermediário que liga os dois extremos. No capital mercantil a forma apresenta-se como $D - M - D'$, a forma geral do movimento capitalista que pressupõe o produto de uma relação social e não produto de uma simples coisa [...] Em $D - D'$ objetiva-se o ponto de partida primitivo do capital, o dinheiro da fórmula $D - M - D'$ reduzida aos dois extremos $D - D'$, sendo $D' = D + \Delta D$, dinheiro que gera mais dinheiro. A fórmula geral do capital concentra-se numa síntese esvaziada de sentido. O capital em sua marcha completa é unidade do processo de produção e do de circulação, proporcionando mais-valia em um dado período. Com o capital produtor de juros, esse resultado aparece diretamente, sem as intermediações do processo de produção e circulação. O capital é agora fonte misteriosa, autogeradora pelos juros, um ‘capital autótrofo’, aumentando a si mesmo. Valor que se valoriza a si, dinheiro que ao gerar dinheiro faz desaparecer os vestígios do conjunto das relações sociais que pesa sob a arquitetura das finanças, que apresenta à superfície o aparente findar da acumulação do capital sob o signo da reprodução ampliada, conforme aponta CHESNAIS (1998).

Essa relação densamente coisificada situa os deslocamentos espaço-temporais que são instrumentados pela lógica do capital sob o plano do capital portador de juros, que por sua vez, de acordo com CHESNAIS (2005), localiza-se no centro das relações econômicas na configuração do capitalismo contemporâneo.

O processo de financialização das dimensões produtivas sob a centralidade do capital portador de juros recoloca o capital fictício como um aspecto preponderante do sistema do capital, que conforme exposto por Karl Marx no livro III do Capital, tais esferas são indissociáveis. Os capitalistas associados (capital social) ao universalizar a produção dos espaços de troca, que por sua vez, a partir das determinações da luta de classes converte-se em território do trabalho abstrato, minimizam as contradições da ordem sociometabólica do capital ampliando os territórios possíveis para o capital portador de juros / fictício³².

³² No livro III do Capital (volume 5) é possível refletir que o capital fictício compõe-se a partir da evolução do sistema de crédito e dentro deste dos caminhos que o entesouramento leva tendo como lastro inicial o capital

A mundialização das finanças começa a se estruturar a partir da revogação do acordo de Bretton Woods que levou, a partir de condicionantes histórico-sociais dados, a um regime de câmbio flexível; a securitização da dívida pública por parte dos países industrializados do centro do sistema (que acabaram disseminando o processo a partir da ação das instituições financeiras mundializadas como o FMI e o Banco Mundial); e as políticas de desregulamentação e liberalização financeira, que desestruturaram grande parte dos mecanismos de supervisão e controle que atuavam na esfera das finanças. Configuraram-se dessa forma territórios postos à livre ação da especulação e das finanças que se traduzem em mecanismos de reprodução potencialmente fetichistas dos imperativos do cálculo e da troca que não mais se mediatizam no trabalho vivo. A produção do espaço amplia os condicionantes desenraizadores que nascem com a regulação capitalista e se alimentam da mesma para a produção do lucro (agora sob forma de juros que encobrem a mais-valia?), por conseguinte os territórios ampliam-se diante da potencialização da apropriação privada sob o signo das finanças mundializadas, da possibilidade tendencial de afirmação da propriedade privada e do trabalho abstrato.

Parafraseando SMITH (1988) [...] o dinamismo do território [é] igualmente uma expressão da imagem do capital, em suas associações potencializadas mediadas por bancos e agora de forma mais intensa os fundos mútuos e os fundos de pensão, entre produção e finanças. O vaivém dos territórios desenvolvidos para os subdesenvolvidos, e seu retorno para aquele novamente, apenas é expressão geográfica do constante e necessário movimento do capital fixo (produção) para o circulante (finanças), e novamente deste para aquele. Mais fundamentalmente, é a manifestação geográfica do movimento constante e necessário do valor de uso para o valor de troca, e vice-versa. (p. 214).

A produção do território (do urbano, do agrário, do regional, do lugar) põe-se a partir das objetivações reificadas das finanças mundializadas. A especulação reproduz relações sociais de produção produzindo (re)valorização dos territórios a partir do capital fictício³³. Analisando o movimento da economia financeira na

produtor de juros, que ao multiplicar-se administrado por uma classe de capitalistas financistas passa a ampliar suas funções de potencializar a circulação (tempo de giro), contudo emerge a especulação como contraponto tendo em vista que o tempo de giro acelerado amplia as contradições da produção capitalista. A sanha especulativa objetiva criar uma esfera de (re)produção do valor que consista numa espécie de fuga (adiamento) de tais contradições.

³³ Robert Kurz (2003) escreve um texto expondo que os investimentos financeiros no imobiliário constituiriam uma segunda bolha financeira, que teria o papel de adiar a crise. David Harvey em palestra recente no Fórum

dinâmica imobiliária de São Paulo, MIELE (2008) reflete a questão analisando os Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs).

Os Fundos de Investimento Imobiliários entendidos aqui como estratégia para a reprodução do capital, são do ponto de vista dos empreendedores imobiliários e investidores desse mercado, uma modalidade de investimento que combina a solidez do mercado imobiliário com a agilidade e liquidez do mercado financeiro. Neste sentido, traz a mobilidade das transações financeiras ao investimento imobiliário. [...] Assim, os fundos de investimentos imobiliários aparecem como um instrumento de mercado de capitais desenvolvido para integrar o mercado imobiliário ao mercado de valores mobiliários, tornando-se um instrumento que transforma um ativo imobiliário em financeiro por meio de administração realizada por instituições financeiras. [...] O investidor compra cotas de um determinado imóvel que está ou será alugado ou vendido, obtendo o rendimento mensal dessa locação sendo que sua administração fica sob responsabilidade das empresas especializadas. Essas cotas podem ser vendidas e compradas em Bolsas, o que pode trazer uma maior liquidez ao investimento imobiliário (2008, p. 49).

Nas cidades verticalizadas erguem-se prédios que configuram territórios voltados à produção de formas que buscavam não uma ambiência saudável como expressa o discurso dos arquitetos do moderno e da modernidade mas a maximização da taxa de lucro espacial, como nos lembra Francisco de Oliveira. A cidade e os territórios produzidos pelo trabalho vivo no momento contemporâneo da empiria financeirizada procura materializar-se num sistema do capital que erige a miragem da existência que prescindem do humano, e logo, das classes. Os territórios do urbano vêm associações diversas entre o capital financeiro e o capital produtivo buscando mecanismos de contratendência à queda na taxa de lucro para retornar nos momentos de crise a ela, quando o capital 'fictício' exigir parte do que lhe é devido sem o respectivo lastro no que produz valor (trabalho vivo), a memória da miragem desfaz-se.

Se a crise financeira tem como origem uma valorização insuficiente do capital investido – como se pode observar em alguns países asiáticos – ou se ela é diretamente financeira, consequência de uma desconfiança dos mercados financeiros internacionais, provocada, por exemplo, por um desequilíbrio profundo e crescente da balança de pagamentos – como se pode constatar na maioria das economias latino-americanas –, o resultado

Social Mundial em Belém (2009) chamou a atenção para as ligações entre bolhas especulativas e as crises financeiras gestadas a partir do Urbano. Dois outros estudos merecem destaque no sentido de corroborar com o exposto, ambos, dissertações de mestrado defendidas na USP orientadas por Ana Fani Alessandri Carlos – o estudo de MIELE (2008) O movimento da economia financeira na dinâmica imobiliária de São Paulo – e o estudo de VOLOCHKO (2008) A produção do espaço urbano e as estratégias reprodutivas do capital: negócios imobiliários e financeiros em São Paulo, publicados pela Labor Edições, vinculada ao grupo GESP (Grupo de Estudos sobre São Paulo) coordenado por Ana Fani A. Carlos.

é sempre uma reestruturação industrial e bancária e um acréscimo de flexibilidade do trabalho sob uma ou outra forma, primeiro numérica, em seguida funcional (SALAMA, 2002, p. 42).

As condições objetivas da produção e da realização capitalista acentuam mecanismos que operam a produção do capital aparentemente deslocado da base produtiva, visando contrapor a queda da taxa de lucro, tal processo sustenta-se na lógica da superexploração – subconsumo – hipertrofia do Departamento III – mais-valia absoluta relativa – exportação dos desenvolvimentos geográficos desiguais e combinados – reestruturações no mundo do trabalho – finanças; mediados pelo tripé Estado – Capital – Trabalho, a sociabilidade capitalista opera a captura do outro na frente pioneira³⁴ das finanças mundializadas e dos territórios da riqueza abstrata.

³⁴ Parafrazeando a análise de MARTINS em *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2009 – com destaque para os capítulos 2 e 4.

Capítulo 3. Os territórios da riqueza abstrata.

3.1. Os territórios do império da mais-valia: imperialismo e acumulação de capital.

Na marcha da constituição dos territórios do trabalho abstrato e da riqueza abstrata a ambiência da centralização e acumulação desenfreada de capital sob formas diversas necessitaram não apenas serem criadas, mas, sobretudo mantidas, garantindo a reprodução das relações sociais de produção e consolidando a apropriação do espaço, a produção de territórios, e o desenvolvimento geográfico desigual.

Sob tal aspecto Harvey (2004) destaca que o imperialismo do tipo capitalista surge de uma relação dialética entre as lógicas territorial e capitalista de poder, onde cada lógica faz surgir contradições que tem de ser contida pela outra.

Os significados do imperialismo têm relação direta com a coexistência de interesses distintos das diversas frações do capital (industrial, comercial, financeiro), e a estruturação de arranjos espaço-temporais em que a mais-valia não possa sofrer ameaça, apesar das contradições capital x capital.

La actividad capitalista está siempre fundada em algún lugar. Diversos procesos materiales (físicos, ecológicos, como también sociales) deben ser apropiados, usados, para los propósitos y caminos y sendas de la acumulación del capital. Recíprocamente, la acumulación del capital tiene que adaptarse y em algunos momentos transformarse por las condiciones materiales que encuentra (HARVEY³⁵, 2007, p. 23).

Essa dimensão territorial da acumulação do capital foi efetivamente mundializada a partir do imperialismo, que estendeu as práticas de acumulação e centralização do capital na escala mundo (universalizando a reprodução ampliada).

Ao analisar o imperialismo como fase superior do capitalismo Lênin³⁶ já chamava atenção para o acentuar dos monopólios como um dos fatores mais importantes da economia capitalista no início do século XX. Destacava uma particularidade importante do capitalismo desenvolvido, a combinação; que equivaleria a reunião em uma só empresa de diferentes ramos da indústria, que

³⁵ HARVEY, D. Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. In: GeoBaires, cuadernos de Geografía. Apuntes de geografía y ciencias sociales. Teorías contemporáneas de la Geografía. UBA-FFyL, Mayo de 2007. Edición, presentación y comentarios Vicente Di Cione.

³⁶ LÊNIN, V. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. 4^o Ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

passa a controlar as fases do processo produtivo, desde o processamento e transformação da matéria prima à elaboração do produto. Lênin (2008) recorre a Rudolf Hilferding (O capital financeiro)³⁷, para ressaltar que a combinação nivela as diferenças de conjuntura e garante à empresa combinada uma maior estabilidade para a taxa de lucro (2008, p. 19). O sismógrafo da história [e da geografia] do modo de produção capitalista continua sendo a taxa de lucro como ressaltou Mandel (1985).

O desenvolvimento dos monopólios e suas derivações (trustes, cartéis, etc.) significaram uma socialização mais completa da produção de mercadorias, um domínio e desenvolvimento mais ampliado das forças produtivas e da produtividade do trabalho sob o controle cada vez mais intenso dos monopólios (produção + finanças), todavia a apropriação individual se intensifica (concentração – centralização).

Com as fusões e domínio cada vez mais ampliados dos monopólios os capitalistas utilizam artifícios para manter e ampliar as esferas da reprodução do capital.

O desenvolvimento aponta para os seguintes artifícios utilizados pelos capitalistas que controlam os monopólios (LÊNIN, 2008, baseado na obra Da Coação à Organização, do economista alemão Kestner): privação de matérias primas; acordos dos sindicatos com os monopólios para controle da mão de obra por parte deste; privação de vendas; acordo com compradores para manterem a compra nas mãos dos cartéis; diminuição sistemática dos preços; etc. Num segundo momento, após destruir os concorrentes os monopólios desfazem os “sacrifícios” da já ultrapassada “livre concorrência” efêmera, baseada na apreensão acumulada de trabalho futuro para retomar o processo em nome da mais-valia e da produção de capital, o que acentua a compressão da fórmula geral do capital de $D - M - D'$ para $D - D'$, com os bancos, os fundos de pensão e os fundos mútuos passando a fazer parte da produção simbiótica das mercadorias e finanças.

Traduzindo em linguagem comum, isto significa: o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal que, ainda que a produção mercantil continue reinando como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade, encontra-se minada e os lucros principais vão parar com os *gênios* das maquinações financeiras. Estas maquinações e estas trapaças têm a sua base na socialização da produção, mas o imenso

³⁷ Edição Brasileira: HILFERDING, R. O Capital Financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

progresso da humanidade, que chegou a essa socialização, beneficia... os especuladores (LÊNIN, 2008, p. 27).

Os cartéis e empresas combinadas potencializam o aumento da composição orgânica do capital (da lei geral da acumulação capitalista), nesse sentido as contradições da regulação capitalista não só se mantêm como se intensificam. Como já afirmava Lenin (2008, p. 29). “a supressão das crises pelos cartéis é uma fábula dos economistas burgueses”, acentua-se ainda mais a desproporção entre o desenvolvimento de diferentes ramos da produção capitalista (e da produção do território do capital – trabalho abstrato – trabalho futuro apreendido), mecanismo que expressa relações de violência e dominação oriundas da construção dos monopólios, da centralização e concentração, que as classes trabalhadoras experimentam como um peso cotidiano.

Empresas transnacionais construíram tamanha dominação fruto do poder ‘belicoso’ da concentração – centralização – comportamentos cartelizados que os seus lucros superam o PIB de inúmeros países do centro e da periferia do sistema, demonstrando que a produção dos territórios do trabalho abstrato não obedece a fronteiras delimitadas por governos, mas às fronteiras delimitadas pela sociabilidade do capital.

Tabela 3: Volume de negócios das maiores transnacionais em comparação com o PIB de países selecionados em bilhões de dólares – 1998 – população em milhões.

Empresa / País	Volume de Negócios	População
General Motors	161,3	-
Polônia	158,6	38
Daimler Chrysler	154,6	-
Ford	144,4	-
Wal Mart	137,6	-
África do Sul	133,5	39
Mitsui	131,6	-
Finlândia	123,5	5
Grécia	120,7	10
Mitsubishi	118,9	-
Itochu	116,8	-
ELF	110,2	-
Portugal	106,7	9
Colômbia	102,7	40
Marubeni	102,5	-

Exxon	100,7	-
General Eletric	100,5	-
Sumimoto	95,5	-
Indonésia	94,2	206
Shell	93,7	-
Toyota	88,5	-
Egito	82,7	66
Irlanda	81,9	3
IBM	81,7	-
Volkswagen	80,5	-
BP Amoco	68,3	-
Filipinas	65,1	72
Paquistão	63,4	148
Honda	52,4	-
Nestlé	52,2	-
Sony	51,2	-
Unilever	47,5	-
Argélia	47,3	-
Bangladesh	42,7	124
Nigéria	41,4	106
Vivendi	33,9	-
Carrefour	32,0	-
ABB	30,9	-
Vietnam	27,2	77
GlaxoSmithKine (a)	26,2	-
Equador	18,4	12

Fonte: Touissaint e Milet, com base em dados do PNUD 2000 *apud* Costa, 2008.

Controlam nichos de mercados e ampliam sua esfera de atuação para setores distintos do que os de origem; a GM, a Ford, a Volkswagen se transformaram em Bancos relacionados às atividades da indústria automobilística (e fundações que financiam ciência e canalizam dinheiro para a livre mobilidade do capital); a Mitsubishi, a Nestlé, a IBM ampliaram a base de atuação para setores químicos, alimentícios, de controle e produção de água mineral³⁸, dentre outros. Controlam o território produzindo rendas e extraíndo mais-valia; ampliando a escala por meio da equalização-diferenciação geográfica produzindo e reproduzindo o território à imagem e semelhança do capital e de sua funcionalidade; realizando o seqüestro da geografia e da história dos agora bárbaros, barbarizados por constituírem

³⁸ Ver trabalho apresentado nos anais do VI CBG (Goiânia): A água no século XXI: crise ou escassez? (MELLO, 2004).

resistências e reminiscências de uma outra temporalidade histórica que se choca com a carcaça do tempo estruturado pelos imperativos do lucro do capital e das finanças.

Transformam o globo em mais um objeto a ser comercializado, põe-se o mundo (e não apenas a Terra) como valor de troca, operando a universalização não apenas da forma valor, mas agora de um “valor” que se reproduz e se nutre da especulação, onde os gênios da maquinação financeira criam a ilusão do dinheiro metafísico, no entanto contam com a estruturação do pensamento único operado pelos ideólogos do neoliberalismo que apontam o mister do fazer “brotar” dinheiro como um dos poucos caminhos a serem seguidos.

Tabela 4: Volume de negócios das transnacionais, PIB (em bilhões) e população de países selecionados em milhões.

Empresa / País	Volume de Negócios	População
Sete maiores firmas da tabela	965,5	-
China	959	1.255
Seis maiores firmas da tabela	848,5	-
Brasil	778,2	165
Cinco maiores firmas da tabela	729,6	-
Ásia do Sul (inclusive Índia)	670,5	1.364
GM + Daimler + Chrysler + Ford	460,3	-
Índia	430	982
GM + Daimler + Chrysler	315,9	-
África Subsaariana	319,8	569
GM	161,3	-
48 países menos avançados	145,9	581

Fonte: Toussaint e Milet 2000 apud Costa, 2008.

As transnacionais controlam de forma totalitária diversos setores das forças produtivas, a produção de tecnologia e valor agregado, inclusive a ciência. Nesse bojo 95% da pesquisa e desenvolvimento mundial são realizados nos países da OCDE; que possuem o domínio do comércio mundial (cifra que atinge 70%), calcado na transferência de renda entre filiais e matriz, num processo que envolve super e subfaturamento (COSTA, 2008).

Constroem o desenvolvimento produzindo distúrbios e disfunções que operam a manutenção da taxa média de lucro intensificando taxas de exploração diferencial à escala mundo.

O capital social total e suas frações encontram os limites estruturais para a reprodução capitalista. Diante das fusões e do grau de centralização em que o desenvolvimento das forças produtivas conduziu a regulação capitalista é possível observar que toda essa imensa máquina capitalista que começa a apresentar coesão relativa pós-imperialismo, não escapa ao aprofundamento do poder do Estado, da dívida que sustenta as finanças, e da produção cada vez mais deslocada de sua base efetiva, a força de trabalho.

A primeira ameaça se coloca em relação à perda constante da substância do valor e a segunda é mais ampla, se enquadra no que Mészáros (2002 e 2009) vem chamando a atenção a crise é estrutural e permanente, o que acontece com o país – EUA - que é exemplo mais típico de práticas imperialistas é sintomático. Segundo alerta de MÉSZÁROS (2009 p. 130): “[...] o recente endividamento dos EUA está azedando agora. Esse tipo de economia só avança enquanto o resto do mundo pode sustentar sua dívida”. Inaugura-se o capitalismo da acumulação de riqueza abstrata.

3.2. Os territórios do valor, do trabalho abstrato e da riqueza abstrata.

A produção e a realização do valor confrontam-se com inúmeras contradições (capital x trabalho e capital x capital), que apontam para a posição chave do território na reprodução ampliada do capital. As questões relativas à produção do excedente e as reconfigurações que se apresentavam na estrutura do sistema do capital remetiam a intensificação das mediações de segunda ordem: 1) a família nuclear articulada como o ‘microcosmo’ da sociedade que, participando de todas as relações reprodutivas do ‘macrocosmo’ social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos; 2) os meios alienados de produção e suas ‘personificações’, pelos quais o capital adquire ‘vontade férrea’; 3) o dinheiro, com suas inúmeras formas enganadoras e cada vez mais dominantes ao longo do desenvolvimento histórico; 4) os objetivos fetichistas da produção, submetendo de alguma forma a satisfação das necessidades humanas (e a atribuição conveniente

dos valores de uso) aos cegos imperativos da expansão e da acumulação do capital; 5) o trabalho, estruturalmente separado da possibilidade de controle, tanto nas sociedades capitalistas, como sob o capital pós-capitalista, onde assume a forma de força de trabalho politicamente dominada; 6) as variedades de formação do Estado do capital no cenário global, onde se enfrentam (as vezes com os meios mais violentos, levando a humanidade à beira da autodestruição) como Estados nacionais autônomos; 7) e o incontrolável mercado mundial, em cuja estrutura, protegidos por seus respectivos Estados nacionais os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência econômica e ao mesmo tempo esforçar-se por obter para si as maiores vantagens possíveis, eliminando os rivais e propagando assim as sementes de conflitos cada vez mais destruidores” (MÉSZÁROS, 2002, p. 180). O sociometabolismo do capital reproduz os territórios do trabalho abstrato e da riqueza abstrata como sua expressividade espacial.

A natureza evidencia a apropriação potencializada de capital - poder e espaço conformam territórios de troca que na marcha neoliberal da restauração do poder de classe sinalizam novos ajustes espaciais que intensificam a apropriação privada do espaço (território) resultado das mediações no âmbito das relações sociais de produção e reprodução.

Subordinar densamente o valor de uso ao valor de troca (uma das mediações de segunda ordem³⁹) em todas as dimensões sociais comporta a lógica D – M – D’ e D – D’ como objetivação universal da sociedade capitalista. A virtual mundialidade do espaço é a objetivação da mundialidade do território, a geografia do sistema do capital produz e é produzida pelo território que universaliza o valor de troca, o fetichismo e a alienação.

O fixo territorial para as contradições do capitalismo ensina que agora o espaço aniquila o tempo. De que forma? O tempo de giro do capital (e outras temporalidades advindas) nos leva a confirmar o que dissera Marx e Engels, que a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente as relações sociais. Qual o fundamento dessa revolução? Reconverter as contradições do capital a partir do território em possível reposição da mais-valia, através da exportação do

³⁹ As mediações de segunda ordem são elementos estruturantes da sociabilidade capitalista que foram historicamente desenvolvidos pelo sistema do capital para ampliar sua condição dominante entre as distintas formações econômico-sociais, acentuando o caráter totalitário da reprodução ampliada, do lucro, da mais-valia (absoluta e relativa), viabilizando, na medida em que as forças produtivas e relações de produção seguem seu curso histórico, a marcha de universalização do valor de troca (de totalização histórica do capital). Ver Mézáros, Para Além do Capital, São Paulo: Boitempoeditorial, 2002, capítulo 4.

desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo financeirizado subverte o tempo, mas se realiza primordialmente nos espaços geográficos em que a especulação garante (e forja) o lucro.

As leis da História não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade o que no destino dos países atrasados. Açotado pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. Sem recorrer a esta lei, enfocada, naturalmente, na integridade de seu conteúdo material, seria impossível compreender a história de [...] nenhum [...] país de avanço cultural atrasado [...]. O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada induz, forçosamente, que se confundam nela, de uma maneira característica, as distintas fases do processo histórico. Aqui o ciclo apresenta, visto em sua totalidade, um caráter confuso, complexo, combinado (TROTSKY, 2007, p. 21).

O território dos camponeses e indígenas no México seguindo o curso do desenvolvimento desigual e combinado foi inserido no circuito da troca (da mais-valia), mercantilizaram suas terras para submetê-los à divisão social do trabalho e romper com as relações sociais tradicionais inserindo-os na sociabilidade dos imperativos da troca.

O que é próprio e característico dessa sociedade, e do domínio que há nela das leis de mercado sobre quaisquer outras leis sociais, é o desenraizamento, a destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas estavam acostumadas a ser. Por que o capitalismo faz isso? O capitalismo faz isso para incluir. Por que é que precisa incluir? Porque ele precisa transformar cada ser humano, não importa a cor, altura, tamanho, peso, beleza, em membro da sociedade capitalista. Há duas portas para se entrar nessa sociedade. Uma é a porta mais geral da transformação de todos em produtores e consumidores de mercadorias. Tudo tende a ser reduzido a mercadoria. Essa redução de tudo a produtores e consumidores de mercadorias significa que todos, para se integrarem na sociedade capitalista, devem ser transformados em trabalhadores ou, então, em compradores de força de trabalho. Em segundo lugar devem ser todos transformados em consumidores dos produtos produzidos por essa mesma sociedade [...]. O que faz o capitalismo, ao desenraizar as pessoas, é transformá-las em proprietária de uma única coisa: a sua força de trabalho. O desenraizamento do camponês [e do indígena] não está simplesmente em sua expulsão da terra. É reduzi-lo à única coisa que interessa ao capitalismo, que é a condição de vendedor da força de trabalho. Se alguém vai comprar essa força de trabalho, já é outra história (MARTINS, 2003, p. 120 – 121).

Os *ejidos*⁴⁰ mexicanos foram postos à venda pelo governo do país após pressões que faziam parte das negociações de adesão ao Nafta, o artigo 27 da Constituição mexicana foi alterado sendo promulgado em 6 de janeiro de 1992, a partir daí os *ejidos* puderam ser expropriados pelo Estado e vendidos à iniciativa privada ou aos grandes latifundiários. “[...] Na prática, com esse ato, o governo mexicano assina a sentença de morte das comunidades indígenas de Chiapas” (GENNARI, 2005, p. 26 – 27).

Marx e Engels (2005) no Manifesto chamavam a atenção para o caráter universalizante da sociedade burguesa, uma obra em que a dimensão geográfica é extremamente reveladora das possibilidades de reificação que a marcha do desenvolvimento burguês opera nos territórios que emergiam para abrigar a valorização do valor.

Os desenvolvimentos das forças produtivas do capital ampliavam a conversão do espaço em território do trabalho abstrato, inserindo parcelas cada vez mais amplas do globo nas relações proletarizadas e monetarizadas constituídas pelo desenvolvimento das trocas e do comércio (P – D – C – C) garantindo a realização da mais-valia absoluta e relativa (daí o sociólogo José de Souza Martins [2003] alertar para o problema não da exclusão, apenas parcial na lógica capitalista, mas para o grave problema social e político da inclusão. Que tipo de inclusão a sociedade capitalista propõe aos seus trabalhadores? A inclusão aviltante via trabalho abstrato desefetivador e relações monetárias ampliadas intensa e metafisicamente).

Com a rápida melhora dos instrumentos de produção e das comunicações, a burguesia logra integrar na civilização até os povos mais bárbaros. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China e faz capitular até os povos bárbaros mais hostis aos estrangeiros. Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, quer dizer, a se tornar burguesas. Em suma, ela cria um mundo à sua imagem e semelhança (MARX & ENGELS In BOGO, 2005, p. 89).

⁴⁰ “*Ejido* é uma forma de posse coletiva da terra, criada no processo de reforma agrária que a elite mexicana vai viabilizar para conter as pressões dos camponeses após a tentativa revolucionária de Villa e Zapata. Com a existência legal garantida pelo artigo 27 da Constituição mexicana, as áreas dos *ejidos* não podem ser vendidas, arrendadas ou hipotecadas. Por isso, quando uma família sai de uma delas, os campos nos quais trabalhava voltam a comunidade. Esta vai cuidar deles, podendo ceder sua posse a eventuais novos moradores”. (GENNARI, 2005, p. 25 – 26).

A dimensão da reprodução das relações de produção na sociedade burguesa amplia suas bases territoriais rompendo das muralhas da China às fronteiras que se edificaram como contraponto ao imenso acúmulo de mercadorias, aparência da riqueza produzida pela sociedade capitalista⁴¹. No entanto, esse acúmulo de mercadorias que passou a ser arquitetado desde a acumulação primitiva dos tempos anteriores à revolução industrial (capitalismo comercial), pôde ser mantido pela produção e reprodução de arranjos espaço-temporais, de territórios que garantiam a realização da mais-valia, de desenvolvimentos geográficos desiguais que operavam possibilidades de superlucro (acima do lucro médio – MANDEL, 1985) e de garantir a maximização da taxa de lucro para os capitalistas. A contradição capital x capital se resolveria a priori nos termos da especificidade do desenvolvimento capitalista.

À lógica do desenvolvimento capitalista colocava a perda de parte substancial da produção do valor exposta na composição orgânica do capital e na produtividade crescente do trabalho. As condições e relações sociais dadas passaram a antever a riqueza nos marcos da sociedade burguesa como uma riqueza abstrata, desubstancializadora do humano quando de sua produção. “Qualquer que seja a forma social da riqueza, os valores de uso constituem sempre seu conteúdo, que permanece em primeiro lugar, indiferentemente a essa forma” (MARX, 2007, p. 50). Mas o conteúdo da riqueza se perdeu na necessária universalização do valor de troca pressuposto no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. O primeiro salto mortal das mercadorias: desfazer-se de qualquer conteúdo social na sua forma imediata de existência e processualidade na sociedade.

O valor de uso por sua vez constitui a base material com que se manifesta o valor de troca. Os valores de uso são subvertidos, objetivando-se ininterruptamente em valores de troca.

O valor de troca aparece primeiramente como uma relação quantitativa na qual os valores de uso são permutáveis. [...] Considerado como valor de troca, um valor de uso vale exatamente tanto quanto outro, contanto que se apresente em proporção conveniente. [...] Indiferentemente, pois, a seu modo natural de existência, sem se considerar a natureza específica da necessidade para a qual são valores de uso, as mercadorias, em quantidades determinadas, superpõem-se, suprem-se na troca, reputam-se como equivalentes e representam, assim, a despeito de sua variada aparência, a mesma unidade (MARX, 2007, p. 51).

⁴¹ “À primeira vista, a riqueza da sociedade burguesa aparece como uma imensa acumulação de mercadorias, sendo a mercadoria isolada a forma elementar dessa riqueza. Mas, cada mercadoria se manifesta sob duplo aspecto de valor de uso e de valor de troca” (MARX, 2007, p. 47).

O conjunto dos produtos da vida social é intercambiável, como coisa apenas, desaparece a força vital (músculos e cérebro) contida no hiato entre o fazer-se coisa (homem) e o fazer-se homem (coisa). O trabalho social que cristaliza as mercadorias escapa ao valor de uso e tem sua sociabilidade constituída no movimento do valor de troca. Enquanto valor de uso o trabalho social era percebido como essência na/para troca, na condição de valor de troca o dinheiro é percebido como tal essência. O trabalho social deixa de ser trabalho concreto para ser, nos marcos da regulação capitalista, apenas trabalho abstrato.

Os diferentes valores de uso são, ademais, os produtos da atividade de distintos indivíduos; quer dizer, o resultado de trabalhos que diferem individualmente. Como valores de troca, não obstante, representam trabalho homogêneo não diferenciado, isto é, trabalho no qual desaparece a individualidade dos trabalhadores. O trabalho que cria o valor de troca é, pois, trabalho geral-abstrato (MARX, 2007, p. 52).

O tempo de trabalho abstrato socialmente necessário passa a ser medida do valor contido nas mercadorias, a regulação rítmica que funda a lógica do tempo-espaço da modernidade capitalista está calcada nesse tempo que é medida do valor e da riqueza abstrata que passa a ser exposta pelo dinheiro. Com a formulação da lei geral da acumulação capitalista, Marx previa que os imperativos e regulação da mais-valia impeliam os capitalistas a buscar reduzir o tempo de giro do seu capital, aumentando a produtividade do trabalho, a tecnologia passa a ser uma possibilidade nesse contexto, o que por sua vez elimina não apenas postos de trabalho, mas tempo de trabalho na produção das mercadorias. A substância do valor se perde nos meandros da economia política do capital.

Nas três revoluções industriais, o Standard de produtividade foi levantado cada vez mais alto por meio da concorrência. Porém, quanto mais alta a produtividade, tanto menor a quantidade válida de trabalho representada por cada mercadoria e, portanto, tanto menor o valor desta. Aqui se manifesta a auto-contradição lógica do capitalismo: por um lado, a sua finalidade é a infindável acumulação de valor, por outro lado, é ele próprio que progressivamente retira a substância do valor das mercadorias. Historicamente esta contradição foi compensada pela expansão capitalista: quanto menor o valor de cada mercadoria, tanto mais mercadorias tinham de ser produzidas e vendidas. Mas está aqui estabelecido um limite interno lógico. A qualquer momento deixa de valer a pena entulhar o mundo com mercadorias. Juntamente com a substância do valor cai também o poder de compra, pois este é apenas um momento daquela. Na terceira revolução industrial a equação já não dá certo: ao desemprego global em massa corresponde a desvalorização interna das mercadorias. Com uma dose de substância do valor tornada homeopática, os produtos já são

autenticamente apenas bens naturais; pelo que só artificialmente podem ser forçados à forma do preço em dinheiro (KURZ⁴², 2008, p. 1).

A gênese da expansão do capital contém forte componente territorial, considerando que o aproveitamento dos desequilíbrios, na estrutura da produção e do mercado de trabalho capitalistas pressupõem diferentes formações econômico-sociais, que por experimentarem uma evolução diferenciada das forças produtivas apresentam setores de baixa composição orgânica, o que estabelece um conjunto de mediações que representam novo alento ao capital produtivo.

Lefebvre (2008) aponta para as possibilidades da exploração prospectiva dos territórios do urbano na sociedade capitalista, quando assinala que a construção das cidades absorve um *quantum* considerável de trabalho vivo, o que pode equilibrar a balança da composição orgânica, mas apenas adiando a contradição e apontando a dimensão territorial essencial à produção do capital, à reprodução das relações de produção, nas tramas do processo da exploração do trabalho.

⁴² In: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz199.htm>, acesso em 18/10/2008.

Figura 8: Trabalhador na construção civil (Sebastião Salgado).



Fonte: <http://www.sebastiaosalgado.com.br/>, acesso em 03/07/2009.

A compreensão dialética de Lefebvre (2008) aponta outro ponto chave na manutenção da sociabilidade capitalista: o que a acumulação de capital opera a partir do que se tornou escasso, das novas raridades. Eis os caminhos dos territórios do trabalho e da riqueza abstrata no bojo da reprodução ampliada do capital: primeiro ao produzir os parcelamentos, cuidava para que estes operacionalizassem a submissão histórica de tudo ao valor de troca e todo trabalho concreto apresentasse-se como trabalho abstrato com a intensificação da divisão social e territorial do trabalho capitalista⁴³; posteriormente a compreensão de que a riqueza nos marcos da mais-valia tende a abstrair-se para coincidir num momento seguinte com a acumulação monetária desenfreada, tendo em vista que a substância do valor vai se perdendo junto com a queda da taxa de lucro, a riqueza não é abundância, é escassez e simulação monetária no âmbito do capital.

⁴³ “Outrora, o ar e a água, a luz e o calor eram dons da natureza, direta ou indiretamente. Esses valores de uso entraram nos valores de troca; seu uso e seu valor de uso, com os prazeres naturais ligados ao uso se esfumam; ao mesmo tempo e que eles se compram e se vendem, tornam-se rarefeitos. A natureza, como o espaço [e o território], com o espaço [e o território], é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista” (LEFEBVRE, 2008, p. 54).

O território se rende a dessubstancialização do valor, se convertendo em títulos operados pelos gênios das maquinações financeiras (na expressão de Lênin), e em possibilidade de reserva e reprodução de baixa composição orgânica, de trabalho abstrato; mobilidades distintas de capital e trabalho acompanham a reposição-recolocação funcional do tempo de giro. O território, sob o capitalismo, é capital como condição e como meio de produção, é trabalho morto-abstrato agregado ao território representando mobilidade, produção e realização da mais-valia absoluta e relativa objetivada no consumo do/no espaço. O controle do território afirma o controle futuro do capital sobre o trabalho e as finanças. “Nesse sentido, a geografia complexa da acumulação *primitiva* [e a reprodução ampliada] revela a profunda hierarquização dos espaços, objetivando a espacialidade diferencial necessária para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção” (MORAES, 2000, p. 51).

Contemporaneamente os sentidos do capital pós-Bretton Woods relacionam-se as possibilidades que os câmbios flexíveis colocam diante da dessubstancialização do valor de troca, quando as finanças passaram a representar o valor das coisas, e a apropriação do espaço convertido em território pela necessária sociabilidade capitalista (trabalho abstrato) transformou em valor monetário o território que passou a compor a riqueza abstrata, quando a renda da terra ganha dimensão negociável nas bolsas de valores via títulos de propriedade, commodities, ecoturismo, condomínios de luxo, periferias hi-tech, favelas globalizadas, condicionando o humano na reificação em escala ampliada.

Em sua tese de doutorado, Antonio Carlos R. Moraes⁴⁴ estuda as bases da formação territorial do Brasil e aponta essencialmente a importância da simbiose apropriação-valorização do espaço, na conformação de territórios, destacando que a expansão européia preparou as bases da circulação planetária, perenizando os fluxos que acabam por afirmar um mercado mundial, comandado pelas determinações emanadas do centro do sistema. A circulação posta em marcha não diz respeito apenas às mercadorias, sobretudo se difundem novas relações e uma sociabilidade mercantil e monetária que acabam por destruir ou subsumir os sistemas locais tradicionais na periferia e no centro. A forma de relação e apropriação do espaço, a produção dos territórios entraram em sintonia com as

⁴⁴ MORAES, A. C. R. de. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

determinações da contradição capital x trabalho, todos os territórios enquadraram-se na órbita do valor.

A criação de novas necessidades acompanha a tendência à valorização incessante do valor, conforme já apontara Marx. Nessa perspectiva é vital para o sistema do capital garantir que o dinheiro (enquanto transfiguração da riqueza abstrata e relação social fetichista representativa do capital) circule na forma de equivalente geral e na forma de relação posta na exploração do trabalho humano e por conseqüência viabilizando a produção e apropriação de sobretrabalho – aqui dinheiro e capital se aproximam.

Harvey (2006) refletindo acerca das condições objetivas que pressupõem a produção capitalista aponta que sob o capitalismo a fonte permanente de preocupação envolve a criação das infra-estruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital. Uma vez garantidas as condições plenas da circulação garante-se a realização do sobretrabalho, que na esfera produtiva é apenas potência. Entretanto a consolidação das esferas do processo de produção global do capital vê consolidar-se excessos de capital e trabalho não mais absorvíveis, cambiáveis, expressão da contradição trabalho vivo x produtividade do trabalho.

Supondo com Marx (2008, p. 281), num quantitativo de cem trabalhadores que percebem em libras esterlinas e produzam o valor global de duzentas libras esterlinas e mais-valia de cem libras, nesse caso a taxa da mais-valia $m/v = 100\%$. No entanto essa taxa de mais valia se expressa em taxas de lucro diversas, segundo o tamanho diverso do capital constante c , e por conseguinte, do capital Global C , pois é a taxa de lucro $= m/C$. Na base de uma taxa de mais-valia de 100% temos: 1) Para $c = 50$ e $v = 100$, $l' = 100/150 = 66 \frac{2}{3}\%$; 2) Para $c = 100$ e $v = 100$, $l' = 100/200 = 50\%$; 3) Para $c = 200$ e $v = 100$, $l' = 100/300 = 33 \frac{1}{3}\%$; 4) Para $c = 300$ e $v = 100$, $l' = 100/400 = 25\%$; 5) Para $c = 400$ e $v = 100$, $l' = 100/500 = 20\%$. Com o aumento do capital constante, decorrente dos imperativos de competitividade e do superlucro (MANDEL, 1985), paradoxalmente cai a taxa de lucro dos capitalistas, e mesmo que tal processo não ocorra em todos os setores, tendencialmente tal movimento da economia capitalista tende a generalizar o processo de queda na taxa geral do lucro.

A tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro é, portanto, apenas *expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do progresso da produtividade social do trabalho. A taxa de lucro pode, sem dúvida, cair em virtude de outras causas de natureza temporária, mas ficou demonstrado que é da essência do modo capitalista de produção, constituindo

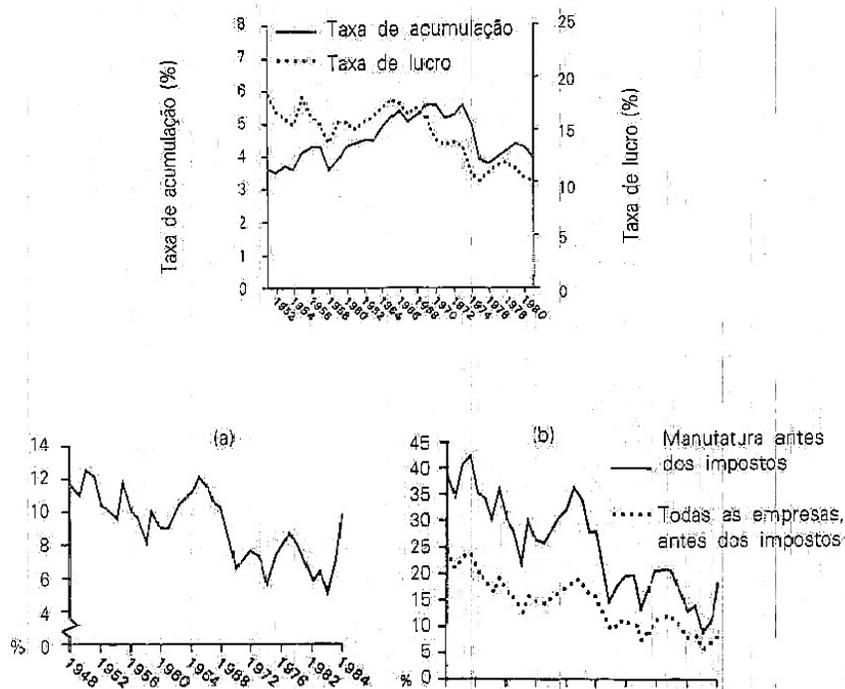
necessidade evidente, que, ao desenvolver-se ele, a taxa média geral da mais-valia tenha de exprimir-se me taxa geral cadente de lucro. A massa de trabalho vivo empregado decresce sempre em relação à massa de trabalho materializado que põe em movimento, à massa dos meios de produção produtivamente consumidos, inferindo-se daí que a parte não paga do trabalho vivo, a qual se concretiza em mais-valia, deve continuamente decrescer em relação ao montante de valor do capital global aplicado. Mas essa relação entre a massa de mais-valia e o valor de todo o capital aplicado constitui a taxa de lucro, que, por conseqüência, tem de ir diminuindo (MARX, 2008, p. 283).

As respostas do capital a esta tendência (aos excessos de produção e de produtividade do trabalho) são de magnitude considerável: das guerras mundiais e de escalas variadas à destruição física de ativos e pessoas, à centralização e concentração do capital, à monetarização absoluta. A geografia da barbárie se instala no seio da contradição permanente da crise estrutural do capital. Em determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas estas se tornam destrutivas, a crise se revela normalidade no sistema que produz excesso como subproduto do lucro, que passa a se constituir entrave, daí a tendência ao refugio que a economia política burguesa opera canalizado no departamento III⁴⁵.

As pesquisas e levantamentos realizados por HARVEY (2001), demonstram como as reflexões marxiana a respeito da taxa de lucro se expressaram no centro do sistema.

⁴⁵ Refiro-me aos ramos da produção capitalista que não entram no processo imediato de reprodução, não renovam nem o capital constante nem o capital variável, como exemplos podem ser citados a produção de artigos de luxo consumidos apenas pelos capitalistas, e o setor bélico de produção de armamentos.

Figura 9: Taxas de acumulação e lucro nos países capitalistas avançados (1950 – 1982).



Taxas de acumulação e de lucro nos países capitalistas avançados, 1950-1982 (a partir de Armstrong, Glyn e Harrison) e taxas de lucro como (a) percentagem do custo de substituição do estoque de capital e (b) percentagem da renda nacional nos EUA, 1948-1984. (Fonte: Pollin, 1986)

Fonte: HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 10ª Ed. São Paulo: Loyola, 2001, p. 137. Adaptação: DUTRA JR, W. Novembro de 2009.

A partir da segunda metade do século XX a produtividade do trabalho expandida e mesmo as crises no contexto do binômio superprodução-subconsumo acentuaram a lei geral da acumulação capitalista corroendo a cada passo da geografia histórica do capital os mecanismos de valorização incessante, o fim em si mesmo⁴⁶ da roda capitalista continua sua marcha de esgotamento histórico, e ciclicidade nos termos da sociedade produtora de mercadorias como coloca o grupo Krisis:

⁴⁶ Termo utilizado pelo Grupo Krisis em seu Manifesto contra o Trabalho, refletindo acerca da sociabilidade do trabalho, e como a teoria social reflete sobre tal categoria sociologicamente e ontologicamente, posicionando-se criticamente em relação à centralidade do trabalho, mas considerando vitais as reflexões de Marx sobre o valor e as mercadorias. A ruptura com o sistema do capital, conforme o Grupo, precisa se redefinir para além do trabalho nos marcos do sistema do capital, nesse sentido acredita-se que as leituras desenvolvidas pelo filósofo húngaro Mészáros sobre os termos, a lógica e a ruptura com o tripé Estado-Capital-Trabalho são pertinentes diante da construção apresentada pelo Grupo Krisis.

Na esfera do trabalho não conta o *que se faz*, mas *que se faça algo*, pois o trabalho é justamente um fim em si mesmo, na medida em que é suporte da valorização do capital-dinheiro – o aumento infinito do dinheiro por si só. Trabalho é a forma de atividade desse fim em si mesmo absurdo. Só por isso, e não por razões objetivas, todos os produtos são produzidos como mercadorias. Pois somente nessa forma eles representam o *abstractum* dinheiro, cujo conteúdo é o *abstractum* trabalho (KRISIS, 2003, p. 34 – 35).

Nos termos dos fundamentos e dos mecanismos da roda-viva social autonomizada, na qual a humanidade moderna está presa (KRISIS, 2003), à primeira vista, a riqueza da sociedade burguesa estará representada pelo imenso acúmulo de *abstractum* dinheiro (o fim em si), parafraseando Marx (2007).

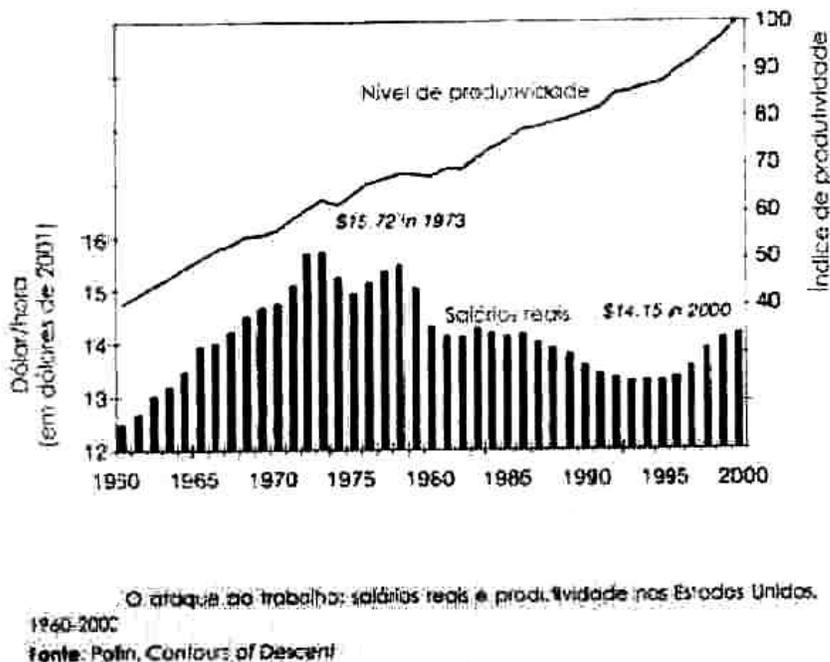
As tendências desse acúmulo podem ser pensadas nos termos do que aponta a mundialização do capital. As últimas décadas do século XX indicam que o capitalismo empreende uma concentração de sua realização e reprodução no bojo acumulação monetária desimpedida; os mercadores que emergiram desse contexto negociam riquezas inexistentes⁴⁷ nas bolsas de valores.

Operando através dos fundos mútuos e dos fundos de pensão a riqueza representada pelo *abstractum* dinheiro, pelo capital fictício, opera territorializações abstratas, o capital se apropria privadamente do espaço conformando territórios que podem a qualquer tempo serem inseridos no âmbito da valorização da/na esfera monetária e da produção da riqueza abstrata.

Acumular o *abstractum* trabalho que possa ser convertido em capital representado na forma-dinheiro (*abstractum*), eis o sentido geral do sistema do capital, os homens “[...] empobrecem no meio da riqueza” (KRISIS, 2003, p. 40).

⁴⁷ Dias antes da fusão entre os grupos Pão de Açúcar e Casas Bahia houve um aumento expressivo de ações de uma das empresas ligadas ao grupo do empresário Abílio Diniz (Pão de Açúcar) que foi pivô oficial dos trâmites jurídicos do acordo de fusão (fonte: <http://www.terra.com.br/>).

Figura 10: Ataque ao trabalho: salários reais e produtividade nos EUA (1960 – 2000).



Fonte: HARVEY, D. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008, p. 34.

Epidemia de superprodução e civilização em excesso conduz a sociedade burguesa ao estágio momentâneo de regressão à barbárie (MARX & ENGELS In: BOGO, 2005, p. 91), para posteriormente retomar o reino da riqueza abstrata.

O historiador inglês Eric Hobsbawn (*apud* Menegat, 2006, p. 112) expôs um dado significativo: dos mortos da I Guerra Mundial, apenas 5% eram civis, já na II Guerra Mundial 66% o eram. Descivilizar na regulação do capital significa reoxigenar a rarefeita atmosfera do trabalho vivo, pois excesso de civilização significa que,

As forças produtivas de que dispõe não servem mais para promover as relações burguesas de propriedade; ao contrário, elas se tornaram poderosas demais para tais relações, sendo obstruídas por elas; e tão logo superam esses obstáculos, elas desorganizam a sociedade e colocam em risco a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas se tornam estreitas demais para conter toda a riqueza por elas produzida. Como consegue a burguesia superar as crises? Por um lado pela destruição forçada de grande quantidade de forças produtivas; por outro através da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa de mercados antigos. Através de quê, portanto? Da preparação de crises mais gerais e violentas e da limitação dos meios que contribuem para evitá-las (MARX & ENGELS, *apud* BOGO, 2005, p. 91 – 92).

Todo esse percurso de evolução das forças produtivas e revolucionar incessante dos instrumentos e relações de produção acentuaram as contradições do capital, refinando uma de suas bases mais efetivas: produção social e apropriação cada vez mais individualizada (nessa fase de mundialização). No futuro próximo a sociabilidade do capital se aprisiona, no fulcro do desvencilhar-se dos inconvenientes da produção material.

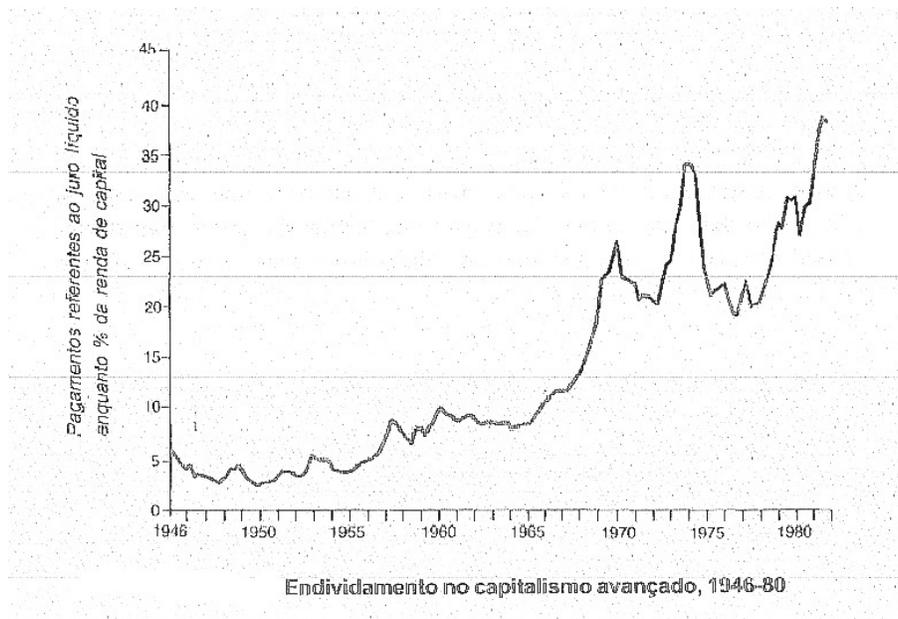
As bases da produção burguesa se reorganizam levando em conta o excesso (de capital e força de trabalho – trabalho morto) que, diga-se de passagem, torna-se cada vez mais difícil de ser eliminado por completo. O capital entesourado passa a recompor as prerrogativas de territorialização dos valores de troca.

Os territórios do trabalho abstrato, da dessubstância do valor e da riqueza abstrata são agora expressos nos termos do papel da inflação permanente⁴⁸ na economia capitalista, do capital fictício e do endividamento estratégias que visam amenizar os problemas de realização da mais-valia (da queda na taxa de lucro), de perda de valor e garantir níveis de institucionalidade que possam assegurar ao capital o domínio futuro da força de trabalho, impossível de se tornar completamente eliminável no jogo da produção e da sustentação da riqueza abstrata.

A evolução e a natureza do endividamento contemporâneo nas economias capitalistas objetivam garantir uma demanda efetiva para realizar o valor das mercadorias, estando associado também aos aportes necessário à produção e consumo de dinheiro abstractum (capital fictício). A própria mundialização da dívida demonstra o caráter do desenvolvimento geográfico desigual das necessárias demandas pressupostas pela reprodução ampliada do capital.

⁴⁸ [...] os grupos mais importantes do capital monopolista e dos governos imperialistas optaram, um após outro, pela inflação permanente institucionalizada, como um dispositivo para superar ou impedir crises econômicas cataclísmicas nas dimensões a que foi experimentada em 1929/1932. A “revolução” da economia política burguesa inaugurada por Keynes foi uma expressão ideológica consciente dessa mudança de prioridades. [...] Tecnicamente falando, a inflação permanente começou a aparecer com a expansão do dinheiro bancário a partir do final do século XIX. O papel-moeda conversível (signo do ouro) era emitido como um meio de garantir o crédito de circulação no século passado. [...] Mas a “revolução keynesiana” não transformou apenas a forma, mas também o conteúdo da criação de dinheiro. O dinheiro bancário, ou depósitos mais saque a descoberto, em contas correntes bancárias, passou a ser a principal fonte de inflação. [...] A inflação permanente é hoje a inflação permanente da moeda escritural, ou da forma de criação de dinheiro própria do capitalismo tardio para facilitar a reprodução ampliada a longo prazo (meios adicionais para a realização da mais-valia e para a acumulação de capital) (MANDEL, 1985, p. 292 – 293).

Figura 11: Endividamento no capitalismo avançado (1946 – 1980).



Fonte: HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006, p. 140.

FIORI (1997)⁴⁹ captou a essência conjunta na marcha da realização da mais-valia e do abstractum dinheiro na seguinte assertiva: aos condenados da Terra, o equilíbrio fiscal. Os pacotes de ajustes capitaneados pelas IFIs⁵⁰ lançam-se para os mais de setecentos e cinquenta milhões de 'excluídos' no mundo, e os discursos que emanam do G7 e do fórum econômico de Davos reafirmam como solução a incansável busca por mundializar esse equilíbrio fiscal.

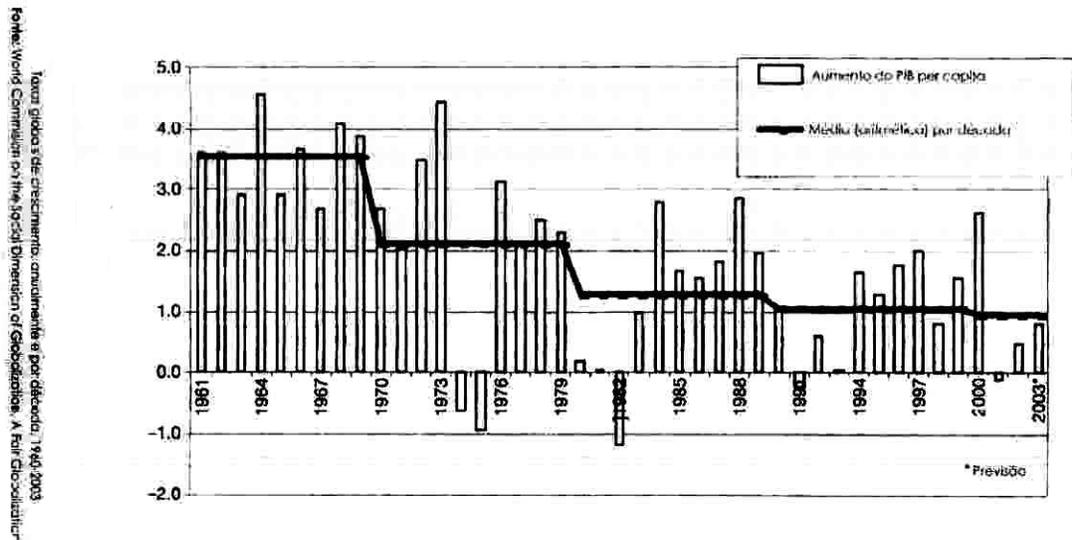
Com o esvaziamento histórico do acordo de Bretton Woods o desenvolvimento capitalista não atinge mais as mesmas cifras do pós-guerra, e as reformas impostas traduzem-se numa ofensiva do capital contra o mundo do trabalho (classe-que-vive-do-trabalho).

O resultado desse movimento nos é apresentado como uma intensificação da dialética da dependência, talvez não mais restrita às fronteiras da América Latina e dos países do Sul, mas como uma tentativa desesperada do capital em encontrar trabalho vivo a essa altura do desenvolvimento de suas forças produtivas, o que acentua ao lado da centralidade do trabalho a centralidade do capital fictício (e da riqueza de fundamentação abstrata).

⁴⁹ FIORI, J. L. Os moedeiros falsos. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1997, pg 79 – 88.

⁵⁰ Instituições Financeiras Internacionais: fundamentalmente FMI e Banco Mundial.

Figura 12: Taxas globais de crescimento anualmente e por década, 1960 – 2003. (Legenda: as colunas representam o aumento do PIB per capita e a linha representa a média aritmética por década).



Fonte: HARVEY, D. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008, p. 167.

O gráfico demonstra como a riqueza capitalista (representada pelo PIB mundial) coaduna com a lei geral apontada por Marx. Observa-se como comportamento geral do PIB na escala mundo um declínio nos quarenta anos apontados acima (de 1961 a 2003), período em que se enquadra a era de ouro do sistema do capital no contexto do pós-guerra.

É possível visualizar a forma contemporânea da contradição capital x trabalho, no âmbito da lei geral e da mundialidade da dialética da dependência se nos atermos à relação entre o aumento de produtividade e a corrosão dos salários nos EUA (conforme figura 10), que configura uma das formas possíveis de contratendência a queda no lucro e aos empecilhos na realização da mais-valia.

O trabalho atípico e precário (VASAPOLLO, 2006) vem demonstrando a face destrutiva do sistema do capital, o próprio destaque aos novos termos da dependência de certa forma demonstra os limites do próprio desenvolvimento geográfico desigual, utilizado em larga medida para sanar os problemas estruturais na geografia política e na economia política do capital.

Porém a especificidade desse desenvolvimento continua a apresentar 40 milhões de desempregados nos países desenvolvidos, desses 20 milhões estão em solo europeu, e 5 milhões na Alemanha. Na Índia há não menos que 336 milhões de desempregados e tantos milhões sob condições de precariedade. A economia mexicana, desde a operação de salvamento do FMI experimentou 25 mil pequenos negócios que foram à falência, dois milhões de trabalhadores que perderam seus empregos no mesmo período, e a queda em 40% dos salários (medido em dólar). O FMI elogiou a Hungria por estabilizar o desemprego na cifra dos 500 mil, mas em termos de equivalência para a pequena população húngara, isso representaria 6,5 milhões de desempregados na Inglaterra e outros 8 milhões na Alemanha. Mesmo a China com a sua economia politicamente controlada um relatório confidencial do Ministério do Trabalho naquele país, chamou a atenção do governo para possíveis e iminentes explosões sociais tendo em vista que o desemprego no país atingirá o assustador número de 268 milhões. Nos EUA a taxa de pobreza em 1998 apresentava sete anos de crescimento ininterrupto, aproximadamente 50 milhões de norte-americanos (19% da população) vivem abaixo da linha da pobreza (MÉSZÁROS, 2007, p. 28 – 31).

Diante de todas as mudanças estruturais no sistema do capital, com a acentuação de muitas das tendências expostas desde o século XIX por Marx e Engels, alguns teóricos desenvolveram reflexões sobre o fim do trabalho ou da centralidade do mesmo.

Até o presente por mais que se possa observar o desenvolvimento das finanças a acumulação do capital não prescinde por completo da mercadoria capaz de valorizar o valor, conforme interessantes indagações de ANTUNES (2003):

O que se passa, então, com o mundo real do trabalho? Da General Motors à Microsoft, da Benetton à Ford, da Toyota ao McDonald's, será que o mundo produtivo e de serviços não mais carece de trabalho vivo? Este teria se tornado mera virtualidade? É ficção que a Nike se utiliza de quase 100 mil trabalhadores e trabalhadoras, esparramados em tantas partes do mundo, recebendo salários degradantes? (p. 159).

O trabalho social se torna cada vez mais complexo e heterogêneo, conhecendo uma intensificação nunca dantes vista para que tal fato tenha rebatimento sobre o tempo de giro, o que não elimina a interação entre trabalho vivo e trabalho morto, todavia repõe as dimensões da produtividade do trabalho

contemporaneamente intensificando as formas de exploração e extração de trabalho excedente, a superexploração apontada por Marini, rompe as fronteiras da relação centro x periferia.

3.3. A mobilidade do capital e do trabalho nos territórios do capital: uma outra dialética da dependência.

A tendência atual da produção capitalista mundializada ampliou para todas as esferas da sociabilidade capitalista o (abstractum) dinheiro como fundamento central do fim em si da sociedade produtora de mercadorias.

Esse processo por sua vez foi uma resposta que as classes burguesas desenvolveram, tornando as próprias mercadorias cada vez mais ocas de valor no sentido da perda de trabalho vivo ao longo da estruturação da riqueza capitalista. O excesso de mercadorias não significa em razão direta criação de valor, restando por supérfluo os fundamentos com os quais operam os capitalistas, que passam então a desviar para outra esfera a garantia de lucro.

A esfera do capital que gera *capital*⁵¹ (isso é possível nos termos da produção capitalista? Considerando que capital é trabalho aprisionado segundo uma lógica de reprodução da vida material que envolve sobretrabalho associado à alienação em primeira instância), o capital portador de juros e o capital fictício (D – D') se efetiva muito mais como possíveis formas de contratender ao que se apresentou serem as linhas gerais da produção do capital: um sistema extremamente contraproducente, hoje assentado numa espécie de metafísica do valor de troca preso no dinheiro.

O capital, no entanto não é apenas resultado da produção capitalista é a construção de sua universalização. Universalizar a produção de mercadorias requer que os meios de troca, distribuição, circulação e consumo também sejam universalizados, o que requer arquitetar-se uma lógica de arranjos espaço-temporais que mantenham a reprodução ampliada e a acumulação de capital.

Os termos da dialética da dependência analisados por seu maior expoente Ruy Mauro Marini conservam atualidade e se redesenham sobre o domínio do abstractum dinheiro e da forma atual da composição orgânica do capital. O centro do

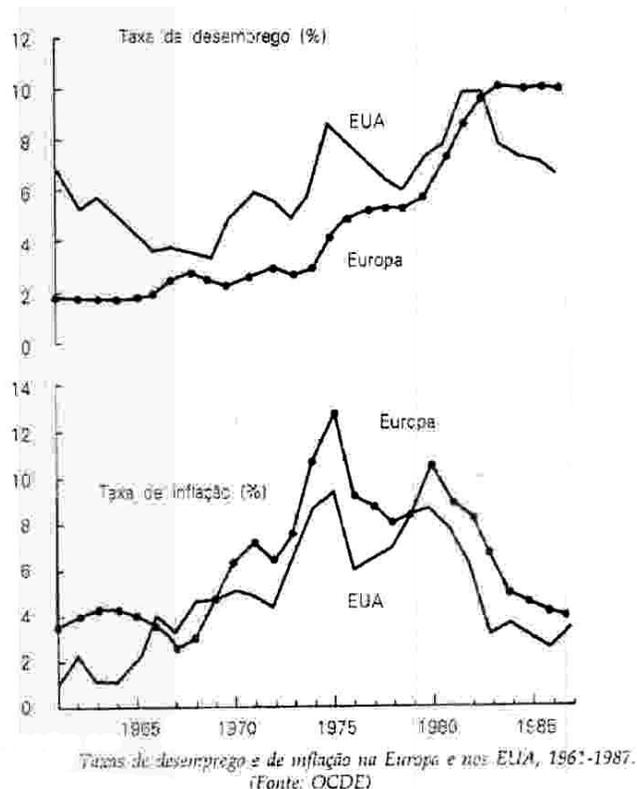
⁵¹ No sentido de que parte da mais-valia é repostada na reprodução ampliada, consumo produtivo, dinheiro reconvertido em capital.

sistema agora experimenta a sua peculiar dialética da dependência, de que forma? A produção dos desenvolvimentos geográficos desiguais na sua face latino americana, exposta pelas análises de MARINI⁵² (2005), entre outros fenômenos atestou a utilização em larga medida da superexploração do trabalho na geografia histórica do capital na América Latina, identificando três mecanismos desse processo: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Dado a conjuntura da acumulação flexível que se instala com a reestruturação produtiva do capital essa tendência ganha o centro do sistema capitalista deixando de ser destaque na América Latina e expondo a natureza do desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2001).

O próprio Harvey (2001, p. 140) aponta que, a acumulação flexível se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, caracterizando-se pelo surgimento de novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Destaca ainda que a acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando um expressivo movimento no emprego no chamado setor de serviços (que impele os trabalhadores a esticar suas jornadas de trabalho para garantir sua reprodução, enquanto força de trabalho – os salários são corroídos concomitantemente ao aumento da produtividade – figura 10). Em termos históricos a expressão desse movimento ganha contornos cada vez mais nítidos enquanto ofensiva do capital contra o trabalho.

⁵² STÉDILE, João Pedro. & TRASPADINI, Roberta. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Figura 13: Taxas de desemprego e inflação na Europa e nos EUA, 1961 – 1987.



Fonte: HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 141.

A geografia da reestruturação produtiva do sistema do capital corresponde a novas configurações territoriais da P – D – C – C, dentro da crise, na produção e realização do valor, nessa senda a ofensiva do capital contra o trabalho busca garantir meios em que se possa constituir a produção da mais-valia. A força que adquire a flexibilidade e a mobilidade contemporânea do capital reconstruiu um novo significado para o exército de trabalhadores reserva. Conforme observou Marx nos Manuscritos de 1844: o trabalhador ao produzir mercadorias produz-se a si mesmo como mercadoria e na razão em que produz mercadorias no geral, com a taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias o humano (força de trabalho – e ontologicamente) se esvazia nos labirintos do capital, assim como o território experimenta o controle das finanças (do abstractum dinheiro) no jogo da produção capitalista (e da territorialização do capital – territorialização [da riqueza] abstrata?).

[...] o capital financeiro [...] domina o mundo econômico de hoje; definindo-se assim enquanto capital financeirizado, que se reproduz misticamente através de uma bolha financeira, pois o capital produtivo se reduz drasticamente. Portanto, o domínio do capital financeiro não é somente uma

nova face da riqueza, ele representa a crise da riqueza real, ele [...] diz representar o capital produtivo, mas não chega à produção [...], não produz riqueza real (valor). [...] O capital tenta adiar o aprofundamento da crise, transferindo a produção, o comércio e a força de trabalho disponível para outros países, investindo nesses lugares [...], impondo a lógica das finanças internacionais. Portanto, a crise é transportada para todo lugar (DAMIANI⁵³, 2006, p. 39 – 40 *apud* VOLOCHKO, 2008, p. 25).

No lastro da perda de valor e do adiamento da crise estrutural é possível perceber a condição latente da lógica territorial contemporânea, que se estrutura para proporcionar ao capital formas diversas de apropriação do trabalho, mesmo no limiar da financeirização a economia, que para manter suas formas fetichistas impõe à classe trabalhadora o preço da riqueza abstrata e o abstractum dinheiro, se desloca de sua função de equivalente geral para autovalorizar-se.

Todo o conteúdo da acumulação capitalista revela suas bases de reprodução assentadas no sobretrabalho, apesar do avanço de formas pretensamente alternativas aos desígnios do trabalho humano a produção capitalista, ainda não logrou êxito completo nesse aspecto. Desenvolveram-se formas extremadas de apreender o valor para além do chão da fábrica, eis as finanças e seu papel. Como ressalta Damiani (op. cit.): “[...] o que ocorre é que este Dinheiro Financeiro é pago com o endividamento do Estado, sem, portanto, ter realizado valor através do trabalho. Quando o capital financeiro retira-se do território nacional, o Estado e a sociedade [leia-se classe-que-vive-do-trabalho] ficam com a dívida e com a crise social” (2006, p. 40 *apud* VOLOCHKO, 2008, p. 25).

As próprias tendências concentracionistas que compõem a regulação capitalista a fim de reproduzi-la ampliadamente supervalorizam o abstractum dinheiro, que na esfera do território garante riqueza e renda, no movimento de captura de ativos que os desníveis de desenvolvimento permitem, todavia a dimensão ampliada do valor do dinheiro (dólar) na economia capitalista está calcada no poder imperialista político-militar dos EUA na escala mundo. Do dólar-ouro passou-se ao dólar-armamento como ressalta KURZ (2008, p. 3), tendo em conta que a crise monetária dos anos de 1970 terminou sem grandes prejuízos visto que o dólar perde sua convertibilidade em ouro, mas mantém intacta sua função de dinheiro mundial, com tal processo assentado sobre um fundamento inusitado, a garantia não apenas jurídico-formal mas militar por parte da potência imperialista,

⁵³ O Futuro do Trabalho: elementos para a discussão das taxas de mais-valia e lucro. In: VOLOCHKO, D. A produção do espaço urbano e as estratégias reprodutivas do capital. São Paulo: Labor Edições, 2008.

que mantém o mundo atrelado ao dólar pela força não apenas de sua posição econômica e de mercado consumidor, mas da sua incomensurável máquina de guerra (eis o lastro do valor no capitalismo contemporâneo?).

Qual a conexão entre os territórios da riqueza abstrata e a máquina de destruição do capital? A crescente autonomia da territorialização do movimento D – D' viabiliza ao capital financeiro deslocar a especulação com a taxa de juro para os diversos territórios, onde ela possa ser elevada ao extremo. Evidentemente que, para a garantia desse movimento muitas vezes intervenções militares diretas foram necessárias⁵⁴, e também a força policial para reprimir as classes trabalhadoras e funcionalizar o excesso de massa sobranante que requer certos níveis constantes de eliminação física, e da própria eliminação do capital (impossível de ser reconvertido à composição do valor nas esferas da circulação e do consumo), tais processos envolvem contradições e conflitos de classes de natureza diversa, daí as garantias da máquina de guerra relativas ao capital (fictício e suas demandas).

O capital fictício, no entanto, é uma demanda sobre trabalho futuro. Para a realização do seu valor, o trabalho futuro deve ser organizado de tal modo a assegurar uma taxa de retorno sobre o investimento inicial. De fato, o que acontece e que os problemas presentes são absorvidos mediante a contratação de obrigações futuras. Até o ponto em que o problema seja absorvido e não eliminado, o equilíbrio dinâmico representa deslocamento temporal contínuo por meio da formação acelerada de capital fictício. O volume de dívidas cresce e o trabalho futuro fica cada vez mais preso dentro de uma moldura de obrigações contratuais. Em algum momento as dívidas têm de ser pagas. O momento exato depende do tempo de rotação do capital distribuído em infra-estruturas físicas e sociais específicas. No entanto, a formação acelerada de capital fictício – a verdadeira essência da espiral de desenvolvimento – significa que mais e mais trabalho vivo da produção corrente precisa ser entregues para saldar obrigações passadas (HARVEY, 2006, p. 139).

No ambiente decrescente da utilização/parcela do trabalho vivo na composição do valor das mercadorias como tal movimento não suscitar uma máquina de coerção? Um ambiente extremamente desigual do ponto de vista das contradições capital x capital e capital x trabalho em sua configuração espacial. Ressalta FIORI (2000, p. 24) que o historiador inglês Eric Hobsbawn estima que em 1800 a diferença de riqueza entre os países mais e menos pobres era de 1 para 1,8 e em 1913, na véspera da I Guerra Mundial, era de 1 para 4, mais recentemente, a

⁵⁴ A recente inclinação conservadora e de extrema direita na política externa norte americana no contexto do governo George W. Bush com a guerra do Iraque confirmaram a essência do valor do dinheiro (dólar-armamento) e sua continuidade com o atual presidente Barak Obama expõe as inclinações e conjunturas da economia e sociedade capitalista contemporânea.

economista norte-americana Nancy Birdsall estimou, que a relação entre a renda média do país mais rico e o mais pobre do mundo, que era de 9 para 1, no começo do século XX, chegando em torno de 60 para 1 no final do mesmo século; tamanha discrepância não se mantém sem o recurso à força.

No que concerne às contradições, capital x trabalho Pierre SALAMA (2002, p. 29 - 30) apresentou os dados do Pnud que destacam: no final dos anos oitenta 20% da população mundial detém 82,7% do conjunto da renda, os 20% seguintes: 11,7%, e os 60% restantes apenas 5,6% da renda produzida em escala planetária. Esse último grupo encontra-se quase totalmente nos países periféricos. Essas desigualdades vão se acentuando anualmente. Entre 1960 e 1991 a parte dos 20% mais ricos passou de 70% para 85% e a dos 20% mais pobre baixou de 2,3% para 1,4%. Esse tipo de comportamento na distribuição da riqueza capitalista é que garante os níveis de mais-valia para a classe dos capitalistas, através da crescente pauperização das classes trabalhadoras.

Tais padrões migram no mesmo sentido da mobilidade do trabalho, que desloca trabalhadores para os países do centro do sistema buscando funcionalizar o exército de trabalhadores, reserva doméstica diante do novo corpus da produção de mercadorias. Assegura-se com isso a diminuição do grau de organização dos trabalhadores e a permissão sem maiores inconvenientes da constituição de territórios da riqueza abstrata: 'nos EUA da década de setenta à década de noventa o segmento formado por 1% das famílias mais ricas logrou capturar 70% do total do aumento da riqueza familiar e viu aumentada sua renda em 100% no período' (QUINJANO, 2000 *apud* PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 36).

Ainda de acordo com PORTO-GONÇALVES (2006, p. 37) no último ano do século XX, cerca de 800 milhões de pessoas não tinham emprego assalariado, e entre o conjunto de trabalhadores precários e desempregados a cifra impressiona: é de aproximadamente metade da população do planeta, considerando-se que 3 bilhões de pessoas vivem com menos de dois dólares diários. As diversas formas de acumulação capitalista experimenta uma reformulação na distribuição de capital, de emprego, de produção, de renda, de bens e serviços em favor da absoluta hegemonia do capital financeiro. As transações cambiais do mundo saltam de 20 bilhões de dólares em 1970 para cerca de 1,3 trilhão de dólares no ano de 1999. Na periferia capitalista em 1983 os ganhos em bolsas de valores chegaram a cem bilhões de dólares, dez anos depois o montante já atingia um trilhão e quinhentos

bilhões de dólares. Na potência imperialista mundial em 1980 os fundos de pensão, os fundos comuns, as companhias de seguros e os seguros de vida tinham em mãos ativos financeiros no valor de 1,6 trilhão de dólares, que conformava cerca de 60% do PIB norte-americano; em 1990, tais ativos já somavam algo em torno de 5,2 trilhões de dólares, 95% do PIB e, em 1993, eram mais de 8 trilhões de dólares, ou seja, 125% do PIB do país.

A consolidação do regime neoliberal na década de 1990 mostra nitidamente a propensão do sistema do capital, na conjuntura da acumulação flexível, em centrar sua acumulação de riqueza e capital (preponderantemente na forma-dinheiro) na esfera das finanças.

A financeirização generalizada e sua ideologia correspondente, o mercado como panacéia, turva-nos a visão de que há uma produção material que continua para além (e aquém) da alienação financeira. [...] As taxas menores de crescimento do capital produtivo na indústria, na agricultura e nos serviços, não nos enganemos, não significam que a produção material decresceu no período de globalização neoliberal. O informe do Banco Mundial de 2000 nos diz que em 1999 os países do Grupo dos 7, com apenas 12% da população mundial e 16% da superfície do planeta, produziam 65% da produção mundial, ou seja 3% a mais que em 1980 - 62% (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 39).

Enquadrar forçosamente as periferias do sistema capitalista nos ditames da mundialização financeira requer imensos custos para as classes trabalhadoras, fortemente degradadas em todo o processo produtivo e mais ainda na fase em que se encontra o modo de produção dominante, fase em que decresce o valor de uso das mercadorias a níveis impensáveis e amplia-se o valor de troca capitaneado pela face totalitária das mercadorias ocas em sua representação mais coerente: o abstractum dinheiro, e, por conseguinte a riqueza abstrata.

Nos padrões da geografia do capital os territórios passaram a servir aos preceitos da produção financializada de mercadorias, o que possibilita a objetivação do espaço apropriado no bojo da regulação capitalista, enquanto território do trabalho/riqueza abstrata. Do crescimento produzido sinonimicamente como desenvolvimento, o geógrafo da fome no Brasil - Josué de CASTRO assevera: todos os países do mundo são mais ou menos subdesenvolvidos⁵⁵ (2003).

⁵⁵ In: CASTRO, A. M. (org.). Fome: um tema proibido – escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. A idéia exposta foi elaborada por Josué de Castro em 1972 como discurso pronunciado no Colóquio Sobre o Meio Ambiente em Estocolmo na Suécia; sendo publicado em 1973 na revista O correio da UNESCO.

Pode-se observar que o crescimento da produção, exposto acima, conforme Carlos Walter Porto-Gonçalves, não acompanha o ritmo do acelerado tempo de giro do capital na era das finanças, das mercadorias ocas e da ascendente circulação de dinheiro volátil no mundo, com isso revela-se a essência abstrata da produção de riqueza sob o sistema do capital, mantido à custas da superexploração do trabalho, da volatilidade e mesmo das simulações que o capital financeiro promove, impondo uma lógica territorial que captura o máximo possível de trabalho abstrato e de monopolização da posse dos territórios, engendrando a renda absoluta em marcos distintos até então, e a produção de formas de controle e apropriação promovem o estranhamento, o fetichismo e a alienação espacial, fechando o ciclo da dominância completa da regulação capitalista quando os territórios se convertem na forma perversa de domínio e mobilidade direcionada do capital e do trabalho.

Nuevas fuerzas productivas han sido producidas y distribuidas por toda la tierra. Vastas concentraciones de capital y trabajo se han reunido em zonas metropolitanas de increíble complejidad, mientras que los sistemas de transporte y comunicaciones, que se ramifican por todo el planeta, permiten que la información y las ideas, así como los bienes materiales e incluso la fuerza de trabajo se muevan por todos los lados con relativa facilidad. Las fábricas y los campos, las escuelas, los templos, centros comerciales y parques, caminos y vías de ferrocarril atestatan un paisaje que ha quedado esculpido en forma indeleble e irreversible de acuerdo con los dictados del capitalismo. Como ya dijimos, esta transformación física no ha avanzado uniformemente. Las vastas concentraciones de fuerza productiva de unos lugares contrastan con regiones relativamente vacías. Las fuertes concentraciones de actividad en un lugar contrastan con zonas en que el desarrollo está muy diseminado. Todo esto constituye lo que llamamos el 'desarrollo geográfico poco uniforme' del capitalismo (HARVEY, 1990, p. 376).

As bases territoriais da reprodução ampliada do capital (ou talvez muito mais da riqueza abstrata) objetivam funcionalidades de maximização a partir das próprias formas de produção e apropriação do território, e continuam engendrando assim a forma geográfica eminente da reprodução do sistema do capital: a propriedade privada.

As possíveis formas de ampliação, da espacialidade escalar, do capital via igualização-diferenciação geográfica, repõe a sociabilidade capitalista na objetivação do devir homem-natureza, com isso mantém além e aquém das crises a viabilidade da mais-valia dentro da contradição capital x trabalho, no entanto a sociabilidade capitalista transfigura o território amarrando-o na espiral da missão histórico-espacial do capital: (re)produzir a geografia da universalização do valor de troca.

Capítulo 4. A geografia da universalização do valor de troca no(s) território(s) do trabalho/riqueza abstrata.

“A reprodução da sociedade burguesa produz individualidades essencialmente burguesas. Contudo, reconhecer esse fato não significa afirmar que a essência mesquinha do homem burguês seja a essência imutável da humanidade. Entre a sociedade burguesa e a sociedade comunista não há nenhum outro obstáculo senão as próprias relações sociais.”
Sérgio Lessa

4.1. A universalização do valor de troca e a marcha da captura da terra e da água.

Esta era pode ser caracterizada como fortemente destrutiva⁵⁶: o predomínio da produção da riqueza abstrata, a mais-valia absoluta e relativa convivendo nos territórios da afirmação-negação do sistema do capital, a tendência da queda da taxa de lucro afirmando a destruição do planeta e a destrutividade do capital, os trabalhadores cada vez mais distantes dos meios de produção, um exército de trabalhadores reserva que compõem de forma precarizada o mundo possível da mais-valia latente (a composição orgânica do capital e sua tendência nesse século XXI atesta mais do que nunca a assertiva marxiana de que o unicamente necessário ao salário é a subsistência do trabalhador).

Com a realidade estruturada pelos imperativos do capital financeiro (mundialização) dá-se a possibilidade de ampliação da mais-valia à escala do globo, e a essa mesma escala o salário (trabalhador assalariado – proletarização) e a renda da terra se redimensionam, ou seja, as partes que cabem a cada classe social são redistribuídas em benefício dos capitalistas e dos proprietários fundiários, e a classe trabalhadora assiste à corrosão dos salários e ao avanço da composição orgânica do capital que inunda o planeta de mercadorias cada vez mais dessubstancializadas, representando o avanço constante do desemprego.

A viabilidade produtiva e os seus imperativos, as reafirmações da submissão do valor de uso ao valor de troca se colocam a partir das possibilidades da reprodução ampliada do sistema do capital; o espaço é captado como momento

⁵⁶ As reflexões desenvolvidas por Marx em O Capital, e por Mészáros (2002) corroboram com esta tese (de um capital destrutivo e de um capitalismo destrutivo).

privilegiado da produção capitalista de mercadorias, passa-se da produção de coisas *no* espaço à produção direta *do* espaço enquanto território do trabalho/riqueza abstrata (adaptado de Lefebvre, 2008).

Restaura-se o poder de classe, o espaço como momento privilegiado da reprodução do capital e da reprodução das relações de produção (Lefebvre 2008, p. 36 – 57) viabiliza a reprodução do trabalho abstrato garantindo a mais valia, no momento em que se apregoa o fim da centralidade do trabalho e das classes sociais. Cria-se a atmosfera ideal para a marcha capitalista da universalização do valor de troca. A realização plena da mais-valia não comporta contrapartida moral, as empresas capitalistas mundiais (e seus avalistas, denominados de trindade diabólica por Richard Peet⁵⁷ – FMI, OMC e Banco Mundial), em dimensão ampla, padronizam as ações, os tempos e os espaços do cotidiano regulam os gostos, regras, comportamentos, trabalho, paixões. Assim como na Idade Média o sino da igreja católica representava a regulação temporal associada ao controle cotidiano das pessoas, o “sino” das empresas o substitui hoje, formam-se e deformam-se corpos construídos e destruídos na velocidade requerida pela mais-valia da imagem⁵⁸, o mundo macdonaldiza-se⁵⁹.

Padronizar o fast-food como a lógica da alimentação mundial é subsumir o trabalho do proletário e do camponês ao mesmo tempo (mundializa-se a subsumção do trabalho ao capital). O agronegócio realiza-se como cota parte da universalização do capital, e garante os espaços de troca. Para fomentar essa mundialidade dos espaços de troca “paga-se o preço” de uma terra de trabalho submetida aos ditames do capital financeiro mundializado, reafirmando dessa forma não apenas o trabalho estranhado (MARX, 2004; RANIERI, 2001), mas o mundo como estranhamento, a territorialização do capital forma tendencialmente o território do trabalho/riqueza abstrata(o).

O sistema do capital por sua lógica histórico-estrutural representa a vitória da alienação (o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente do produtor* – Marx - 2004) no percurso histórico do fazer-se homem-natureza (o avançar e o complexificar das sociedades

⁵⁷ O título do livro organizado por Richard Peet alude a questão: PEET, R. (org.). *Unholy Trinity: the IMF, World Bank and the WTO*. Palgrave: USA, 2003.

⁵⁸ OLIVEIRA, F. O capital inosso In: Apresentação ao livro de Isleide Fontenelle: FONTENELLE, I. O nome da marca: Mc Donald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: Boitempoeditorial, 2002.

⁵⁹ Discussão realizada por Isleide Fontenelle em O nome da marca: Mc Donald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: Boitempoeditorial, 2002.

de classe na história humana). Ao desnaturizar, desterrar e desterritorializar⁶⁰ como apontara Ruy Moreira (2007), o capitalismo cria a esquizofrenia moderna (homens distantes da hominização da natureza e da naturalização do humano – um processo dialético como dissera Marx em inúmeras passagens; homens, portanto distantes do natural; realizando-se no outro, pelo não domínio dos seus meios de produção; e descartáveis enquanto possível exército de reserva, necessariamente móveis até certo ponto, elimináveis quando dos momentos de regressão à barbárie pela via da superprodução).

No processo de produção da vida material sob a regulação social do capital o lucro (a mais-valia) é o objetivo último e primeiro do movimento do capital, quer se trate da água, da terra, da vida, tudo é mercantilizado, tudo é submetido aos imperativos da produtividade. O valor de troca, logo os espaços de troca prevalecem sobre a terra e a água, tem-se as porções do planeta que se colocam como terra-mercadoria e como água-mercadoria. A reprodução dessa forma de sociedade engendra concentração de lucro e de renda: “o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário desaparece” (Marx, 2004, p. 79). O sistema do capital produz os:

- Senhores da Terra⁶¹: Rockefeller, Ford, Bill Gattes, Citibank, Bradesco, Fiat, Monsanto, Volkswagen, [Cutrale]⁶², etc.
- Senhores da Água: Vivendi, Saur-Bouygues, Danone (França), Nestlé (Suíça), Bechtel (EUA), United Utilities (RU), Coca-Cola (EUA), IBM, etc.

Alguns dados levantados por STEDILE (2009, p. 19)⁶³ confirmam a lógica monopolista e centralizadora que expressa a efetiva objetivação dos senhores da

⁶⁰ Discussão realizada por Ruy Moreira no texto O mal estar espacial no fim do século XX. In: Pensar e Ser em Geografia. São Paulo: Contexto, 2007. (p. 133 – 141). “A desnaturização é a quebra do elo do homem com a natureza. [...] A desterração é o movimento histórico que expropria e expulsa o campesinato de sua relação orgânica com a terra. [...] A desterritorialização, por fim, fecha o ciclo. A deterritorialização é a quebra definitiva da relação de corpo que o homem mantinha com o chão e o cosmos, levando a níveis ainda mais profundos a alienação corpórea trazida pela desnaturização e o desenraizamento trazido pela desterração, quebrando literalmente a relação identitária que mantinha o homem como habitante da superfície terrestre através de seu lugar de morada, tornando-o um migrante permanente”. (p. 135 – 137).

⁶¹ MELO, A. R. A água no século XXI: crise ou escassez? Anais CD... V Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004.

⁶² Para termos uma noção dos significados possíveis da expressão utilizada [Senhores da Terra] é interessante destacarmos uma passagem de PEET: “Dentro deste 1%, os super-ricos [referindo-se aos norte-americanos] – aquele milhar da população (145 mil pessoas) que ganha uma média de 3 milhões de dólares ao ano – dobrou sua cota no total da renda nacional entre 1980 e 2002 para 7,4%, enquanto a cota ganha pelos 90% da base caiu (JOHNSTON, 2005, p. 1 *apud* PEET, 2007). Ou, trocando em miúdos, o ativo das 200 pessoas mais ricas do mundo (120 das quais vivem nos Estados Unidos e na Europa) é maior que o de 41% das mais pobres do mundo (a saber, 2,6 bilhões de pessoas). (2007, p. 22).

Terra e da Água e atesta a geográfica universalização da propriedade sob controle do capital:

Cerca de 1% dos proprietários de terra no Brasil controla 46% das terras. [...] Apenas 15 mil fazendeiros, com áreas acima de 2.500 hectares, são donos de 98 milhões de hectares (4 Estados de São Paulo juntos). [...] A concentração de terras continua aumentando. E se desnacionalizando. Nos últimos anos as transnacionais compraram mais de 20 milhões de hectares de terra, água, minérios, etanol, usinas, madeira e biodiversidade. [...] O índice de gini, que mede a concentração de terras, no Brasil é de 0,856, é o segundo país de maior concentração de terras no mundo. [...] O Banco Opportunity, que opera recursos norte americanos, comprou em três anos 56 fazendas e mais de 600 mil hectares, no sul do Pará. [...] A Cutrale monopolizou a produção de sucos de laranja e levou à miséria milhares de pequenos e médios agricultores paulistas que tiveram que destruir 280 mil hectares de laranja em dez anos. Ela acumulou 60 mil hectares em 36 fazendas. Detém 80% da produção de suco do país, exporta 90% e controla 30% do comércio mundial de suco, em parceria com a Coca-Cola. [...] Os fazendeiros do agronegócio produzem 100 bilhões de reais por ano. Mas tomam emprestados todos os anos 90 bilhões de reais nos bancos. [...] Essa produção é fruto do trabalho de três milhões de assalariados permanentes e temporários. É revendida para apenas 20 empresas (a maioria transnacionais). [...] Essas 20 empresas faturam 115 bilhões de reais por ano. Ou seja, toda aquela riqueza vai parar nas mãos delas. [...] Graças à aliança dos grandes fazendeiros com as transnacionais, em 45 milhões de hectares, são aplicados 700 milhões de litros de veneno. Seis transnacionais produzem: Monsanto, Syngenta, Bayer, Basf, Shell, Bunge. Matam o solo, a biodiversidade, contaminam as águas e viram câncer no seu estômago (2009, p. 19).

A modernidade anômala e inconclusa⁶⁴ característica dos países subdesenvolvidos não se separa da racionalidade que instrumentaliza a égide do cálculo e da ética da multiplicação do capital, uma ambiência intensamente desenraizadora. O cálculo e a ação social calculada na relação de meios e fins perpassa a sociabilidade do mundo da mercadoria, na “[...] ética que fez do sujeito um objeto, e mesmo um objeto de si mesmo, o sujeito posto como estranho em relação a si próprio” (MARTINS, 2008, p.18), tendo no território do trabalho abstrato como espaço (propriedade privada) produzido consoante às mediações sociais, políticas e econômicas que garantem a produção do espaço regido pelo capital financeiro, o território que instrumentaliza o ethos da riqueza abstrata como pressuposto da sociabilidade contemporânea. O território do trabalho abstrato garante a universalização do valor de troca (da mais-valia), o espaço produzido

⁶³ Uma CPMI contra a reforma agrária. In: Revista Caros Amigos (Editora Casa Amarela), edição de dezembro de 2009. Alguns dados foram coletados por Stédile a partir do censo agropecuário realizado em 2006 pelo IBGE.

⁶⁴ Idéia trabalhada por José de Souza Martins em: As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil – In: A sociabilidade do homem simples. 2º Ed. São Paulo: contexto, 2008.

pelos sujeitos sociais aparece como o espaço produzido pela coisa, o espaço coisificado, reificado.

A forma de valorização e circulação de capital requer uma ininterrupta expansão geográfica, o espaço como momento ineliminável da reprodução ampliada do capital (modo de produção capitalista sobrevive eminentemente a partir da expansão geográfica⁶⁵, a produção para ser convertida em mais-valia precisa 'completar e acelerar' o circuito P – D – C – C). A análise de Marx⁶⁶ apresenta elementos que captam a essência do movimento de universalização das configurações espaciais do sistema do capital, que carrega o pressuposto da universalização do valor de troca:

La riqueza abstracta, valor, dinero, y en consecuencia el *trabajo abstracto* se desarrolla en la medida en que el trabajo concreto se desarrolla para convertirse en una totalidad de diferentes tipos de trabajo que abarca el mercado mundial. La producción capitalista se basa en el *valor* o en el desarrollo del trabajo contenido em el producto como [trabajo] social. Pero esto sólo [es posible] a base del comercio exterior y del mercado mundial. Esto es, por consiguiente, tanto premisa como resultado de la producción capitalista (1990, p. 378).

A produção de mercadorias requer que se constitua uma lógica territorial capaz de manter a reprodução ampliada e a acumulação de capital permitindo que circule e se relacione como propriedade privada e como capital a força de trabalho e a estrutura posta para a produção, circulação, distribuição e consumo.

A constituição da mais-valia e a garantia de superlucros (MANDEL, 1985) dependem essencialmente da característica heterogênea da produção dos espaços de troca e sua apropriação centralizada e monopolista (territórios), apesar da noção de constituir-se planícies isotrópicas no âmbito do sistema do capital o que se observa é uma heterogeneidade funcional ao sistema do capital e à mobilidade de capital e força de trabalho.

Os próprios excedentes, de capital e força de trabalho necessitam das configurações espaciais para que a sua constituição e influência na dinâmica da acumulação sejam redimensionadas; a criação ou destruição de capital fixo e circulante joga um papel crucial na dinâmica acumulativa.

⁶⁵ Idéia apresentada e discutida pela Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição na disciplina História do Pensamento Geográfico do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (turma 2007).

⁶⁶ Teorías sobre la plusvalía in HARVEY, D. Los Límites del Capital Y La Teoría Marxista. FCE: México, 1990.

A guerra é funcional para eliminação do excesso de capital e trabalho que passa a ser contraproducente na produção da mais-valia, a destrutividade arquitetada nos/dos territórios e da classe-que-vive-do-trabalho garantem a acumulação de capital. É fundamental compreender que a maior economia capitalista nesse início de século XXI assenta-se sobre um complexo militar-industrial, ou pelo menos dele depende (DANTAS⁶⁷, 2007: 15).

Os conflitos mundiais em nome da paz apenas simulam democracia como valor universal (liberal em si mesma), como a guerra dos EUA com o Iraque (em que o aparato democrático imposto nada mais é do que a privatização e o livre mercado), de fato o que se observa são as cifras impressionantes do poder bélico-destrutivo do império estadunidense: se o Pentágono fosse um país seria a 14^o economia do mundo (Blinder, 2003; *apud* Dantas, 2007: 29). Desde a 1^o Guerra Mundial o padrão dos gastos militares norte americanos se elevam e jamais retrocedem ao patamar anterior: em 2005 foram gastos U\$ 420,7 bilhões, em 2009, os gastos totalizam U\$ 651 bilhões, e a previsão para 2010 é de um acréscimo de mais U\$ 29 bilhões em relação ao ano anterior (DANTAS, 2007, p. 17 & FLOUNDERS, 2009).

A financeirização como padrão sistêmico da riqueza⁶⁸ precisa garantir a concentração dos ativos, mantendo e aprofundando a distância dos trabalhadores em relação aos meios de produção: em 1960, 20% da população mundial situada nos países mais ricos possuía uma renda trinta vezes maior que a dos 20% da população mundial encontrada nos países mais pobres; em 1973, o número foi de 44 para 1; e em 1997, 74 para 1 (PEET, 2007, p. 21-22).

Para sustentar o mundo em tais bases fortemente desiguais o sistema do capital recorre ao uso da força e da violência coerciva que emana do poder dos canhões e do Estado. No âmbito da lógica destrutiva do sistema do capital faz sentido que o complexo produtivo se associe ao complexo bélico (destrutivo)⁶⁹ são os marcos da “[...] aniquilação da história [como] o único curso da ação plausível, inseparável da cegueira do capital ao futuro dolorosamente tangível que deve ser

⁶⁷ DANTAS, G. Estados Unidos, Militarismo e Economia de Destruição: belicismo norte-americano e crise do capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

⁶⁸ BRAGA, J. C. de S. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. 6^o Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁶⁹ Em 28 de Outubro o presidente Barack Obama assinou o Defense Authorization Act de 2010, o maior orçamento militar da história dos EUA. (FLOUNDERS, 2009 In: http://resistir.info/eua/pentagon_budget_p.html, acesso em 15/10/2009).

enfrentado” (MÉSZÁROS, 2007, p. 26). Quanto à lógica e os gastos do complexo militar-industrial o que faz Barak Obama ao assumir a presidência dos EUA?

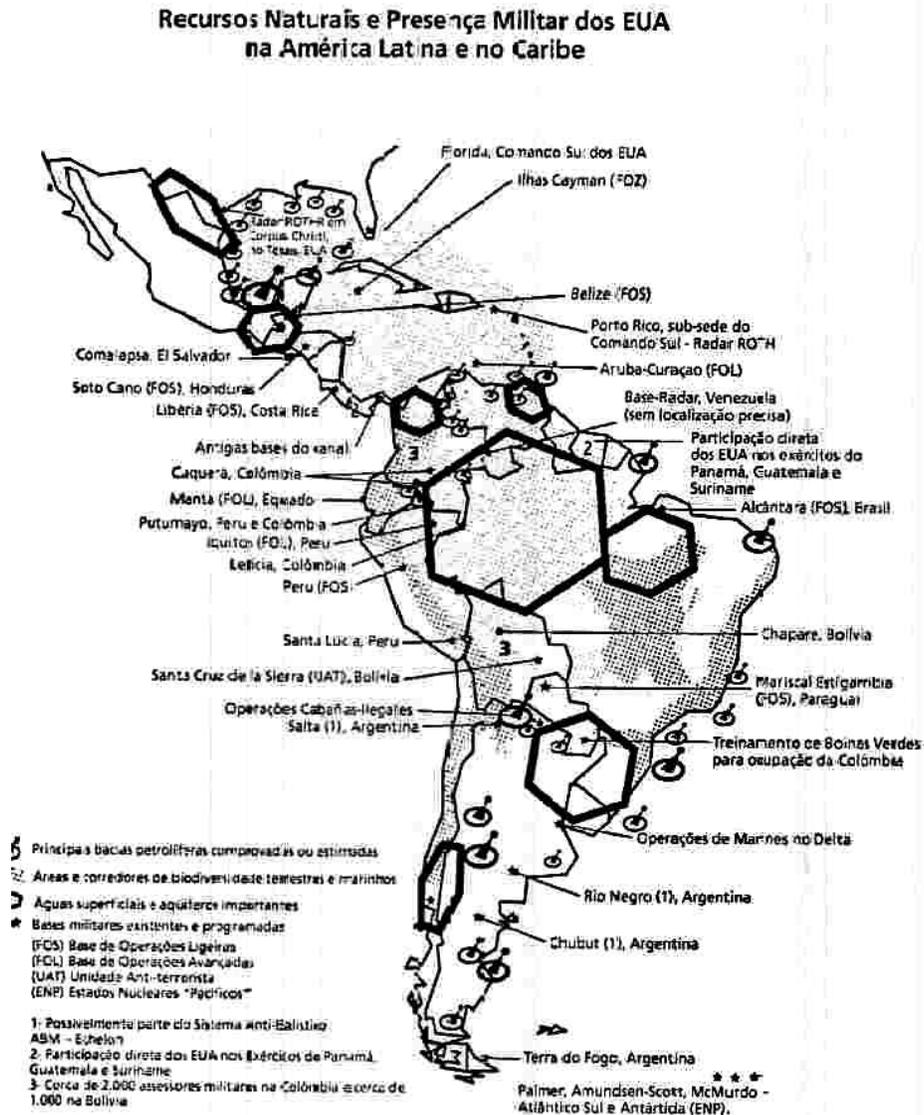
Ele é não só o maior orçamento militar do mundo como também é maior do que as despesas militares somadas de todo o resto do mundo. E é um crescimento imparável. O orçamento militar de 2010 — o qual não cobre nem mesmo muitas despesas relacionadas com a guerra — chega aos US\$680 mil milhões. Em 2009 era de US\$651 mil milhões e em 2000 de US\$280 mil milhões. Mais do que duplicou em 10 anos (FLOUNDERS, 2009, p. 1).

A corrosão da lógica imanente à produção de mercadorias se sustenta às custas da força enquanto dado inerente à economia, à sociedade e à ideologia que promovem a ampliação das fronteiras da sociabilidade capitalista.

FLOUNDERS (2009) ainda chama a atenção para o fato da crescente marcha militar dos EUA ser apenas um exemplo de como a economia norte americana é mantida a flutuar por meios artificiais contemporaneamente. As décadas constantes, de reaquecimento econômico dos EUA mantidas através da máquina de guerra criaram um vício de militarismo que as corporações daquele país já não podem se desvencilhar.

Mesmo com os gastos crescentes oriundos da máquina de guerra estadunidense a dinâmica econômica capitalista não consegue conter o avanço das contradições inerentes à produção capitalista de mercadorias. A própria evolução da indústria bélica faz avançar os problemas inerentes à superprodução, à contradição capital x trabalho, à queda na taxa de lucro, ao desemprego e à luta de classes. A sociabilidade capitalista, a partir dos excedentes necessariamente elimináveis institui uma espécie de economia permanente de guerra, que por sua vez alimenta uma lógica incessante da guerra que se estende à própria luta de classes quando se assiste à crescente criminalização, perseguição, militarização que o capital opera contra os trabalhadores e os movimentos sociais. A construção e o significado geopolítico da guerra ao terror e da criação ideológica do eixo do mal (por George W. Bush) só fazem sentido a partir do aumento da dessubstancialização das mercadorias em seu valor de troca, o recurso à força mantém o movimento flutuante da economia capitalista e garante o cerco e o controle às áreas de propriedade dos trabalhadores, intensificando a universalização do valor de troca já cada vez mais sem substância na razão direta em que se aumentam as mercadorias.

Figura 14: Recursos Naturais e Presença Militar dos EUA na América Latina e no Caribe.



Fonte: PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Aproximadamente três dezenas de bases militares instaladas pelo governo dos EUA ao longo da América Latina e do Caribe demonstram a essência destrutiva do capital na afirmação universalizada do valor de troca. Por tais aspectos o sistema do capital abusa violentamente da história como o sistema de metabolismo societal mais poderoso extrator de trabalho excedente, o sistema do capital torna o tempo e

as temporalidades sujeitas ao valor de troca na medida em que o cotidiano dos trabalhadores representa mais-valia absoluta e relativa. As forças produtivas no sistema do capital a certa altura de sua ascendência histórica são forças destrutivas.

A história das sociedades de classe sempre se caracterizou pela extração forçada de trabalho excedente, fosse sua modalidade *política* ou *econômica* ou, na verdade uma combinação de ambas. A extração lucrativa de trabalho excedente como mais-valia, característica da ordem social do capital, não alterou a substância da antiqüíssima relação exploratória, mas apenas a sua modalidade: por tornar estruturalmente dominante a expropriação econômica forçada de trabalho excedente, reduzindo os seres humanos – a serviço da mais-valia que se acumula cada vez mais – ‘à carcaça do tempo’ (MÉSZÁROS, 2007, p. 44 – 45).

Enquanto produção de riqueza abstrata (no sentido de que tal riqueza se constitui a partir de relações de estranhamento e negação, o salto mais mortal da mercadoria de $D - M - D'$ a $D - D'$), o sistema do capital vai se constituindo a partir da extração do trabalho excedente socialmente constituído, significando que a “[...] efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome” (MARX, 2004, p. 80).

A riqueza na sociedade capitalista configura-se num imenso acúmulo de mercadorias (como lembra Marx), mercadoria que conduz à mais-valia, o único objetivo contido na sua produção, sendo que o desejo do capitalista utilizando-se da mercadoria (e das relações sociais contidas em sua produção especificamente capitalista) é produzir com uma soma inicial de dinheiro mais dinheiro (D'), o mais abstrato dos universais metafísicos produzidos pela racionalidade-instrumentalidade metafísica do capitalismo, o equivalente-geral, uma mercadoria transfigurada em um ente que camufla o conjunto das relações sociais burguesas, avilta o ser humano, considerando que o processo de produção de $D' + D'' + D'''$ (...) apaga os rastros do trabalho concreto e proporciona a imposição por mecanismos diversos (desde produtivos até científicos – de Frederick Von Hayek a Milton Friedman) “do não há alternativa”, que não demonstra o que está por trás da falácia: a restauração do poder de classe (burguesa), movimento consolidado no plano internacional pela administração do receituário neoliberal na escala mundo, concertado por Reagan e Thatcher.

As classes sociais parecem ter desaparecido do conjunto da regulação capitalista e em seu lugar o indivíduo, o grupo e a identidade emergem quando só se fala em excluídos e incluídos. Excluído dessubstancia a análise que se propõe

compreender as contradições das classes sociais, é, portanto, simulacro. “‘Excluído’ é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum *sujeito de destino*: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a esta rotulação [...]” (MARTINS, 2003, p. 30). Na sociedade capitalista todos são parcialmente incluídos, exclusão para incluir é o que se coloca. Convém ressaltar que a inclusão se dá de forma precarizada, degradante. Categorias de análise que se deslocam da processualidade social mistificam a compreensão do reino do trabalho estranhado, ao tempo que revela excluído e exclusão não suficientes para apreender as contradições do sistema do capital.

Na voz corrente negar a exclusão é inserir o excluído no mundo do consumo (parcial), afirmando a sociedade de consumo pela busca do supérfluo (necessidades novas criadas para estimular o consumo), as prioridades mudam como afirma Martins (2003), mudou a forma da pobreza⁷⁰. Não mais a propriedade imobiliária, somada a esta o consumo expresso pelo carro, eletrodomésticos, a roupa; o pobre subsumido ao mundo que o fez pobre – se a relação objetivada no trabalho não se apresentasse como coisa, a consciência social se potencializava para entender a complexidade das relações de classe.

O capitalismo na verdade desenraíza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É própria dessa lógica de exclusão a *inclusão*. *A sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir*, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nesta inclusão (MARTINS, 2003b p. 32)⁷¹.

O tempo da exclusão cíclica do trabalhador aumentou, tornando perceptível a condição de excluído: o tempo da busca permanente por trabalho aumentou, e quando da reinclusão as condições são sempre mais degradantes, aviltantes. Nesse ponto se manifesta uma contradição central do sistema produtor de mercadorias: a ‘valorização do valor’ se depara com a progressiva retirada da substância geradora de valor das mercadorias, o trabalho vivo.

Os mecanismo de redução da vida útil das mercadorias, o acréscimo na descartabilidade dos produtos e das relações, associada a expansão geográfica do

⁷⁰ MARTINS, J. S. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

⁷¹ MARTINS, J. S. Exclusão social e a nova desigualdade. 2º Ed. São Paulo: Paulus, 2003b.

sistema do capital conteve essa contradição adormecida por longo tempo, o espaço foi ordenado no sentido de reproduzir as relações de produção especificamente capitalistas, e aqui tornou-se o enigma da compreensão do sistema do capital: o espaço contém os pressupostos para a universalização da riqueza abstrata posta de forma universalizada, mundializa-se o território do trabalho/riqueza abstrata.

De acordo com a reflexão de Lefebvre (2008)⁷² é possível que o espaço desempenhe um papel ou uma função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema, precisamente quando não se pode deduzi-lo desse sistema, dessa lógica, dessa totalidade. Ao contrário, é necessário mostrar sua função nesta perspectiva (prática e estratégica). Se há um ponto de vista de classe é impossível metodologicamente partir dele, é preciso chegar a ele. Desconstruir as bases fixas da aparente expressão do sistema do capital é fundamental para o processo de chegar às classes sociais, colocado pelo filósofo francês, mais precisamente ao conteúdo da luta de classes nos lugares. Como afirma Karl Marx (2007, p. 256),

A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada, sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo [...]⁷³

Como compreender o mundo como mundo-do-homem se este está apartado da sua dimensão existencial (ontologicamente o homem não se reconhece naquilo que o constitui enquanto tal – ser que trabalha) e espaço-temporal [no movimento de constituição dos territórios] imediata? O ser humano sob a regulação social do capital compreende-se muito mais enquanto ordem distante do que ordem próxima⁷⁴ (os espaços de uso se subvertem aos ditames dos espaços de troca) é muito mais coisificação e alienação do que humanização/hominização.

No sistema produtor de mercadorias o trabalhador se torna mercadoria, sua essência se expressa no humano da ordem distante em que até o corpo separa-se

⁷² LEFEBVRE, H. [1972] Espaço e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

⁷³ MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2º Ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.

⁷⁴ O uso de tais expressões ordem próxima e ordem distante se dá na perspectiva Lefebvrina quando coloca que: ordem próxima é aquela do campo circundante que a cidade domina, explora, extorquindo-lhe sobretrabalho; e ordem distante é a da sociedade no seu conjunto (escravista, feudal, capitalista, etc.). In: Espaço e política, 2008, p. 82.

da condição de ser/estar no mundo, tendo em vista que o homem não mais experimenta o mundo através do corpo como possibilidade imediata, pois este não mais o pertence (basta pensarmos nas aberrações da estética e dos padrões de beleza que sempre envolvem o valor de troca para se efetivar); põem-se as condições ideológicas para o sentido falacioso da “aldeia global” (que é apenas virtualidade na condição da mundialidade). Essa “aldeia global” deixa de ser virtualidade apenas para Bill Gates ou George Soros, que promovem a produção do território do trabalho abstrato.

Além da produção de mercadorias, o território do trabalho abstrato é momento-chave da produção da mais valia. “Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia servido assim à *auto-expansão* do capital” (Marx, 2002, p. 578)⁷⁵, servindo à produção do espaço apropriado privadamente nos termos do que coloca Moraes & Costa:

O comando do processo de formação territorial [...] só vai manifestar-se em toda a sua plenitude com o domínio do modo de produção capitalista. Este, tendo como móvel a própria criação do valor (reprodução ampliada), apropria-se do território enquanto um momento do processo de acumulação do capital. Por ter como unidade fundamental a mercadoria sujeita o espaço apropriado às leis de mercado (1996, p. 123).

Ao território do trabalho abstrato contrapõe-se o território do trabalho concreto, território onde as contradições sociometabólicas compreendem possíveis territórios do uso, do trabalho vivo.

A produção do território do trabalho concreto a racionalidade da subsistência (M – D – M), se configura a partir de um outro sentido do existir, porém, a territorialização da classe-que-vive-do-trabalho se encontra constantemente ameaçada pelas investidas da reprodução ampliada do capital e de seu atual carro-chefe o abstractum dinheiro, inviabilizando os espaços de uso diante dos espaços de troca. A estrutura fundiária brasileira no século XXI dimensiona o avanço de tal processo

⁷⁵ MARX, K. O Capital: crítica da economia política: livro I, v. 2. 18° ed. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2002.

Tabela 5: Estrutura fundiária brasileira ano 2003.

Grupos de área total (ha)	imóveis	% dos imóveis	área total (ha)	% de área	área média (ha)
Menos de 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a -25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a -50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a -100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a -200	284.536	6,7%	38.574.392	9,1%	135,6
De 200 a -500	198.141	4,7%	61.742.808	14,7%	311,6
De 500 a -1.000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1.000 a -2.000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
De 2.000 a -5.000	25.417	0,6%	76.466.668	18,2%	3.008,5
5.000 e Mais	6.847	0,1%	56.164.841	13,5%	8.202,8
Total	4.238.421	100,0 %	420.345.382	100,0%	

Fonte: INCRA – situação em agosto de 2003 in II PNRA, Brasília, 2003.

Fonte: OLIVEIRA, A. U. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labor Edições, 2008.

O território do capital nega a autonomia da classe-que-vive-do-trabalho, além do fetichismo da mercadoria o fetichismo que o espaço mercadoria reivifica aumenta as possibilidades de inserção do trabalhador na lógica da reprodução ampliada do capital. O caráter capitalista do fetichismo se inicia na transição da apropriação individual de objetos naturais para o sustento, ao controle alheio do trabalho. “Ao apropriar-se individualmente dos objetos naturais para prover sua vida, é ele quem controla a si mesmo; mais tarde ficará sob o controle de outrem (Marx, 2002, p. 577)”, e não mais se reconhecerá enquanto produtor social da riqueza.

Espaço-temporalidades se comprimem pelo tempo da manufatura, empiricizando o despótico, o totalitário; os trabalhadores são coisificados, são produzidos para dobrarem-se à sintaxe da linguagem do Consenso de Washington, do G7, das crises que alimentam essa sociabilidade regulada pelo capital.

Numa entrevista realizada com o coordenador estadual do MPA na Bahia, Humberto Santos Palmeira (em artigo onde analiso a reprodução do capital no campo⁷⁶), a perspectiva do território do trabalho concreto se põe:

[...] a propriedade capitalista é um território que quem controla é o capital, por exemplo, a gente é impedido de entrar, para a gente entrar tem que ocupar mesmo, tem que ser sob pressão. A gente volta para a organicidade do movimento, a comunidade do MPA no grupo de base é uma comunidade de resistência e numa lógica de território, ele tem que ser

⁷⁶ In: DUTRA JR, W. & DUTRA, C. P. S. C. A reprodução do capital no campo e o território da resistência do campesinato: o movimento dos pequenos agricultores (MPA) na Bahia. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.3, n. 5, p. 195-213, fev. 2008.

um território controlado pelos camponeses, os camponeses tem que controlar aquele território. [...] por exemplo, você pensa numa comunidade de cinquenta famílias, do ponto de vista da dominação do território as famílias tem de dizer, isso entra na comunidade e isso não entra, a gente vai produzir dessa forma, a gente não vai produzir dessa forma. A gente pega do ponto de vista da cultura camponesa, que vem sendo esmagada pela cultura de massa que vem sendo propagandeada aí, então da lógica do controle do território a comunidade tem que dizer a gente não aceita que entra esse tipo de cultura aqui na comunidade, a gente defende esse modelo e está preservando esse modelo, então dentro da lógica de controle do território que o MPA defende, é que a comunidade é o espaço onde você vai determinar o que tiver para acontecer. Aí o Bernardo Mançano trabalha conosco em três esferas: a dominação do território da mente, se eu não posso dominar nem o que eu penso o que eu quero fazer, então a primeira lógica de dominação de um território é dominar um território meu, a minha cabeça; depois tenho que dominar o território da minha família, do meu espaço de convivência; e depois o território da comunidade para que a gente possa dominar o território a nível 'global' e aí se tem necessidade de organização nacional, de base, enfim a lógica do domínio do território é essa. Um outro exemplo clássico na questão da produção de sementes, hoje a Monsanto, essas empresas, vêm produzindo sementes transgênicas, elas vêm controlando as sementes, elas detêm a semente; por exemplo, uma variedade da soja é propriedade privada da Monsanto, para eu plantar tenho que pagar; e a semente na nossa lógica da dominação do território é patrimônio do povo e da humanidade. A comunidade ela tem o dever de decidir, olha a gente não quer a soja da Monsanto aqui, não quer a semente da Monsanto, a nossa semente é a semente nativa, a semente crioula que dá possibilidade de você controlar a vida; o controle da vida pela comunidade, pelos camponeses, e não na lógica do indivíduo do capital controlar a vida no caso específico da semente (DUTRA JR, 2008, p. 209 - 210).

As lições de Marx alertam acerca da constante reconfiguração do território cuja imagem e expressão é construído às custas do trabalho acumulado sob a forma de capital.

4.2. As sementes universalizadas do lucro: a captura continuada dos territórios do uso.

Na dimensão da relação existencial constituída sob o predomínio do capital é interessante verificarmos os termos da captura da existência imediata na universalização do valor de troca promovida pela Monsanto, subsumindo até o que Marx retrata na Ideologia Alemã:

[...] o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda

hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. [...] O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico. [...] A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens (MARX, 2007, p. 32 – 33).

Qual a lógica que subsume a semente da reprodução da vida material, em sua dimensão onto-epistêmica?

A semente geneticamente modificada da Monsanto representa a viabilidade produtiva que o agronegócio requer para o trabalhador, com violência acentuada nos países de terceiro mundo. Sua invasão nos territórios do uso (M – D – M) é viabilizada pelo poder desagregador do dinheiro, da propaganda, do Estado (dos governos), e até de ONG's que tem a mesma funcionalidade do capital-camaleão⁷⁷ (e consiste numa de suas expressões mais notáveis).

A determinação geral da apropriação privada dos meios de produção implica na privatização do espaço, visto que o espaço configura-se como capital. A atuação do agronegócio reproduz o espaço dominado pela técnica (ciência aplicada à produção) como capital monopolizado e territorializado.

Vimos ser tendência constante e lei do desenvolvimento do modo capitalista de produção separar cada vez mais do trabalho os meios de produção e concentrar em constelações cada vez maiores os meios de produção dispersos, ou seja, converter o trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital. E a essa tendência corresponde, noutro plano, o fato de a propriedade fundiária, como entidade autônoma, se dissociar do capital e do trabalho, isto é, a conversão de toda propriedade fundiária à forma adequada ao modo capitalista de produção (MARX, 2008: 1163).

As formas de domínio do capital transitam do ponto de vista escalar afirmando o global como pressuposto do trabalho estranhado, considerando que o capitalismo tende sempre à universalização a ampliação do estranhamento associado ao dinheiro produzem um efeito desagregador destrutivo para o campesinato. O dinheiro materializa o produto do trabalho num hieróglifo social, o produto da

⁷⁷ “O capital está mais poderoso por tornar estruturalmente mais mutável e maleável o seu processo de reprodução ampliada, qual camaleão a assumir a forma necessária para perseguir seu fim, isto é, a função de persecução de mais-valor. Assim segue o polimórfico e multiperformático capitalismo, a perpetuar-se mediante extensa e profunda heterogeneidade estrutural nas formas de reprodução das relações econômico-sociais [...]” RIBEIRO, J. C. O espaço do capital-camaleão. Dimensões do complexo metabólico-mimetizado do capitalismo monopolista. In: THOMAZ JR, A. (org) Geografia e trabalho no século XXI, vol 1. São Paulo: Editorial Centelha, CEGET, 2004.

possibilidade do tornar-se humano/hominizado abstrai-se na conjunção da produção de mercadorias, nas relações sociais fetichistas do sistema do capital. A Monsanto realiza sua odisséia da conversão D – D', territorializando-se, ao passo que monopoliza o território, nas entranhas do Estado, com a subsunção do trabalho camponês. As sementes do tipo terminator⁷⁸ produzidas pela multinacional, são produtos da ciência comprometida com o capital. Nos estudos realizados por ANDRIOLI e FUCHS⁷⁹ relata-se o caso de um camponês canadense que não se rendeu ao tipo de imposição estruturada pela Monsanto, porém ao redor da sua propriedade haviam outras terras que cultivavam essa variedade geneticamente modificada, e a dinâmica dos ventos, no momento mesmo da plantação levou as “sementes de mais-valia” para a terra de trabalho do camponês, resultado: as patentes, que cristalizam o conhecimento humano a serviço do capital, foi o argumento utilizado por esta multinacional para processar o camponês, e o que é mais estarrecedor, foi vitoriosa: essa é a forma de ação/manipulação do agrohidroquímiconegócio.

O capital ao retornar à forma dinheiro (acrescido) busca espaços onde consegue obter mais lucro (extrair potencialmente e efetivamente uma quantidade maior de mais-valia), portanto, não está no âmbito de suas preocupações as necessidades humanas, mas as possibilidades de sua reprodução.

Essa busca incessante associada a da manutenção da taxa média de lucro opera uma reestruturação em relação aos ramos da atividade empresarial, na busca pelos mercados capitalistas ampliam sua atuação (a própria Monsanto é exemplo desse processo) visando abrandar os efeitos do esgotamento da acumulação real. O movimento da taxa média de lucro se distorce formando uma economia de bolhas financeiras que é a expressão da crise estrutural do sistema do capital.

⁷⁸ Sementes geneticamente modificada criada pela Monsanto que não se reproduz (estéril), obrigando assim aos trabalhadores a submissão à semente, que reconverte-se em subsunção do trabalho camponês, e demonstra através da natureza artificializada a verdadeira natureza do sistema produtor de mercadorias: a descartabilidade que reproduz o território do trabalho abstrato.

⁷⁹ ANDRIOLI, A. I. & FUCHS, R. (org). Transgênicos: as sementes do mal. A silenciosa contaminação de solos e alimentos. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.

Quadro 3: As Maiores Corporações do mundo em sementes e agroquímicos em 2002 (em milhões de dólares).

Corporações de Sementes	Vendas	Corporações Agroquímicas	Vendas
DuPont (Pionner) – EUA	2.000	Syngenta – Suíça	5.260
Pharmacia (Monsanto) – EUA	1.600	Bayer – Alemanha	3.775
Syngenta – Suíça	937	Pharmácia (Monsanto) – EUA	3.088
Seminis – EUA	453	BASF – Alemanha	2.787
Advanta – Holanda	435	Dow – EUA	2.717
Groupe Limagrain (Vilmorin Clause) – França	433	DuPont – EUA	1.793
KWS AG – Alemanha	391	Sumitomo Chemical – Japão	802
Sakata – Japão	376	Makhteshim-Agan – Israel	776
Delta & Pine Land – EUA	258	Arysta LifeScience – Japão	662
Bayer CropScience – Alemanha	250	FMC – EUA	615
Dow – EUA	200		

Fonte: PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 p. 243.

As corporações ampliam seus domínios a partir da constituição de um ciclo vicioso: as sementes modificadas produzidas em seus domínios exigem cada vez mais uma quantidade maior de agrotóxicos que as mesmas produzem. O Brasil submete-se aos ditames do capital monopolista e no ano de 2008 de acordo com MELINO (2009, p. 27) ⁸⁰ foi o campeão mundial no uso de agrotóxicos; consumindo a cifra de 673.862 toneladas de defensivos, cerca de 4 quilos por habitante o que gerou um faturamento de US\$ 7.125 bilhões da indústria agroquímica no país e mais de vinte e cinco mil casos de intoxicação de agricultores. Mészáros (2002) dá uma dimensão da expressão dessas contradições da ordem sociometabólica do capital

[...] a 'pluralidade dos capitais' não podia, e ainda não pode, ser superada no âmbito da estrutura da ordem metabólica do capital, apesar da tendência avassaladora para a concentração e centralização monopolísticas – e também para o desenvolvimento transnacional, mas precisamente por seu caráter *transnacional* (e não genuinamente *multinacional*), necessariamente parcial – do capital globalizante. Ao mesmo tempo, a 'pluralidade do trabalho' não pode também ser superada no espaço da reprodução sociometabólica do capital, apesar de todo o esforço despendido nas tentativas de transformar o trabalho, de adversário estruturalmente irreconciliável, no cúmplice dócil do capital; tentativas que

⁸⁰ O veneno no pão nosso de cada dia. Revista Caros Amigos, edição de dezembro de 2009.

vão desde a propaganda mentirosa do mercado de ações como o 'capitalismo do povo', até a extração política direta do trabalho excedente exercida pelas personificações do capital pós-capitalistas que tentaram se legitimar como a corporificação dos 'verdadeiros interesses' da classe operária (2002, p. 22).

A pluralidade dos capitais significa em essência centralização e acumulação de trabalho abstrato orquestrado em poucas mãos. As personificações do capital, conforme alerta Mészáros, ganham a legitimidade apontada como corporificação dos reais interesses da classe trabalhadora no Brasil, via ações do governo Lula da Silva para viabilizar o território do trabalho abstrato, na figura do PAC, do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), do Bolsa Família, do Pré-Sal, alimentando as prerrogativas concentracionistas da sanha do capital financeiro internacional. O ornitorrinco ganha cada vez mais concretude no governo Lula.

Nos últimos anos estamos presenciando um forte acordo do tripé capital-trabalho e Estado, desde o Governo de Fernando Henrique Cardoso e em prosseguimento o atual Governo Lula da Silva que endossa o discurso neoliberal de uma política agrária denominada de “novo mundo rural”, com a estruturação da aliança do grande capital agro-industrial e da propriedade fundiária sob forte subsídio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado, que garante esta aliança em nome do livre mercado, articulado em nível mundial pelos mercados de “commodities”.

Neste sentido as políticas públicas do Estado Brasileiro desconsideram a própria Constituição Brasileira, deixando a terra de ser uma função social, mas mercadoria; como atesta a MP 458⁸¹ (conhecida como MP da Grilagem) onde se observa a emergência de um dispositivo legal para a captação via regularização fundiária das terras na órbita do agronegócio. O geógrafo Ariovaldo Umbelino em entrevista para o Correio da Cidadania⁸² relaciona as questões ambientais ao poder de ampliação dos monopólios do capital gerenciados pela bancada ruralista:

⁸¹ Medida Provisória promulgada pelo presidente do Brasil Lula da Silva em 10 de fevereiro de 2009 e que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

⁸² In: Entrevista coletada no site do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGET da Unesp: <http://ceget.blogspot.com/>

O fato é que o governo atual adotou duas políticas claras: a primeira é o apoio integral ao agronegócio. A segunda é remover toda possibilidade histórica que possa frear o apoio ao agronegócio. A reforma agrária foi substituída pela contra-reforma-agrária e a política ambiental é substituída gradativamente pela política anti-ambiental. (OLIVEIRA, 2009).

A política econômica do agronegócio tem demonstrado a quem de fato favorece, na medida que tem produzido uma sociedade agrária fortemente desigual e o meio ambiente comprometido.

No Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo em balanço conjuntural de 2005⁸³, dirigentes do MST alertavam para a necessidade do olhar o campo, contra o neoliberalismo e o agronegócio. Segundo os dirigentes do Movimento Sem Terra:

No meio rural, estamos assistindo à disputa entre dois projetos para organização da produção. De um, lado o agronegócio, priorizando as exportações, tecnificando as fazendas, desempregando e aumentando seus lucros. De outro lado, a agricultura familiar e camponesa que é responsável pela produção dos alimentos, do abastecimento do mercado interno e pelo emprego de mais de 85% da mão-de-obra do campo.

O que realmente estamos assistindo é a redução cada vez maior da produção de alimentos. O Estado capitalista diante da crise do petróleo tem fomentado políticas públicas de desenvolvimento com o objetivo da produção de novas fontes de energias denominadas sustentáveis: a energia solar, a energia do vento, do mar, dos rios, o hidrogênio. Na produção para o agrocombustível tem-se privilegiado o etanol; e no biodiesel, a soja, a cana de açúcar e a mamona têm sido os cultivos de maiores preferências no Brasil.

O modelo de desenvolvimento voltado para o agrocombustível atende ao projeto do Banco Mundial de transferir a agricultura da produção camponesa para o modelo produtivista capitalista, o que representa a desagregação das comunidades camponesas e conseqüentemente a perda da sua soberania alimentar.

⁸³ Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo Balanço Conjuntural/dezembro de 2005 www.acaoterra.org/display.php?article=380.

4.3. Os territórios do fetichismo: as simulações da/na universalização do valor de troca.

O capitalismo como formação econômico-social dominante estabelece a ampliação dos seus domínios a partir da produção dos territórios do trabalho abstrato e riqueza abstrata, que representa espacialmente a universalização do valor de troca. A certa magnitude do desenvolvimento das forças produtivas (que se experimenta contemporaneamente) um processo dessa natureza se põe a partir da captura tendencial do que se objetiva socialmente, impondo a condição de mercadoria dessubstancializada a tudo que existe. Nesse contexto a sociedade burguesa passa a suprir o seu fim-em-si a partir de mecanismos de flutuações induzidos por simulações que sustentam o valor do dinheiro (e do dólar) pela via da guerra constante promovida pelo centro do sistema, tendo por representante maior os EUA.

A estrutura e a lógica da guerra cotidiana contribuem na contenção dos problemas oriundos da superprodução e do exército de trabalhadores reserva que são reconfigurados em virtude das mercadorias ocas⁸⁴; trabalho abstrato e riqueza abstrata adquirem a aparência da riqueza e do trabalho no sistema do capital, a metafísica existencial das classes em luta (o estranhamento passa a representar a forma de existir na sociedade burguesa).

O estranhamento aparece tanto no fato de *meu* meio de vida ser de um *outro*, no fato de aquilo que é *meu* desejo ser a posse inacessível de um *outro*, quanto no fato de que cada coisa mesma é um *outro* enquanto si mesma, quanto [também] no fato de que minha atividade é um *outro*, quanto finalmente – e isto vale também para os capitalistas – no fato de que, em geral, o poder *não humano* domina (MARX, 2004, p. 147).

Robert Triffin⁸⁵ citado por Gonçalves (2004) nos coloca algo intrigante: “O conceito de riqueza é interessante. Ele é medido pelo valor de troca, mas o valor de troca é determinado pela escassez, enquanto riqueza não é escassez” – ao contrário remete a abundância. A economia mercantil moderna passa a interessar-se pela

⁸⁴ As mercadorias vão perdendo a substância que compõem o seu valor com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas: o trabalho vivo. Este diminui sua parcela na composição de cada mercadoria com a evolução da produtividade do trabalho em detrimento do aumento da parcela de trabalho morto em cada mercadoria, trabalho este que não agrega valor, daí a expressão mercadorias ocas.

⁸⁵ Economista Belga, estudioso das questões monetárias e do sistema monetário internacional, publicou no ano de 1972 no Brasil o livro O sistema monetário internacional pela editora Expressão e Cultura.

água e pelo ar na medida em que estes se tornam escassos, rarefeitos, processo que pode ser produzido ou induzido socialmente. Para produzir riqueza produz-se a escassez - a lógica da privatização se põe.

O neoliberalismo mostra a sua face, o pensamento único impera, um aparato conceitual-ideológico mobiliza sensações, valores e possibilidades inerentes ao mundo social regulado pelo capital. Tal aparato obtendo sucesso se incorpora ao senso comum de tal maneira que passa a ser considerado certo e inquestionável.

A terra e os recursos hídricos são privatizados em sua quase totalidade a partir dos ajustes preconizados pelos ‘preceitos’ da cartilha do FMI/Banco Mundial. Nesse contexto Aloysio BIONDI (2003, p. 68), faz um balanço dos mecanismos ocultos sob o fetichismo que os mercados impõem no bojo das privatizações realizadas no Brasil e relembra as contas escondidas por trás do processo:

Tabela 6: As contas escondidas por trás das privatizações do governo FHC.

A) Vendas de estatais a prazo	14,8 bi
B) Dívidas que o governo “engoliu”	16,1 bi
C) Juros de 15% sobre dívidas “engolidas”	8,7 bi
D) Investimentos feitos antes de cada privatização	28,5 bi
E) Juros sobre esses investimentos	8,9 bi
F) “Moedas podres” usadas	8,9 bi
G) Dinheiro que o governo deixou aos “compradores”	1,7 bi
H) Demissões que o governo fez para livrar os “compradores” de pagamento de indenizações e direitos trabalhistas	incalculável
I) Compromissos com fundos de pensão e aposentados que o governo “engoliu”	incalculável
J) Perdas no Imposto de Renda	incalculável
K) Lucros das antigas estatais que o governo deixou de receber	incalculável
L) Prejuízos com os empréstimos (juros subsidiados concedidos aos “compradores”)	incalculável
TOTAL: (soma de A a G)	87,6 bi

Fonte: BIONDI, A. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p. 68.

Ainda de acordo com BIONDI (2003, p. 68) o levantamento geral das privatizações demonstra um balanço que se interpõe entre as contas do governo e os fatos: a) o que o governo diz – Dinheiro arrecadado + dívidas transferidas somam

um montante de 85,2 bilhões de reais; b) as contas que o governo esconde – Dinheiro que não entrou ou saiu dos cofres do governo somam a quantia de 87,6 bilhões de reais; um balanço que não inclui os itens incalculáveis na figura acima. O movimento do capital continua reproduzindo a concentração-centralização de ativos, trabalho abstrato, mais-valia e lucro na esteira do antivalor. O caminho da geografia da universalização do valor de troca é ressaltado por Silva:

No modo de produção capitalista a terra é mercadoria [...]. Como o capitalismo tende sempre à universalização, ocorre que a Terra, o Globo, se põe, ante o capitalista como mercadoria. No entanto, o objetivo do capitalista só é produzir a mercadoria enquanto meio de realizar o capital. Para chegar a isso precisa transformar a terra em solo e o possuidor independente da terra em assalariado. Então a propriedade privada é a forma geográfica de produção e reprodução do capital. A propriedade privada, porém, é espaço produzido como mercadoria pelo trabalho assalariado (1991, p. 133).

Os territórios do uso são apropriados privadamente, enquanto recurso, e reproduzem socialmente o sistema do capital quando coloca (pelas mãos dos capitalistas) a possibilidade de extrair ‘sobretabalho’ do conjunto dos trabalhadores, onde sua autonomia se esvai nos latifúndios da soja, nos perímetros irrigados pelos rios, no chão da fábrica toyotista, na lógica da reestruturação produtiva, nas simbioses arquitetadas entre mais valia absoluta e relativa; nesses casos objetivam-se a desrealização do humano, afirmando a coisa, a água, a terra e os trabalhadores se coisificam. A questão se esconde na forma como as personificações do capital vêem e relacionam-se com o natural e com o humano.

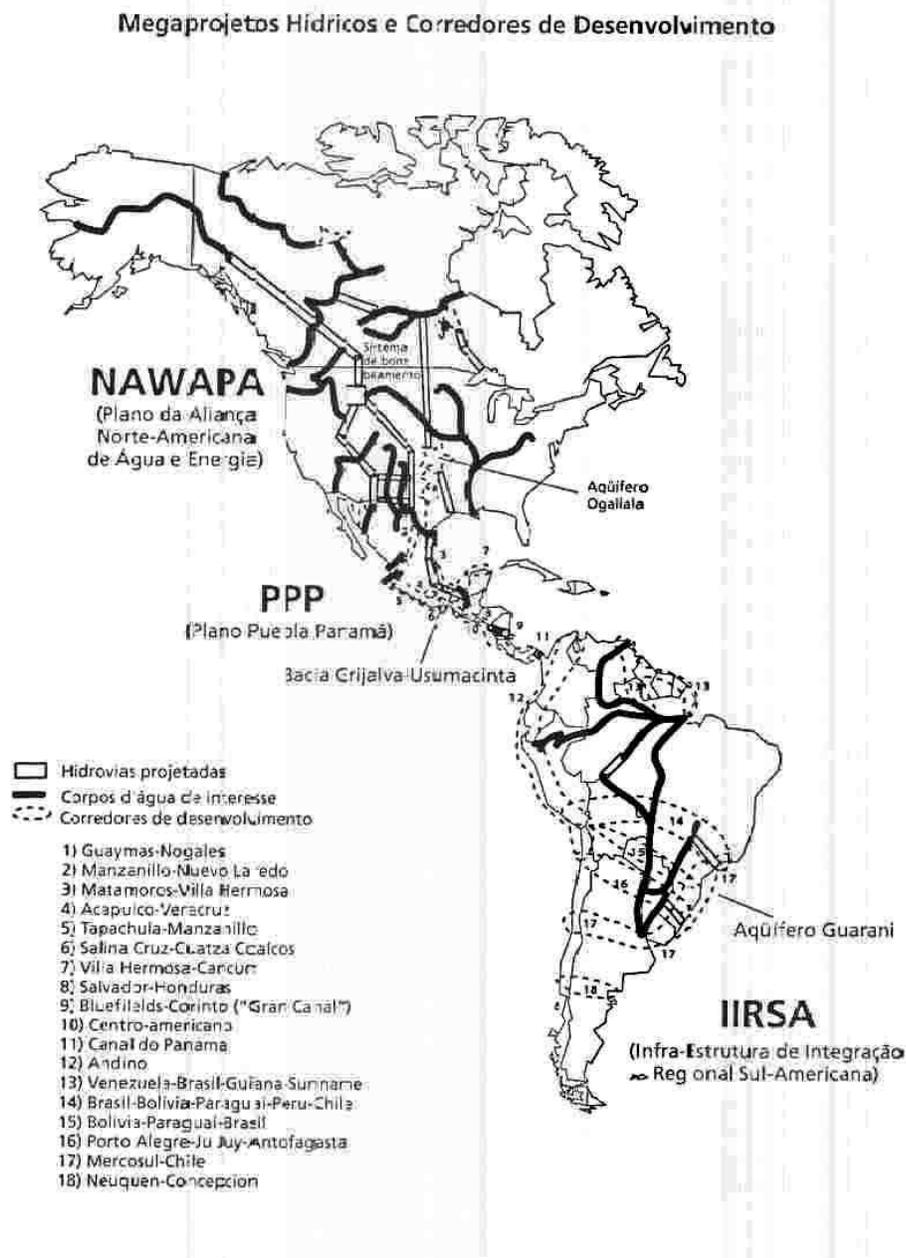
Observando a constituição na sociabilidade do capital dos senhores da terra e da água (geoagrohidroquímiconegócio) percebe-se no episódio da suposta marcha da integração nacional contida na transposição do Rio São Francisco⁸⁶ os meandros da mais-valia, tal obra representará maior mobilidade de capital e não necessariamente da força de trabalho, nem tampouco pode subsidiar novos discursos contra a seca, tendo em vista que muitos dos ribeirinhos do velho Chico, apesar da proximidade da água não tem acesso a ela, morrem de sede, há uma cerca física e social entre eles, apesar do governo ter dito: “[...] não se pode negar

⁸⁶ Obra sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, cujo chefe da pasta ministro Gedel Vieira Lima foi um dos anões do orçamento nos escândalos que rodearam o Deputado João Alves.

uma caneca de água a 12 milhões de vítimas da seca”⁸⁷, para fundamentar a transposição. O que precisa ser irrigado? O que precisa virar hidrelétrica, barragem, etc.? “Há cerca de 40.000 barragens com mais de 15 metros de altura no mundo, a maioria construída nos últimos cinquenta anos. No total, o século XX viu 45.000 dessas obras, ou seja, mais de uma por dia! [...] cerca de metade dos cursos d’água do planeta tem uma barragem” (Bouguerra, 2003, p. 207-208), “os imaginários de desenvolvimento” muitas vezes associa barragens (grandes obras hídricas) com o ‘progresso’. Sem dúvida essa voracidade monopolizadora da terra e dos recursos hídricos do planeta demonstra a destrutividade da dominação-apropriação que o sistema do capital operou sobre os homens e a natureza, ampliando cada vez mais o controle sobre o planeta como preceito do desenvolvimento geográfico desigual.

⁸⁷ “Haja fôlego, paciência, persistência. Há uns 15 anos vem o autor destas linhas transcrevendo periodicamente graves questões levantadas por cientistas, administradores públicos, Tribunais de Conta, a respeito do famigerado projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. A todas responde a administração federal – quando responde – ‘não se pode negar uma caneca de água a 12 milhões de vítimas da seca’. Texto do jornalista Washington Novaes In: http://www.idec.org.br/arquivos/Tansposicao_S_Francisco_Washington_Novaes.doc.

Figura 15: Megaprojetos hídricos e corredores de desenvolvimento.



Fonte: PORTO-GONÇALVES, C. W. P. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

A natureza do desenvolvimento geográfico desigual e combinado recria formas e associações para manter a sociabilidade capitalista dominante nos territórios do trabalho/riqueza abstrata. Marilena Chauí dá uma dimensão do processo:

[...] o capitalismo é aquela formação em que, pela primeira vez, totaliza o processo histórico. Não totaliza a história inteira e sim se totaliza e ao se totalizar torna compreensível o restante da história. O capitalismo se totaliza no espaço, ocupando o planeta inteiro, e se totaliza no tempo porque ele é a transição da pré-história para a história, e, finalmente, efetua uma totalização interna da sua própria estrutura social, numa totalização vertical. (2007, p. 165).

Enquanto não se compreende que a questão gira em torno da desigual apropriação privada-mercantilização da terra (para realizar o valor de troca via extração de sobretrabalho) não poderá ser dado um passo a frente, para a emancipação da classe-que-vive-do-trabalho. Estas formas desiguais dão mostras de sua magnitude, quando, por exemplo, o site do grupo ambientalista Greenpeace traz a informação que Blairo Maggi, governador do Mato Grosso, foi um dos responsáveis pela maior parcela de desmatamento na floresta amazônica no ano de 2008⁸⁸. Os operadores de fundo de pensão que um dia disseram representar a classe trabalhadora permitem esse tipo de afirmação do território do trabalho abstrato, via sociabilidade que o sistema do capital constitui para o tripé Estado-Capital-Trabalho.

Tentando confluir-relacionar as possibilidades da terra de trabalho [dos territórios do uso], e as distintas temporalidades que o sistema do capital impõe à classe-que-vive-do-trabalho (da Monsanto ao biocombustível, passando pelo trabalho escravo – e sua crueldade na simulação da alta taxa de composição orgânica do capital como aponta Martins⁸⁹), nesse mundo da ascensão histórica da alienação-estranhamento (e do estranho que significa a expropriação via renda da terra, mais-valia e lucro – e que se coloca muitas vezes na escala mundo como a “vontade” neoliberal das instituições Financeiras Mundiais) recordamos José de Souza Martins:

O estranho não é, entre nós, apenas o agente imediato do capital, como o empresário, o gerente e o capataz, mas é também o jagunço, o policial, o militar. E, ainda, o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social. Embora cada um trabalhe para um projeto distinto, raros são os que trabalham pela vítima dos processos de que são agentes. São, portanto, protagonistas da tragédia que aniquila os frágeis e que, por isso, nos fragiliza a todos, nos empobrece e nos mutila, porque preenche com a figura da vítima o lugar do cidadão. E nos priva, sobretudo, das

⁸⁸ In: THUSWOHL, M. Desmatamento cresce, mas governo cede ao agronegócio. In: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15036, acesso em 12/11/2009.

⁸⁹ A escravidão na sociedade contemporânea: a reprodução ampliada anômala do capital e a degradação das relações de trabalho. In: MARTINS, J. S. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2° Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

possibilidades históricas de renovação e transformação da vida, criadas justamente pela exclusão e pelos padecimentos desnecessários da imensa maioria (1993, p. 13).

A reflexão sobre a apropriação privada da terra e da água (o agrohídronegócio segundo Thomaz Jr).⁹⁰ como movimento posto no âmbito da universalização do valor de troca não pode ser pensado como via única (assim como nos querem fazer crer os neoliberais e os pós-modernos). A resistência se dá na razão direta das ações desumanizantes do sistema do capital, atenção ao que foi dito na Carta de Sobradinho em fevereiro de 2008:

Nós, os 93 movimentos populares e organizações sociais e 213 pessoas participantes da Conferência dos Povos do São Francisco e do Semi-árido, realizada em Sobradinho (BA), entre 25 e 27 de fevereiro de 2008, tornamos públicas as discussões e as decisões de continuidade de nossas lutas pela vida do Rio São Francisco e do Semi-árido brasileiro, contra o Projeto de Transposição, ao mesmo tempo em que conclamamos a adesão e a solidariedade de todos e todas. [...] Ao analisar a situação atual, mais uma vez rejeitamos este modelo de desenvolvimento predatório e excludente que cada vez mais ameaça o Planeta. No Brasil, é parte essencial das políticas do governo federal que mantém o País na condição de exportador de produtos primários como minérios e produtos agropecuários, entre os quais os agrocombustíveis – uma grande “fazendona” mundial, tal com ocorre desde o período colonial. [...] Este modelo combina subserviência aos grandes interesses econômicos internacionais com ausência de reais políticas públicas para o Nordeste, em especial o Semi-árido, impondo-lhe mega-obras equivocadas e desnecessárias, tal como a transposição do Rio São Francisco. O “sócio-desenvolvimentismo” do governo Lula não disfarça seu caráter retrógrado, evidente nas obras do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, flexibilização de restrições ao capital, assistencialismo social e cooptação de organizações e movimentos sociais [...]”⁹¹.

A classe-que-vive-do-trabalho continua amargando o peso da produção social e da apropriação individual, movimento mundializado com toda a estrutura político-institucional, militar e econômica que permite ao sistema do capital em sua geografia histórica produzir constantemente os territórios do trabalho/riqueza abstrata(o). Não significa que não haja a produção a partir da resistência dos territórios do uso (do trabalho concreto), representado pelos movimentos sociais que buscam construir em meio à lógica neoliberal as possibilidades do existir como um movimento e uma

⁹⁰ THOMAZ JR., A. Por uma “cruzada” contra a fome e o agrohídronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. Revista Pegada, vol. 9, n. 1., 2008. In: <http://www.ceget.blogspot.com/>.

⁹¹ Sobradinho 27 de fevereiro de 2008. Assinam a carta: MPA, MAB, MST, CPT, CEBs, Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Sindicatos de Trabalhadores Rurais; Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto no Estado da Bahia (SINDAE); Pólo Sindical Submédio São Francisco; SINTECT-PE (Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos); Sintagro/BA; Sindprev/RJ; APLB – Sindicato de Santa Maria da Vitória; UNEB; UFS – Campus Itabaiana (SE); Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Aracaju; dentre outros.

lógica oposta ao estranhamento, característico da mundialidade do fetichismo da mercadoria. As classes trabalhadoras aprendem a cada dia a lição marxiana de que não basta interpretar o mundo, cabe transformá-lo. Marx coloca na Crítica à Filosofia do Direito de Hegel (2005, p. 147) que, o alvo da crítica é um inimigo que não deve ser refutado, mas destruído, no movimento de interpretação do mundo a necessária transformação coloca a crítica, assim como em Marx, não como fim em si, mas como meio; para compreender as relações sociais fetichistas que os discursos e práticas espaciais dos governos e do Estado colocam e ocultam, e concretizar a construção de uma geografia que se coloque, na perspectiva da práxis, em oposição a tendencial universalização do valor troca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sentido da riqueza se perdeu ao longo da ascensão das formas, objetivações e subjetivações históricas do sistema do capital. Riqueza passou a ter como contrapartida concreta as novas raridades (no sentido Lefebvrino), em contrapartida a abundância da produção e até do grau de desenvolvimento das forças produtivas (alta composição orgânica do capital) compõe o núcleo central dos problemas da regulação capitalista, a riqueza comandada pelo capital é abstrata.

Calcada no trabalho morto (abstrato-estranhado) a sociabilidade capitalista e o seu movimento de territorialização do capital dão à divisão social e territorial do trabalho as condições de reprodução do seu caráter desenraizador, contribuindo para a dialética da equalização-diferenciação geográfica que fornece suporte à mundialização do capital, onde a imprescindível dimensão espacial apreende o ser humano no território do trabalho abstrato e a relação social capital na teia da riqueza abstrata. O sistema do capital desenvolve mecanismos de contratendência à queda da taxa de lucro garantindo a riqueza abstrata mediante a produção dos desenvolvimentos geográficos desiguais. A aniquilação do espaço pelo tempo parece inverter-se no contexto atual do desenvolvimento capitalista. Os diversos tempos da mais-valia absoluta e relativa se mundializaram por conta da produção dos territórios do trabalho/riqueza abstrata, no bojo da metafísica do capitalismo que reflete o sistema como imagem, refletindo a imagem do sistema, e a geografia da acumulação desses/nesses territórios espacializa a irracionalidade substantiva do capital.

O capital em suas formas diversas e associadas produz uma ambiência territorializada para o trabalho abstrato e a riqueza abstrata que são bem captadas por David HARVEY:

Dentro de todo este sistema, la circulación del capital a interés desempeña un papel hegemónico. El poder del capital-dinero se ejerce continuamente sobre todas las facetas de la producción y realización, al mismo tiempo que la situaciones espaciales caen dentro de su órbita. El sistema de crédito afecta los mercados de tierra y de propiedad y la circulación de la deuda estatal. Así se ejerce presión sobre los terratenientes, fraccionadores, constructores, el Estado y los usuarios. Además, la formación de capital ficticio permite que el capital a interés fluya em forma continua relacionada con el uso diario de los valores de uso fijos, inmóviles y de larga duración. Los títulos que dan derecho a esos ingresos pueden incluso circular por el mercado mundial aunque los propios bienes no pueden moverse. Esto tiene multitud de ventajas. La brecha que existe entre la necesidad de

producción y las posibilidades de realización se puede vigilar continuamente bajo la forma de fluctuaciones en las rentas, tasas de interés e impuestos, mientras que los mercados de tierras, de propiedades y de deudas del gobierno proporcionan señales elaboradas para la inversión y desinversión de un lugar a otro. Se pueden evitar las devaluaciones importantes que ocurren de golpe permitiendo múltiples ajustes de precios de menor cuantía durante la vida de algún bien fijo e inmóvil. Los inversionistas pueden introducir o retirar capital-dinero en cualquier momento (a veces con una ganancia y a veces con una pérdida). El riesgo omnipresente de la devaluación también se puede socializar parcialmente porque una pérdida grave aquí puede quedar más que compensada por determinada ganancia mas allá. Además, si llegan a ocurrir devaluaciones masivas localizadas, se pueden absorber parcialmente dentro del sistema de crédito o por el Estado. (1990, p. 399).

As mediações dos agentes econômicos e da estrutura do sistema de crédito desenvolvem funções de coordenação; o efeito é reduzir o tempo e o espaço a uma métrica comum determinada socialmente: a taxa de lucro, que em si é uma representação do valor em movimento, resalta Harvey (ibid). Ao se desenvolverem, as forças produtivas capitalistas dispõem o tempo e o espaço regulados pelos imperativos do cálculo para amenizar a queda na taxa de lucro. O valor em movimento remete à apropriação e valorização do/no espaço, possibilitado universalizar o circuito da troca para fronteiras (frentes de expansão) menos exploradas, valorizando e desvalorizando para mais adiante re-valorizar.

A universalização do valor de troca em tempos de crise estrutural e permanente potencializa a exploração de mão-de-obra e a acumulação por despossessão.

Com as mercadorias perdendo a substância geradora de seu valor, de que maneira seria possível ao capital deparar-se com as possíveis contradições desse processo a partir da dimensão territorial? A geografia histórica do capital vai se refugiando numa economia de bolhas especulativas, determinada pelo movimento das finanças mundializadas, o espaço apropriado se configura como territórios do trabalho/riqueza abstrata(o) que entram no circuito da troca mediados pela especulação que esconde a natureza do abstractum dinheiro.

A partir da lógica produtiva, sócio-econômica e territorial dessubstancializadas, o sistema do capital engendra ajustes espaciais que permitam a utilização do trabalho presente, e a partir da atmosfera de trabalho vivo declinante a mobilidade de capital e do trabalho se lançam na apropriação de trabalho futuro, que possivelmente não se realizará em razão da tendência à ampliação da financeirização na economia capitalista.

Pensar a geografia dos territórios do trabalho abstrato e da riqueza abstrata remete à reflexão da produção do espaço da miséria, que deve ser conduzido para além do

[...] visível, do aparente, do espelhado, pois estão circunscritos nas temporalidades da sua construção, que esconde a essência que deve ser lida a partir do todo, através de leituras espaciais estruturais mais abrangentes das divisões, social e territorial do trabalho, tendo como condutora de análise a acumulação capitalista. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 169).

O caráter dinâmico e expansivo da acumulação capitalista coloca de forma ininterrupta a produção de uma lógica espacial que dê conta da dimensão revolucionária das forças produtivas e das relações de produção burguesas. Nesse sentido a geografia do capital reflete a reprodução dos territórios do trabalho/riqueza abstrata, difundindo através da mundialização do desenvolvimento geográfico desigual estes arranjos territoriais para construir as bases de sua totalização histórica em relação às distintas formações econômico-sociais.

A geografia da acumulação do/no território do trabalho/riqueza abstrata(o) possibilitou à dinâmica capitalista toda uma configuração do poder mundial (estruturada pós-década de setenta), que conduziu às mudanças na estrutura do câmbio e dos mercados, a ampliação da dependência dos países periféricos através da dívida externa (apoiada na órbita da dívida externa norte americana), o fim do acordo de Bretton Woods, o Consenso de Washington. Fenômenos representados na dinâmica histórica por figuras como Thatcher, Volker e Reagan, responsáveis por potencializar, a partir do domínio e produção dos territórios supracitados, a universalização do valor de troca.

O predomínio no seio da regulação capitalista passou a ser a regência do abstractum dinheiro, que potencializa a sociabilidade do fim em si da economia de mercado. O lumpesinato fica a cargo da guerra civil velada, que abrange a cidade e o campo, com os imperativos da troca produzindo e ampliando os sem-terra e os sem-teto, como parte da produção capitalista de mercadoria e espaço apropriado (parte da destruição programada do excesso que re-oxigena o trabalho vivo pela condição não eliminável do processo produtivo, se encontra na dialética da produção-destruição dos territórios do trabalho/riqueza abstrata).

As bases que assentam a universalização do valor produzem como resultado das crises, novas crises, cada vez mais intensas, cada vez mais próximas na escala temporal, o que leva a crer que o desenvolvimento geográfico desigual além de ser o componente espacial central da dinâmica acumulativa, desenvolve contratendências ao passo que aprofunda as crises capitalistas, tendo em vista assentar-se justamente a intensificação da apropriação privada do espaço e do trabalho presente e futuro, o que apreende a solução dialeticamente no próprio problema.

A captura da terra e da água como terra-mercadoria e água-mercadoria no bojo da marcha da universalização do valor de troca retroalimenta uma ampliação do fetichismo, da alienação, da nervura do dinheiro como nervura do mundo (das relações de produção), constituindo a objetivação humana como estranhamento.

A visão dialética desenvolvida por Marx o permitia ver que o modo de produção capitalista produz os seus próprios coveiros, já o desenvolvimento geográfico desigual (mecanismo difusor/impulsionador dos territórios do trabalho/riqueza abstrata) produz um conjunto de possibilidades que ao tempo em que auxilia momentaneamente no enterro desses coveiros é capaz de contribuir na ofensiva radical do trabalho contra o capital, fazendo emergir outra sociabilidade regulada pelos tempos e espaços do uso.

REFERÊNCIAS

ARBEX JR., J. Imperialismo cria o seu universal soldier. **Revista Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela, edição de dezembro de 2009.

ANDRIOLI, A. I. & FUCHS, R. (org). **Transgênicos**: as sementes do mal. A silenciosa contaminação de solos e alimentos. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.

ANTUNES, R. Apresentação. In: MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempoeditorial, 2002.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9º ed. São Paulo. Ed. Cortez, 2003.

ANTUNES, R. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G. & FRANCO, T. **A Perda da Razão Social do Trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo. Ed. Boitempo, 2007.

ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2007.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo. Ed. Boitempo, 1999.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

BRAGA, J. C. de S. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. 6º Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMPOS, L. **A crise completa**: a economia política do não. São Paulo: Boitempoeditorial, 2001.

CASTRO, J. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição. In: CASTRO, A. M. (org.). **Fome**: um tema proibido – escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAUÍ, M. A História no Pensamento de Marx. In: BORON, A (org). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. São Paulo. CLACSO – Expressão Popular, 2007.

CHESNAIS, F. (org.). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2005.

CONCEIÇÃO, A. L. **A geografia do espaço da miséria**. Scientia Plena, vol. 1, n° 6, 2005.

CONCEIÇÃO, A. L. Geografia, David Harvey e capitalismo. **Contra a Corrente: Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea**. Brasília: Edições Centelha Cultural. Ano I, n. 1, 2009.

COSTA, E. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DAMIANI, A. L. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, A. L. & CARLOS, A. F. A. (org). **O Espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo. Ed. Contexto, 1999.

DAMIANI, A. L. O Futuro do Trabalho: elementos para a discussão das taxas de mais-valia e lucro. In: VOLOCHKO, D. **A produção do espaço urbano e as estratégias reprodutivas do capital**. São Paulo: Labur Edições, 2008.

DANTAS, G. **Estados Unidos, militarismo e economia de destruição: belicismo norte americano e crise do capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto editora, 1997.

DI CIONE, V. Presentación y comentarios: Por una teoría del desarrollo geográfico desigual, combinado, contradictorio y complejo. In: **GeoBaires, cuadernos de Geografía. Apuntes de geografía y ciencias sociales. Teorías contemporáneas de la Geografía**. UBA-FFyL, Mayo de 2007. Edición, presentación y comentarios Vicente Di Cione.

DUTRA JR, W. & DUTRA, C. P. S. C. A reprodução do capital no campo e o território da resistência do campesinato: o movimento dos pequenos agricultores (MPA) na Bahia. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.3, n. 5, p. 195-213, fev. 2008.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. 2° Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIORI, J. L. De volta à questão da riqueza de algumas nações (introdução). In: _____ (org.). **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. 3° Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FLOUNDERS, S. **O orçamento do Pentágono: o maior de sempre e a crescer**. In: http://resistir.info/eua/pentagon_budget_p.html, acesso em 15/10/2009.

FONTENELLE, I. **O nome da marca: Mc Donald's, fetichismo e cultura descartável.** São Paulo: Boitempoeditorial, 2002.

GALEANO, E. **"Desculpem a moléstia"**. In: http://www.cartamaior.com.br/templates/-materiaMostrar.cfm?materia_id=15980. (2009), acesso em 12/05/2009.

GENNARI, E. **EZLN: passos de uma rebeldia.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARVEY, D. **Los Límites Del Capitalismo Y La Teoría Marxista.** México. Fondo de Cultura Económica, 1990.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** 2º Ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, D. Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. In: **GeoBaires, cuadernos de Geografía. Apuntes de geografía y ciencias sociales. Teorías contemporáneas de la Geografía.** UBA-FFyL, Mayo de 2007. Edición, presentación y comentarios Vicente Di Cione.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O direito à cidade como alternativa ao neoliberalismo.** In: <http://caligeo.ufsc.br/?p=149>, acesso em 06/03/2009. Tradução de Fernando Alves Gomes, 2009.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo. Ed. Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 10º Ed. São Paulo: Loyola, 2001.

HARVEY, D. **Estamos realmente ante el fin del neoliberalismo? La crisis y la consolidación del poder de las clases dominantes.** In: <http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=2446>, acesso em 29/06/2009.

JKINGS, I. & AMORIM, E. R. A. Produção e desregulamentação na indústria têxtil e de confecção. In: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

KOSMINSKY, E. V. & ANDRADE, M. M. O Estado e as classes sociais. In: MARTINS, J. S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo. Ed. Hucitec, 1996.

KRISIS. **Manifesto Contra o Trabalho.** São Paulo: Conrad Editora, 2003.

KURZ, R. **Os últimos combates.** 5º ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

KURZ, R. **A segunda bolha financeira: a bolha financeira imobiliária como adiamento da crise.** In: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz137.htm>, acesso em 15/03/2009.

KURZ, R. **A desvalorização do valor**. In: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz199.htm>, acesso em 18/10/2008.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2007.

LÊNIN, V. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. 4° Ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

LOWY, M. **Método dialético e teoria política**. 4° Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. 2° Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas).

MARTINS, C. E. A superexploração do trabalho e a economia política da dependência. In: MARTINS, C. E. & VALENCIA, A. S. (org.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio; São Paulo: Boitempoeditorial, 2009.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2° Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2° Ed. São Paulo: Paulus, 2003b.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2° Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, J. S. **Frenteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2° Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. Vol. 1. 20° Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. Vol. 2. 18° Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2005.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 2. 11° Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3. Vol. 4, 5 e 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2007.

- MARX, K. **Capítulo VI** (inédito de O capital). São Paulo: Centauro, 2004b.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2004a.
- MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. In: BOGO, A. (org.). **Teoria da organização política**: escritos de Engels – Marx – Lênin – Rosa – Mao. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MELINO, T. O veneno no pão nosso de cada dia. **Revista Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela, edição de dezembro de 2009.
- MELLO, L. I. A. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.
- MELO, A. R. **A água no século XXI**: crise ou escassez? Anais CD... V Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004.
- MENEGAT, M. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempoeditorial, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2004.
- MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2009.
- MIELE, S. A. F. **O movimento da economia financeira na dinâmica imobiliária de São Paulo**. São Paulo: Labur Edições, 2008.
- MORAES, A. C. R. & COSTA, W. M. **Geografia Crítica**: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MORAES, A. C. R. de. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MOREIRA, R. Trabalho e movimentos sociais no Brasil: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v.. 4, n. 1, 2003. Disponível em:<<http://www4.fct.unesp.br/ceget/pegada.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

- MOREIRA, R. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.
- NETTO, J. P. (org). **Engels**. (col. Grandes Cientistas Sociais). São Paulo. Ed. Ática, 1981.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2008.
- OLIVEIRA, A. U. Entrevista. **Correio da Cidadania**. In: Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGET da Unesp: <http://ceget.blogspot.com/>, acesso em 03/09/2009.
- OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, F. O capital inosso In: Apresentação ao livro de Isleide Fontenelle: FONTENELLE, I. **O nome da marca: Mc Donald's, fetichismo e cultura descartável**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2002.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista / O ornitorrinco**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, F. A economia política da iniquidade brasileira (prefácio). In: SICSÚ, J. (org.). **Arrecadação de onde vem? E gastos públicos para onde vão?** São Paulo: Boitempoeditorial, 2007.
- OLIVEIRA, F. **Crise Financeira?** In: http://www.cartamaior.com.br/templates/-materiaMostrar.cfm?materia_id=15900, acesso em 12/05/2009.
- PEET, R. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M & SUZUKI, J. C. (org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- POULANTZAS, N. **Estado, poder e socialismo**. Ed. Graal, 1985.
- RANIERI, J. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2001.
- RIBEIRO, J. C. O espaço do capital-camaleão. Dimensões do complexo metabólico-mimetizado do capitalismo monopolista. In: THOMAZ JR, A. (org) **Geografia e trabalho no século XXI**, vol 1. São Paulo: Editorial Centelha, CEGET, 2004.
- SALAMA, P. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2002.

SANTOS, M. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: _____. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2003.

SILVA, A. C. **Geografia e Lugar Social**. São Paulo. Editora Contexto, 1991.

SILVA, L. R. **Do Senso-Comum à Geografia Científica**. São Paulo. Ed. Contexto, 2004.

SILVEIRA, P. (org). **Poulantzas**. (col. Grandes Cientistas Sociais). São Paulo. Ed. Ática, 1984.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e produção do espaço**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1988.

STÉDILE, J. P. Uma CPMI contra a Reforma Agrária. **Revista Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela, edição de dezembro de 2009.

THOMAZ JR., A. Por uma “cruzada” contra a fome e o agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**, vol. 9, n. 1., 2008. In: <http://www.ceget.blogspot.com/>, acesso em 07/10/2009.

THUSWOHL, M. **Desmatamento cresce, mas governo cede ao agronegócio**. In: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15036, acesso em 12/11/2009.

TRASPADINI, R. & STÉDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TROTSKY, L. **História da Revolução Russa**. Tomo 1. São Paulo: Sundermann, 2007.

VASAPOLLO, L. **Por uma política de classe: uma interpretação marxista do mundo globalizado**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VASAPOLLO, L. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2007.

VOLOCHKO, D. **A produção do espaço urbano e as estratégias reprodutivas do capital: negócios imobiliários e financeiros em São Paulo**. São Paulo: Labur Edições, 2008.